

BOLETIM

DA

SOCIEDADE

LUSO-AFRICANA

DO

RIO DE JANEIRO

**SEGUNDA
SÉRIE - N.º 8**

“VINHOS UNICO”

ESPUMANTES
LICOROSOS
PARA MESA, BRANCOS E TINTOS
REAL FINA AGUARDENTE
QUINADO UNICO
Á VENDA EM TÔDA A PARTE

CARTONAGEM
LUSO-AMERICANA L.^{DA}

CAIXAS DE CARTUCHOS E PAPELÃO

FABRICA DE VENTAROLAS

LITOGRAFIA E TIPOGRAFIA
ENVELOPES EM GERAL

RUA DOS INVALIDOS, 137 – TEL. 2-3815
RIO DE JANEIRO

Gravador Pastor
R. PEDRO 1º 47 TELEF. 2-7095
RIO DE JANEIRO

CLICHÉS
EM ZINCO E CORRE
TRICROMIAS
DOUBLES
CRAVURAS e ZINCO
GRAFIAS E.T.C.

Compra

21. ABP. 2009

R4 J FH



"As ideias não se vendem, dão-se" — TEÓFILO BRAGA

Distribuído gratuitamente

<p>N.º 8 Segunda Série</p>	<p>COMISSÃO DIRECTORA Antônio de Sousa Amorim (Redactor) — Francisco das Dôres Gonçalves Alamiro Andrade e Marcel Kasprzykowski</p>	<p>Janeiro — Fevereiro Março — 1934</p>
--------------------------------	---	---

REALIZAÇÕES



OJE como ontem, a mesma confiança, o mesmo entusiasmo, a mesma vontade de realizar e o mesmo empenho de servir a causa do pan-lusitanismo nos dão o forte alento com que batemos os altos e saudáveis caminhos do optimismo, — esses caminhos que vimos trilhando há quatro annos, a carrear os materiais necessários para esta obra de apostolização cívica e evangelização patriótica em que estamos empenhados, nós outros, fundadores, orientadores e mantenedores da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, movidos pelo desejo, que é o nosso orgulho, de realizarmos uma propaganda do Império Português, elevada, insuspeita e sem quaisquer parentescos ou afinidades com os impertinentes reclamos e os não menos indesejáveis epinícios ao "velho Portugal" que por aí se estadeiam, ajoujados de adjectivos que à força de uso já perderam o significado, servindo de pasto e mote aos plumitivos que se dão á tarefa inglória de denegrir os esforços dos Portuguezes ao serviço da civilização.

Na verdade, se tivesse havido mais escrúpulo com a evocação das sagradas memórias dos Albuquerque, dos Gamas, dos Cabrais, e maior comedimento e mais parcimónia em pretender afrontar o mundo com a Batalha, os Jerónimos e outros monumentos veneráveis, que se acham muito alto no nosso respeito pelo que significam como testemunhos imperecíveis de gloriosos feitos e pelo que valem como expressões artísticas geniais, já o Sr. António Torres se não afoitaria a arremessar-nos esta flexa, eivada de um humorismo que não honra a sua cultura e muito menos a sua inteligência: "Não há dúvida que Portugal tem belas coisas a mostrar, mas infelizmente são imóveis. Se fôsse possível aos portuguezes andar pelo estrangeiro carregando às costas os Jerónimos e o convento da Batalha, como carregam pianos no Rio de Janeiro, então, sim, a Lusitânia brilharia..."

Os portuguezes precisam e devem provar que há muito mais que ver em Portugal além desses dois monumentos e que a Nossa Terra não é um "campo santo" onde só existem inscrições fúnebres e lápides tumulares, e muito menos um país minúsculo, engravado no ocidente da península ibérica. E' necessário que todos os portuguezes se compenetrem de

que todos os portuguezes se compenetrem de

que Portugal é uma realidade geográfica de dois milhões e cem mil quilómetros quadrados, espalhados em quatro continentes, mas integrados no corpo da Nação por vínculos seculares, por anseios comuns e, a coroar tudo isto, por uma inabalável concentração de nacionalismo, — por aquela concentração de nacionalismo com que, muito antes do alvorecer da manhã radiosa de São Mamêde — a primeira manhã portuguesa — lusitanamente cimentamos o nosso agir, e da qual, com a respeitada autoridade do seu nome, da sua energia e do seu patriotismo o Sr. General Nórton de Matos fez a oportuna defesa e a calorosa apologia na sessão inaugural do Primeiro Congresso de Medicina Tropical, que se realizou em Luanda em 18 de Julho de 1923.

Ao assumirmos de novo a presidência da Directoria desta colectividade, após um ano de interregno, poderíamos repetir as palavras com que abrimos o “Boletim” correspondente ao mês de maio de 1932, acrescentando-lhes, entretanto, o testemunho do nosso contentamento pelo facto de nos não termos equivocado quando afirmámos que a “Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro” saberia cumprir e dar execução ao seu progrâma. Do modo como tem levado a cabo a propaganda que se impôs — é

conveniente não esquecer que “até Deus necessita de sinos”, escreve no “Temps” Robert de Saint Jean — falam bem alto a documentação do seu arquivo, a crescente expansão deste “Boletim” e as referências elogiosas e amiú-

dadas através da imprensa, dentre as quais desvanecidamente destacamos a declaração do professor Sr. Paulo Eleutério, redactor-chefe da “Folha do Norte”, de Belem, “de que fôra atraído ao estudo da moderna colonização portuguesa, depois que lera os boletins da “Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro”.

Estamos, todavia, muito longe de nos dar por satisfeitos com o que já realizamos, que representa algo para a insignificância dos nossos recursos mas quasi nada para o que temos planeado, e que é, para já, ou seja para a nossa gestão: um “Boletim” especial, expressamente dedicado á Exposição Colonial do Pôrto, uma série de conferências pelos mais altos expoentes e mais legítimos representantes da intelligência e da cultura portuguesas no Brasil e a edição de

uma Cartilha Colonial da autoria do insigne poeta e escritor Capitão Auguste Casimiro destinada a tôdas as escolas da lingua portuguesa, dispersas pelo Mundo!...

FRANCISCO DAS DÓRES GONÇALVES



Aguardem o próximo número do “Boletim da Sociedade Luso-Africana”, dedicado á Exposição Colonial do Pôrto

VISITEM A PRIMEIRA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

NO PÔRTO,

A REALIZAR-SE EM JUNHO DE 1934



A POLÍTICA

COLONIAL

E OS SEUS RUMOS

PELO DR. FRANCISCO VELOSO

ADVOGADO — ESCRITOR E COLONIALISTA

Expressamente para este Boletim

No já largo debate que em Portugal vem sendo travado sobre a reconstrução económico-administrativa das Províncias ultramarinas do Império Português, levantada no campo geral da unidade económica nacional, acumulam-se por vezes os critérios tão confusamente que a cada passo se torna necessário ás pessoas cultas que sobre tal problema possuem idéas claras e assentes, desembaraçarem estas de perigosos equívocos e do sério risco de ficarem soterradas por montões de prosa inútil ou atiradas para a margem do verdadeiro caminho.

Em questões coloniais, há hoje uma *verdade nacional*. Alicerçam-na doutrinações e provados métodos pròpriamente nossos, elaborados por chefes coloniais de alta estatura, conformes a tudo quanto representa a moderna civilização colonizadora, e à imperativa realidade do interêsse e idiosincrasia económicas e sociais de cada província de além-mar.

Pretender erguer edifício fóra desta verdade basilar, imputando, como há um ano atrevidamente já se imputou aos criadores dela falta de cultura e sensibilidade, ou ter a veleidade pedante de descobrir agora, à custa de um pretenso nacionalismo orgânico, uma nova doutrinação e novas orientações de política colonial, é estultícia ou aventureiro desacêrto.

Fez-se — é lícito afirmá-lo — uma revisão de idéas e valores em tais matérias. Há hoje no país uma curiosidade pública, e em alguns meios uma devoção segura ás realizações coloniais. Existe em Portugal, actualizado, cheio de estudo e atento aos acontecimentos, um numeroso escol de cooperadores proficientes para essas realizações, que não pode nem deve sêr preterido.

Por outra banda, a lição duríssima das crises quási sucessivas que o Ultramar tem padecido, e a soma de esforços empregados para as debelar e, quanto possível, solver, habi-

.....
"Não ! não há império colonial, há IMPERIO PORTUGUÊS simplesmente, conservando á palavra e á idéa imperiais o significado e o sentido latinos e romanos de comunidade de províncias. Dentro do Império, a província de Angola, por exemplo, vale nacionalmente tanto como a província do Minho, porque ambas fazem parte do mesmo território, e pertencem económica e politicamente á mesma unidade. E se quisédes avaliar da importancia, das utilidades desta construção, lembrai apenas que contra a sua estrutura solidária é inútil aplicar, por impossível, a qualquer parcela sua, o sistema dos mandatos. Angola em regime de mandato internacional é tão absurdo como submeter o Minho ou Trás-os-Montes a semelhante controle.

O realismo imperial é a idéa-fôrça e o principio de acção, digamos até o motivo de interêsse que melhor pode fazer movimentar hoje com espontaneidade as tendências das novas gerações.

.....
Idéa de expansão, de iniciativas de aventuras, a idéa imperial constitui, como escrevia Maurício Reclus no "Temps", um caldo de cultura excelente para a génesis e o desenvolvimento destas tendências das novas gerações. E' necessário dizer-lhes e mostrar-lhes que o Império Português está á sua espera, dos seus sonhos grandiosos, da sua imaginação, da sua capacidade de realizações, e do seu idealismo nacional.

E' preciso dizer-lhes que lá em baixo, nas nossas terras exóticas, há portos a abrir, há pontes a construir, há vias férreas a instalar, há estradas a rasgar, há enfim imenso campo aos mais variados esforços técnicos com uma conquista certa de proveitos materiais; e que elas, novas gerações, estão destinadas a ser as renovadoras da obra imperial portuguesa neste mundo moderno que parece ir abolir definitivamente o obstáculo das distâncias.

Eis a vastidão do prográma de instrução e educação, moral, científica, social, cívica e material que se abre ás escolas e aos colégios de Portugal.

.....
DR. FRANCISCO VELOSO

litaram já os homens de estudo e os criadores de riqueza no Ultramar a sacarem de umas e outras conclusões práticas e a firmarem princípios de acção que, salvas as condições de uma evolução a largo prazo, não podem deixar de sêr mantidos na presidência superior e nas diretrizes predominantes de uma política de reconstrução económico-política metropolitana ultramarina conjunta e digna deste título.

Ainda há poucas semanas, no primeiro Congresso da Industria Portuguesa celebrado em Lisboa ficou confirmado que não é possível encontrar soluções para a reedificação e progredimento económicos do país, com a omissão ou secundarização do valor constituído pelos nossos domínios de além-mar. Já hoje unânimemente se admite como basilar para esse efeito que tanto para a produção como para o consumo nacionais, tanto para a solidificação da acção de soberania como para o aperfeiçoamento dos meios sociais, tanto para o aumento do prestígio político externo da nação como para a sua expansão comercial exterior, — a Metrópole e as Províncias ultramarinas formam um tódo económico e político unitário e infraccionável.

Resta sòmente que, partindo desta quási-axiomática realidade evidente, seja praticada com elevação patriótica, persistência, método, e saber, a política de reconstrução que nela conseqüentemente se filia e lógica e irreprimivelmente dela deriva.

A tése magistral que o Sr. Dr. Nuno Simões apresentou ao Congresso e brilhantemente defendeu nas duas primeiras sessões com geral apoio da assembléa, se justamente e reindicadoramente fez destacar o saber e largas visões do ilustre homem público, pôs esse problema demonstrado á luz meridiana de factos e números estatísticos irrecusáveis, e de uma crítica não só exacta mas também oportuna, á qual por isso só poderá alguém, chamar ambiciosa por sêr realmente animada do justo desejo de bem servir, impessoal e sinceramente, o país.

Neste momento (se mais razões não houvésse, como infelizmente há, a absorverem os nossos maiores cuidados pela integridade da nossa posição de terceira potência colonial) a urgência de valer com firme condução á restauração material de Angola, fazendo reentrar a província nas vias da sua prosperidade efectiva e a pressão que para a revalorização nacionalizadora do fomento agrícola e industrial de Moçambique, está exercendo a cessação ou pelo menos uma forte diminuição do rendimento da emigração indígena daquela província para as minas do Rand (a qual vem reforçar com vigôr tóda a crítica eruditíssima que a tal respeito vem fazendo há quási cinco anos o Sr. Dr. Eduardo Saldanha em estudos exaustivos e indemólíveis), só esses dois factos bastariam para ilustrar a tése do Sr. Dr. Nuno Simões, abonar as reclamações do Congresso e intimar as estâncias governativas do país a não demorem mais o início da única política colonial que o interêsse público já demasiadamente vem aguardando, a única também que de *nacional* póde ter o nome, as causas e os objectivos.

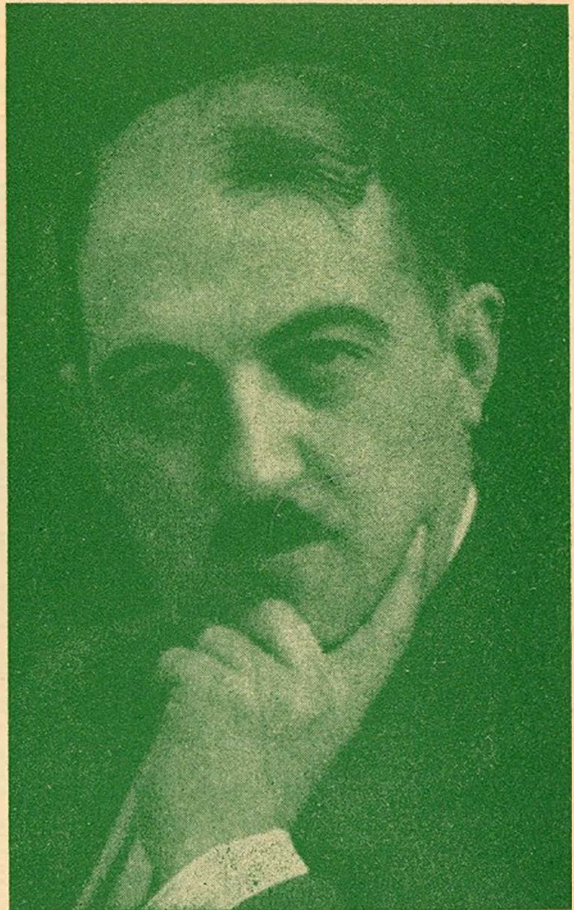
Mais uma vez, porém, perante o desnorteamento das paixões politican-tes que actualmente prolongam na so-ciedade portuguesa um funestíssimo ambiente de guerra civil e fratricida, é de repetir que essa política colonial não pode sêr de gabinete fechado, não pode sêr levada a cabo a golpes nem por suposta omnisciência de um só, ou de um grupo. A grande política co-lonial exige que com superior isenção sejam chamados a cooperar nela, nos conselhos do Estado, todos os valores da inteligência, da produção e do tra-balho nacionais, interessados na restau-ração económica total do país, pois se a todos eles e especialmente aos primei-ros, cumpre prestar esse serviço, igual dever é que dêle não sejam violentamen-te impedidos por zelos de vaidade e pro-pósitos de preterições sistemáticas.

Se há campo de patriótico trabalho em que a paz cívica é condição prévia, esse da política colonial é um deles, se-não o primeiro de todos. Afirmá-lo nesta hora a um país talado por divi-sões animadversas, é um acto de corâ-gem e a corâgem é a eloquência do carácter, virtude tanto mais indispen-sável quando a tibieza moral assurdina de pavor as vozes daqueles que deviam falar alto, ou deixa insulados os raros que com destemor não cêdem palmo no dever de apreciarem com ciência e honestidade os actos da administração pública e discutirem as necessidades e as reformas nos grandes problemas nacionais.

Ninguém, por muito bôa conta em que se haja, tem o direito de se propôr em tais assuntos como detentor único da verdade, excluindo as colaborações competen-tes. E não se responda a isto com a existência dos vários Conselhos que seman-almente se reünem no Ministério das Colónias. Tôda a gente sabe que não passam de sinédrios circuitados, preenchendo com maior ou menor regularidade o expedi-ente dos respectivos serviços, e inalteravelmente compostos por pessoas que, salvo o seu valor pessoal próprio, nem pelo moderno e desempoeirado espírito nem pela independência moral podem desafiar críticas e insuspeições.

Tôda a zona ou esfêra superior da administração colonial portuguesa carêce de uma profunda e ampla refundição de quadros e pessoal, num sistema que a garanta contra o recrudescimento das lentidões burocráticas e a livre de recaír na desordem e no obsoleto.

Há ali falta de ar, e um ambiente de torporização e de fadiga que de cima a baixo proíbe a liberdade de movimentos. Será, por exêmplo, novidade afirmar que as Colónias portuguesas não têm representantes idôneos por elas escolhidos nos Con-selhos superiores da administração colonial? Sê-lo-há ainda dizer que no pessoal di-rigente, e no mais alto, há indivíduos que uns, não passaram sequer pelas colónias e outros que deixaram já há muitas dezenas de anos a vida colonial que aliás só conhe-ceram, e em velho tempo, através do serviço das suas repartições?



DR. FRANCISCO VELOSO

Há anos, quando o revelávamos em Moçambique a um ilustre colonial inglês, êle não o queria acreditar, mas acreditou-o em Lisbôa.

Falta-nos em Portugal a bôa maquina de direcção neste capítulo importantíssimo da vida do Estado, e não é muito que, se o tópo da hierarquía assim acusa tamanha deficiência, as escalas inferiores dela lhe sejam puro espelho, — não havendo o direito de se dizer que não existem pessoas competentes para os cargos dentro e fóra dos quadros do funcionalismo, porque é faltar ao mais claro dever de justiça e negar uma evidência assaz patente, por todo esse enorme ultramar português e aqui na metrópole.

O que é preciso, é sanear, renovar, arejar e pôr os homens competentes nos lugares próprios, indo buscá-los onde estiverem, sem preocupações políticas, com remunerações condignas que lhes sejam defesa do próprio prestígio e honra contra os convites para participarem dos lucros das grandes organizações de exploração colonial.

O nosso Conselho Superior das Colónias, por exemplo, que deveria sêr, de há muito, um brilhantíssimo corpo de estudo, consulta, colaboração e decisões contenciosas, vive uma vida restritíssima, sem projecção nem grandeza, que nem o relêvo exterior dá sequer ao que de bom acaso possa ter produzido por vezes. Tudo ocorre lá dentro, à porta fechada, sem possibilidade de uma discussão honesta, ampla e cientemente feita à luz do dia, exceptuádo (e nem sempre) o que se aduz nos processos de recurso administrativo regulamentar.

As colónias não são ouvidas nem achadas por meio de representantes directos. As forças e organismos económicos coloniais e da metrópole também não. E os devotos do estudo das questões coloniais, o nosso escol colonialista, andam neste país a escrever nas gazêtas, e só quando os deixam.

Será necessário recordar que a última Convenção com a Africa do Sul não pôde sêr discutida públicamente, nem defendido para ela o interêsse nacional como deveria sêr, pois só foi permitido ao país ouvir . . . *l'autre son de cloche*, que não era o seu? — ou ainda que as crises actuais de Moçambique e Angola fôram de há muito previstas e para elas foram estudadamente apontados, com vasta cópia de elementos, as soluções e os remédios em livros e outras produções que nem sequer pudêram circular com pleno benefício para a Nação, vindo agora a verificar-se que tudo, *absolutamente tudo*, quanto então foi escrito, está aí diante dos olhos e diante daqueles mesmos remédios e soluções?

Isto não é pèssimismo nem apostada maledicência. É assim mesmo, a verdade núa e crúa que faz recuar as esperanças certas, possuidoras pela Nação, de se restaurar e vencer áquem e além-mar.

E porventura não é ridículo que venha afirmar-se que nesta idade da civilização, as demais nações andam agora a imitar as directrizes da nossa superior administração colonial, como se só agora, depois da gloriosa geração dos nossos grandes chefes coloniais, (dois dos quais, Couceiro e Nórton, ainda lúcidos e vivos), depois da série dos grandes ministros e governadores que tivemos, só agora se houvésse descoberto em Portugal e para uso de tôdas as potências coloniais, o segredo de bem organizar e administrar territórios ultramarinos?

E tanta vaidade (antes o não fôsse) quando o essencial está por fazer, quando o plano da restauração económica nacional e orgânica nem sequer viu ainda a luz do dia nem as primeiras letras de um borrão de rascunho !

Não há política económica colonial sem que se lhe dê por base uma larga acção de fomento e uma organização sólida e maleável de crédito. Mas essa restauração económica colonial tem de sêr integrada, em perfeita e harmónica coordenação, com a da Metrópole, a caminho da unidade económica nacional, que é o objectivo superior de todo este esfôrço e plano — da missão coordenada até á unidade sólida e activa. Ora esse esfôrço, esse plano não existem, como ainda não existe uma acção política

ordenada e metódica para obter com sinergia de trabalhos intensivos dentro de cada província ultramarina o seu pleno aproveitamento económico.

Fez-se o apuramento das dívidas das colónias, e procurou-se o arrúmo das contas públicas de cada uma delas. Refez-se uma carta geral de administração pública colonial, e fez-se também ou vai fazer-se a reforma dos serviços administrativos, e embora estes diplomas ainda não pudésem ter uma útil discussão pública, não custa nada reconhecer que aquele arrúmo de contas (não confundir com o equilíbrio orçamental de cada colónia) e a bôa ordem nos serviços são uma condição de bôa administração pública, e de, sem percalços, poder entrar-se numa política de fomento. Mas não coloquemos esta dependente do equilíbrio orçamental forçado de cada colónia, como se tem dito. No penúltimo Congresso Colonial promovido pela Sociedade de Geografia, foi este caso debatido a propósito do projecto do Acto Colonial, e tendo intervindo nessa discussão, ainda hoje nos parece que não errámos ao discordar do que a tal respeito foi introduzido no projecto e transitou depois a texto constitucional.

O arrúmo de contas, só por si não opéra, porém, o desenvolvimento económico nem sequer determina uma política de fomento, nem o desenvolvimento das actividades de produção, nem a expansão comercial dos produtos.

Recaímos portanto e sempre no mesmo ponto de partida e encontrámo-nos inalteravelmente deante da mesma carência. Continúa em aberto a questão de regularizar e tornar economicamente útil para a Nação a troca comercial de produtos coloniais e metropolitanos, coordenadamente e em união recíproca de proveitos para o fim de ser atingida a unidade económica nacional. Ao regressar de Africa, há escasos três anos, procuramos demonstrá-lo na conferência que fizemos no Centro Commercial do Pôrto, e ainda não há remédios nem sinais deles, para os males acima apontados, nem se praticou um comêço de política económica nesse sentido, que transforme em positivos benefícios os seguintes factos:

«De 1927 a 1931, tendo feito com o estrangeiro 93, 35 % do nosso comércio especial, nele só figuráram as Colónias com 5,98%. Em 1932, o intercambio com as colónias aumentou muito. A participação do Ultramar nas importações para consumo na Metrópole subiu para 10,75 % e para 13, 92 % a participação nas exportações dela. Para este aumento concorreram principalmente a exportação de vinhos e tecidos de algodão. No primeiro trimestre de 1933 a participação das colónias na nossa importação foi apenas de 8,10 % e na exportação de 17,25%. Em igual período de 1932 fôra respectivamente de 7,42 % e 12,27 % e no de 1931 respectivamente de 11,38 % e 12,02 %.»

Estes dados, que recolhêmos do estudo do Sr. Dr. Nuno Simões, permitem despertar novamente as atenções públicas para o problema da reconstrução económica ultramarina no interêsse de uma vantajosa e dominante nacionalização nos quadros das suas exportações e importações, e do aumento decisivo da sua produção e riqueza.

Isto é que é o fundamental e imperativo. Para isto é que o govêrno deve lançar incansáveis olhares. As conclusões críticas que tirávamos há três anos mantem-se na revelação indesmentível dos números estatísticos rigorosamente estabelecidos sôbre os cálculos officiais.

Não é este o lugar nem o ensejo para desenrolar o que há a aconselhar quanto à reforma da organização do crédito bancário, industrial e agrícola e dos métodos do trabalho nos institutos actuais — entre os quais está o Banco do Fomento Colonial, poderoso instrumento de acção vitalizadora e criadora que misérrimos interêsses deixáram esterilizar, com pesados ónus, nas malhas de um estatuto a que falta quási tudo o que é essencial e característicamente funcional em bancos dessa natureza; — quanto á normalização das transferências cujos processos e ágios proibitivos e delapidadores, são ainda consequência da falta de uma política de coordenação eco-

nómica entre metrópole e colónias, e de uma política de fomento, postas ambas em correlação com a de crédito: — quanto à reserva dos mercados; — quanto á revisão das pautas e sua função económica importantíssima nesta política de realizações; — quanto ao avigoramento da mão de obra e ao desenvolvimento das culturas indígenas; — quanto à reorganização da nossa marinha mercante como instrumento insubstituível dessa política, o qual vem de sofrer agora novo e terrível golpe em benefício do pavilhão inglês com a abolição do diferencial de bandeira, actual e futuro, em troca de uma garantia já existente da marca Pôrto; — e quanto á criação de um organismo de superior direcção e colaboração, nas estâncias de govêrno, para iniciar, estudar e instalar a acção de política económica de que vimos falando . . .

Mas se não podemos explanar, basta que indiquemos as referências, como vimos de fazer, para tornar mais viva a conclusão a que atrás chegávamos, de que a despeito do arrúmo das contas públicas de cada colonia, e dos tentâmes de reformas administrativas, estamos sempre a braços com a carência da política económica essencial e de cada vez mais premente.

Necessariamente, esta obra exige sacrifícios monetários á Nação. Evidentemente, não é possível praticar em cada colónia uma política de fomento sem recursos que a metrópole lhes facilite suprimindo os que lhes faltem.

Mas, pergunta o Sr. Dr. Nuno Simões com sobeja razão, quantos milhares de contos pagam as colónias de vencimentos aos seus funcionários que sem eles não poderiam viver? . . . Acaso seria de mais que nos milhões de libras dispendidos em fomento económico na Metrópole nos últimos anos, para as colónias se reservasse uma parte?

E acrescenta com verdade, reforçando o que sôbre tal assunto fôra ripostado e demonstrado pelas Associações Económicas de Angola ao Dec. n.º 19.773:

«A culpa das contas públicas obscuras e desordenadas ninguém as atribuirá com justiça aos colonos esforçados e sacrificados, que herôicamente teem afrontado a crise, trabalhando sempre, lutando sempre, esperando sempre. Em 1931, as colónias importáram e exportáram mais de 65.000 contos-ouro de mercadorias. . . A Metrópole comprou-lhes nesse ano 7.396 contos-ouro de produtos e vendeu-lhes 3.354 contos-ouro de mercadorias. Quem atribuirá ás províncias ultramarinas a culpa dessa participação não ser muito maior?»

Pois apesar de isto sêr de meridiana claridade, e de sêr uma lição das mais profundas a todos aqueles que teem vividô a trabalhar no Ultramar com patriótico interêsse de portugueses no seu reflorescimento, — inventou-se agora a surpreendente doutrina de que pelo facto do arrúmo das contas públicas coloniais, as colónias já nada custam á Metrópole, e veiu dizer-se á imprensa, talvez para replicar áquelas afirmações do Sr. Dr. Nuno Simões, que as colónias teem de viver dos próprios recursos, ou seja sem o refôrço material do Estado, para o seu equipamento e utensilagem e execução de tôda a política de fomento sobretudo agrícola que é indispensável fornecer-lhes.

Isto, quando os institutos bancários coloniais portugueses entráram em crise, a ponto de se tornar urgente que o Estado os administrasse, e quando os jornais das duas nossas maiores províncias de além-mar acabam de chegar, confirmando que os seus recursos estão mais que limitados, que outros lhes faltam da Metrópole em que esta tem as melhores garantias e proveito, e que pela recusa deles, a opinião pública torna a sofrer das excitações e reservamentos semelhantes a outros não longínquos, e que lembram os de homens activos e trabalhadores a quem se exija que produzam, depois de lhes enfiar pela cabeça uma camisa de fôrças. . .

Citam-se, em abôno de tão perigoso doutrina, a França, a Holanda, e outros mais países. Mais valêra que se traduzisse a opinião dos colonos da Argélia e da Africa Equatorial Francesa que reclamam exactamente o mesmo que os nossos de Angola e

Moçambique. Mais valêra que fôsse citada a voz geral do Congo belga, essa soando tão alto que já afina por qualquer coisa de parecido aos assômos da rebeldia e da desforra, — preciosos textos de documentação e estudo que chamam os espíritos às realidades, contra as figurações de tôdas as teorias que delas andam apartadas, e por isso não consêguem manter-se, nem mesmo á fôrça de evocações do passado histórico e de discursos literários.

Não, não enveredemos por esses ínvios caminhos de obstinada regência e de entregarmos as colónias aos seus próprios e já gastos recursos, pois seria o mesmo que a brêve prazo reconfiá-las, — por fôrça de circunstâncias inelutáveis da crise económica que as aflige, por verem ineficientes os sacrifícios que lhes exigiram, e sem horizontes a soma do trabalho que dispendem, — aos seus próprios destinos.

A culpa das soluções de continuidade administrativa abertas pela queda dos seus maiores governadores (as de Mousinho e Freire de Andrade em Moçambique, as de Couceiro, Nórton e Vicente Ferreira em Angola, por exemplo) não pertence às colónias, mas a essa sinistra vesânia politicante que tem há longos anos trazido em tranSES os nossos domínios de Além-mar impedindo a nossa grande política colonial de sêr levada a cabo, ou até de ter começado, mas aos erros de visão freqüentemente cometidos na Metrópole quando lá em baixo os brados dos colonos e das populações indígenas se fazem escutar.

De dia para dia, os factos veem dando razão àqueles que nos últimos dez anos em Portugal dáquem e dálem-mar ousaram enfrentar os interêsses privádos que metiam todo o património ultramarino dentro dos seus vastos cofres plutocráticos; e firmar rijamente a doutrina da unidade político-económica nacional da metrópole com as colónias.

É necessário não desviar a acção do Estado deste objectivo, e encaminhá-la por estradas largas e não por travêssas. Os tempos mudáram. A questão da valcrização das nossas províncias ultramarinas é hoje tão vital para a nossa soberania como em 1919, ao findar a guerra. Não há demoras que se justifiquem. E para o ardor e o arranco que faz estremecer os países novos, quando chegados aos altos pórticos da civilização, se vêem peádos e impedidos de os transpôr com vigorosos passos, os meses valem por anos. As nações coloniais que o esquecem, pagam-no caro !

Outubro de 1933.

Francisco Velloso

"CONFIO EM QUE NA ALMA PORTUGUESA NÃO DESAPARECERÃO NUNCA OS CULTOS ELEMENTARES QUE FIZERAM GRANDE ESTA PEQUENA NAÇÃO. CONFIO EM QUE O VENTO DE INSÂNIA QUE SACODE A HUMANIDADE DOENTE, NÃO CRESSTARÁ AS VIRTUDES FAMILIARES E CIVICAS QUE SÃO A CONDIÇÃO VITAL DA NOSSA DIGNIDADE HISTÓRICA. NÃO CREIO QUE, ESQUECIDO DE SI PRÓPRIO SEM NOBREZA, SEM ESPIRITUALIDADE, SE

AFOGUE EM IGNOMINIA ÉSTE PAIS QUE TEM FORTISSIMAS RAIZES ÉTNICAS. E NÃO CREIO. PORQUE ESSAS RAIZES NÃO SÃO CINZAS INÉRTES, MAS UMA CHAMA QUE SE NÃO APAGA. NELAS HAURIA VIDA E INDIVIDUALIDADE O PLASMA GERMINAL DAS SUCESSIVAS GERAÇÕES PORTUGUESAS.

"A MODERNA BIOLOGIA, CONTRARIANDO AS IDÉAS DE MAUPAS SOBRE A SENECTUDE DOS ORGANISMOS E A DOCTRINA ANTROPO-

LÓGICA DO REJUVENESCIMENTO DOS POVOS PELAS MESTIÇAGENS, AFIRMA QUE O PLASMA GERMINATIVO É IMORTAL.

"DESTE MODO NÃO É UMA BOUTADE DE PATRIOTISMO OCO, PROCLAMAR A CONVICÇÃO DE QUE PORTUGAL, EXPRESSÃO POLITICA DE PROFUNDAS VIRTUALIDADES GERMINAIS, É ETERNO. QUE ESTA CRENÇA NOS DÁ A ALEGRIA E O ORGULHO DE SERMOS PORTUGUESES!"

DR. A. A. MENDES CORRÊA

RIQUEZAS

ANGOLANAS

PELO DR. CARLOS BAPTISTA CARNEIRO

MEDICO-VETERINÁRIO — DELEGADO DE SANIDADE PECUÁRIA
NO DISTRITO DE MOSSÂMEDES

SÓCIO-CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

Expressamente para este Boletim



ouco se sabia do distrito de Mossâmedes, há pouco mais de um quarto de século.

Conheciam-se e apreciavam-se os esforços hercúleos dos homens que fizeram, há perto de noventa anos, a ocupação agrícola das margens dos

rios que irrigam este pedaço de terra angolana.

A riqueza enorme que esse esforço, essa vontade indômita, esse titanismo raro, produziu, soube-o tôda a gente, observou-o todo aquele que teve a oportunidade maravilhosa de vêr realizada uma obra colonizadora e produtiva de que não há exemplo na história colonial.

Sabia-se também doutra colonização, não menos brava, não menos persistente e não menos eficaz e que tinha avançado, à aventura, em veleiros frágeis, de terras algarvias, para auscultar o mar que esta costa margina, sentir-lhe a vida, conhecer-lhe os segredos e arrancar dele o peixe inesgotável, o peixe que se acolhia a águas bonançosas e nelas se reproduzia em tal abundância que, pacatamente, preferia cair nas redes a lutar, inclementemente, inglôriamente, com o seu semelhante, no combate áspero pela vida.

Sabia-se ainda que foi êsse colono tenaz, cheio de humildade, de virtuosidade e ardente de fé, que soube construir, sôbre doloroso deserto de areias escaldantes e desalentadoras, a cidade nobre e bela.

Mas nada mais se sabia para o interior dessas terras; a zona desértica, na sua extensão, avolumava-se no espírito de todos.

Tudo tinha que ser areia e a areia triste, horrível, na sua côr macilenta de minério inferior, nada mais permitiria á vida vegeta-

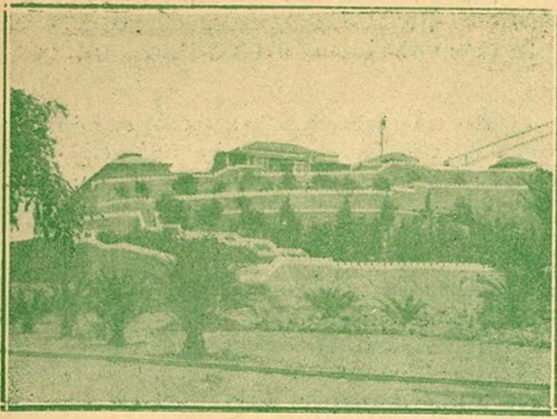


DR. CARLOS CARNEIRO

tiva senão que dela rompêsem, disformes, hórridos, o cacto, o candelábrus místico e a urze mártir.

Desconhecia-se a zona intermediária entre o deserto acabrunhante e a região das grandes alturas donde rompe, cheio de seiva e viço, um mundo vegetal de assombrar.

E na tal zona desconhecida, escondia-se, aos olhares profanos, uma população animal fantástica.



MOSSÂMEDES — FORTALEZA DE S. FERNANDO

Hábitos de nomadismo e de incivilização levavam os animais imensos a fugirem dos importunos; escondiam-se nas ravinas discretas; alcandoravam-se nos môrros altos que ao homem era difícil e perigoso transpôr; calcurreavam, em silêncio, as areias dos rios e dispersavam-se, sem receio, pelas planícies extensas onde a espinheira, de espinho cortante como lâmina afiada e traiçoeira como o Judas da Bíblia, vedava a entrada ao homem curioso.

A luta pela vida, a conquista do pão de cada dia e a necessidade de uma expansão maior, convidaram os audazes a desvendarem os mistérios da selva.

E através de inclemências aterroradoras, de tragédias raras mas com corágem forte, até lá chegou o homem.

E pôs-se a descoberto a riqueza escondida; era enorme a população bovina; nada mais havia mas nada mais era preciso para que se considerasse rica a zona que a lenda, na sua fantasmagoria mórbida, queria sequestrar aos olhares e ao contacto do ocupador.

E, a pouco e pouco, começou interessando o animal bovino, como elemento de valôr e de procura.

Bem ou mal, o comerciante foi, por essas terras más, em busca do boi e ao encontro do preto bravo a quem criou hábitos, aguçou apetites, espicaçou desejos, para, satisfazendo-lhe

as necessidades criadas, trazer em troca os bois que apascentava, que criava, com carinho grande.

O espírito aventureiro e audacioso levou o homem a querer conhecer o desconhecido, o que a lenda fantasiou de inóspito, de horrível.

E o boi pacífico aparecia sempre, resignado com a vida, nómada como o dono, em rebanhos imensos que assombravam o arrojado.

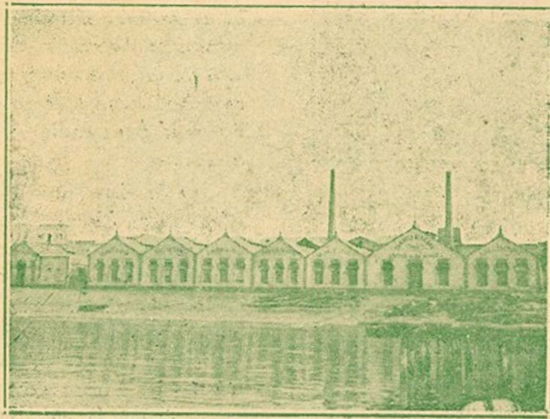
E assim se põe a descoberto a riqueza oculta e se lhe começa a dar valor.

Mossâmedes tem em tôda a zona subplanáltica que se estende ao Norte, das Mundas de Hambo até atingir ao Sul o rio Cunéne, uma população bovina considerável e que representa para a economia do distrito poderosa fonte de riqueza.

Dela vem cuidando o Estado, fazendo actuar num trabalho metódico, embora lento porque não é possível fazê-lo apressadamente como seria para desejar, os Serviços Pecuários de Angola.

A acção sanitária vem-se, manifestamente, revelando quer no ataque às epizootias quer no emprego de meios profiláticos de defesa; a acção zootécnica que morosamente se vem fazendo, sentir-se-á mais

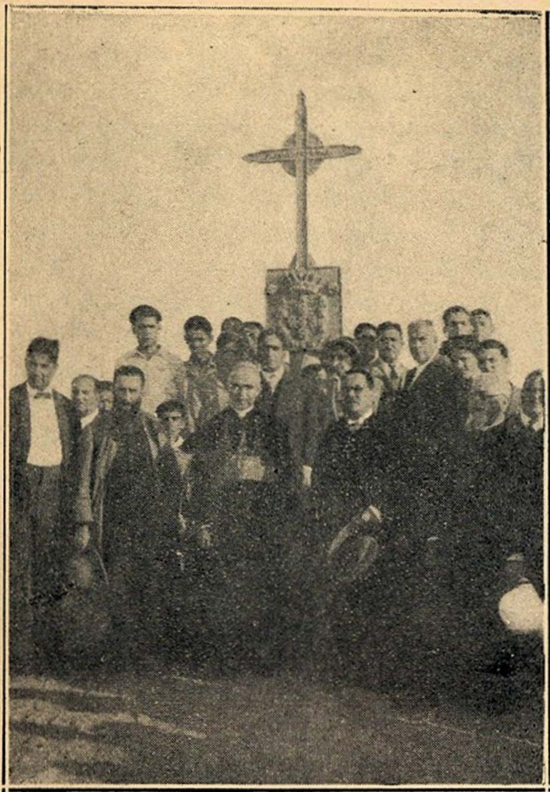
intensamente, em breve com a dessimação de reprodutores selectos e com a criação de postos de reprodução já decretados e em via



MOSSÂMEDES — UMA FÁBRICA DE CONSERVAS



NO DESERTO DE MOSSÂMEDES — UM GUELENGUE
(ORIX GAZELA) FERIDO



MOSSÂMEDES

PADRÃO DE DIOGO CÃO NO CABO NEGRO

ROMAGEM PRESIDIDA PELO REV. BISPO DE ANGOLA E CONGO,
D. MOYSÉS ALVES PINHO, QUE SE VÊ NA FOTOGRAFIA, RODEADO
POR ELEMENTOS CATEGORIZADOS DO DISTRITO.

de conclusão e com a assistência técnica que procura prestar aos gados dos indígenas.

Não é esquecida, pois, dos Poderes Públicos a riqueza pecuária de Mossâmedes que será, num futuro próximo, a razão de vida, elemento de acção e de trabalho de muito colono que a este ramo da industria animal queira e possa entregar a sua actividade e o seu esforço.

Mossâmedes,
Novembro de 1933.

Luiz N. Lamy

ATENÇÃO

Serviço de ½ cristal de côr âmbar para
mesa, com 63 peças, por 140\$000.

Talheres de Christofle, Metais finos, Alu-
minios, Porcelanas e outros artigos.

O CRYSTALINO

RUA URUGUAYANA N.º 39

O Sr. Dr. Nuno Simões e a honrosa distinção que lhe foi conferida pelo "Office International du Vin", de Paris

Quasi tôda a imprensa portuguesa se referiu nos termos mais elogiosos e mais justos á consagrada distinção com que o "Office International du Vin", de Paris, premiou o exaustivo e substancioso trabalho "O vinho do Pôrto e a defesa internacional da sua marca", da autoria do Sr. Dr. Nuno Simões, nosso ilustre e ilustrado sócio honorário e colaborador, sem dúvida uma das mais completas e robustas mentalidades de Portugal e dos mais infatigáveis e esperançosos estadistas que a Nação conta no seu activo de valores mentais, intellectuais e morais.

Quem, como nós, tem tido a honra e a grande ventura de acompanhar a operosidade verdadeiramente excepcional do ilustre e dinâmico antigo ministro do Comércio, espalhando a jorros a luz do seu saber e o fruto dos seus porfiadores estudos; quem, como nós, tem seguido a sua denodada campanha e a sua constante vigilância em defesa da economia nacional, abordando-a com elevação patriótica, forte sentido nacional e firme critério através de tôda a sorte de propaganda, num desdobramento de energias que o enaltece e muito alto o coloca na admiração sincera dos seus concidadãos, reconhece sem esforço que era falsa a acusação de indolência que pendia — e ainda pende — sôbre os nossos estadistas.

O Sr. Dr. Nuno Simões, — que á Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, sem ao menos conhecar pessoalmente um só dos seus directores, se tem dignado prestar, com notável e raríssima espontaneidade, a mais assinalada cooperação, exaltando e louvando com a inconfundível autoridade do seu nome o progrãma pan-lusitano que é a razão precípua e fundamental da nossa existência, — pela sua intelligência, seu amor pátrio e privilegiadas faculdades de acção é, sem contestação, um dos mais lídimos e competentes orientadores da economia nacional.

"Que corágem, que formidável heroísmo não são hoje precisos a um homem que constitui a sua família e se não acobarda perante o ingente encargo de a manter dignamente e de a valorizar, de formar e fazer dela, a dentro da Nação, o núcleo essencial da sua fôrça, da sua abundância e do seu progresso?"

Dêste novo aspecto do heroísmo depende a paz das democracias. Se o não soubermos criar a partir da escola, fazendo perante a criança a exaltação do apagado esforço, da dura tenacidade, da heróica paciência do trabalhador — que sempre nas grandes crises soube defender valorosamente a integridade do solo nacional, voltando a seguir á modestia do seu viver laborioso — jamais podemos esperar para a nossa terra a invejável paz de que há muito gozam os países democráticos em que o trabalho é a base essencial de tôda a nobreza".

GASTÃO SOUSA DIAS

UMA CARTA

PELO SR. CONDE D'AURORA

JUIZ DO TRABALHO, NO PÓRTO
ESCRITOR E PUBLICISTA

Muito Prezado Camarada,

Junto ao BOLETIM que acabo de receber, chegou-me a sua encantadora carta e penhorante convite de colaboração.

Recuso-me a colaborar — e esta carta é a explicação afectuosa, sincera e humilde, dessa recusa.

Por infelicidade (e a minha lusíada paixão sempre a sente) nunca tive a dita de pisar solo do glorioso Império.

Orgulhosamente pousaram meus olhos nas costas caboverdeanas quando passei no canal.

Senti-me *outra vez* em Portugal quando há três lustros deambulei pelas ruas familiares e alegres dessa mais linda cidade do mundo que é o Rio (e Lisboa também é a mais linda!).

E, quando, percorrida em escalas pequeninas e freqüentes a costa e o interior da grande República, eu penetrei no território de Misiones, os únicos monumentos que encontrei foram as ruínas dos estabelecimentos portugueses — e a glória de Portugal ecoando na tradição de índios e colonos europeus.

Para sentir, Amigo, é imenso! Para escrever, Camarada, é pouco, é demasiado pouco, é quasi nada. . .

Ah! atávicamente eu sinto ânsias de percorrer orgulhosamente esse Império todo, primeiro e último que o Sol avista e despede — como disse o Poeta.

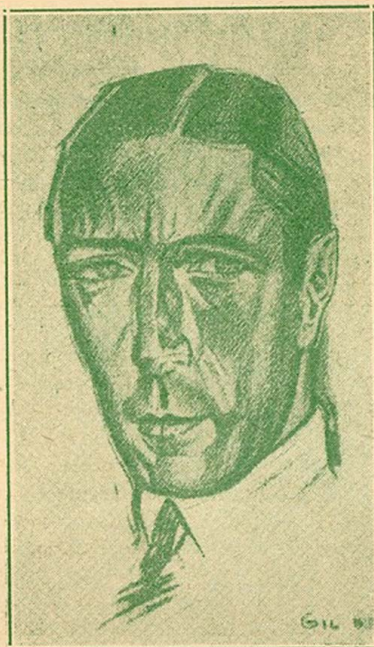
Ceylão, Abissínia, Terra Nova, Cabo da Boa Esperança, Maláca, Bombaim, Marrocos, Congo, as cinco partes do Mundo. Baixinho murmúro o título de D. Manuel I.* quando sinto ânsias nacionalistas de levantar a cabeça mais alto ainda:

"Senhor d'Aquém e d'Aém Mar, etc., etc. . ."

Menino, quando por benevolência passei meu exame de instru-

ção primária, eu só sabia de cór este rosário de palavras e mais: Aljubarrota, 1640, Afonso Henriques.

Há duas fórmulas de educar e aperfeiçoar o nosso nacionalismo:



O SR. CONDE D'AURORA, VISTO PELO
ARTISTA ESPANHOL GIL DE VICÁRIO

*O génio colonizador dos
Portugueses é imperecível:
A sua obra não morrerá.
Trabalha para isso na
medida das tuas forças.*

*O Império dos portugue-
ses é uno e indivisível.
Defende-o e valoriza-o com
o teu trabalho e o teu estudo.*

aprender a História — viajar o Mundo.

Da primeira está tratando-se hoje a sério.

Notável exemplo o BOLETIM cuja propaganda intensa é uma altamente meritória obra de patriotismo.

Bem merece da Nação, porque bem a serve — o meu ilustre Camarada.

Acaso transparece repetida a nota política (leia o vocábulo no sentido pejorativo, não no que lhe deram D. Manuel, D. João 3.º, D. Sebastião, D. Afonso VI . . .)? Raro senão.

Mas aprende-se tanto nesse album glorioso!

Parece-nos ler um cronista medieval quasi lendário, quando afinal é apenas algum oficial português da administração militar a copiar estatísticas — tantos milhões de km², tantos biliões de quintais, exportações, raças, pórtos, costas, reinos, ilhas, soberanias. . . !

*

E viajar.

Percorrer as Colónias, o que se chamou algum tempo indevidamente colonias: as nossas Províncias ultramarinas.

Não admira que o não façamos, pois as colocamos em absoluto pé de igualdade com as Províncias da Mãe-Pátria que só agora começamos a conhecer e acarinhar.

Promovam-se excursões, colectivas e individuais, ao Ultramar.

Bilhetes de ida e volta — como nos caminhos de ferro daqui — com o regresso 75 % mais barato.

O Menino formou-se: o Papá oferece-lhe uma viajata: vai a Biarritz e a Vichy.

Não ! Isso acabou: vá dar uma volta ao Império — vá dar uma lição de História, uma lição prática, de História e de Orgulho. Vale mais que ir, envergonhado, dar uma lição de acanhamento perante *snoobs* ignaros, janotas e pelintras, diante de quem nem todos podem ser Marqueses de Niza.

E' por isso, Amigo, porque ainda não fui peregrinar o roteiro das Indias — e percorrer esse Ex-

trêmo Oriente onde Portugal levou primeiro a civilização, e o nome português é o mais respeitado — é por isso, Camarada, que eu me recuso, apenas por humildade como vê, a colaborar no BOLETIM que o meu Amigo dirige e mantém com tão entranhado amor pátrio, e a que presto a minha reverente homenagem.

António Feijó, lá longe, em terras nórdicas, lembrava-se com saudade e lirismo, da beleza e encanto sem par da nossa terra limiana.

O meu Amigo, mais feliz, exílio doce em terra amiga, irmã, prolongamento da Pátria, lembra as glórias limianas: um Fagundes, descobridor da Terra Nova, um Gonçalo — o — Velho, um Fernão de Magalhães, um Padre Francisco Pacheco, glorioso mártir do Japão,



PADRE FRANCISCO PACHECO
MÁRTIR DO JAPÃO
NATURAL DE PONTE DO LIMA

cujo nome — lembra-se? — está perpétuado na mais linda e nobre rua da nossa Vila natal, aquela que o povo sempre chama a *Rua de Dentro da Vila*. E' como quem diz que o Santo Mártir está no coração — dentro — dos limianos.

“Quando as naus iam para a Índia...”

O rio lembra-se...

E todos nós tivemos avós em Arzila — não o esquecemos, sempre orgulhosamente o lembramos.

África, Atlântico nosso!

Vale, Amigo.

Camarada e admirador

Ribeira Lima, Agonia, 933.

Conde d'Alva

“O Governo vê que estamos a crescer em número, que os nossos filhos hão-de precisar de terra, e que não a há disponível, porque os brancos a querem tóda. Hoje o branco possui oitenta e oito por cento do solo, e o Governo, para arranjar mais para os brancos, tem de deixar o preto sem nenhum... O indígena não pode adquirir no Orange nem uma jarda de terra”.

(Da conferência feita no CRESCENT HALL, de Sophiatown — subúrbios de Johannesburg —, em dezembro de 1929, por D. D. Tengo Jabavu, professor de ESTUDOS BANTUS no COLÉGIO DE FORT-HARE.)



UM LINDO ASPECTO PANORÂMICO DE VILA LUÍSA E DO RIO INCOMATI

VILA LUÍSA

PELO DR. ANTÓNIO AUGUSTO DE MIRANDA

JUIZ DE DIREITO — SOCIO-CORRESPONDENTE EM LOURENÇO
MARQUES DA "SOCIEDADE LUZO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO"

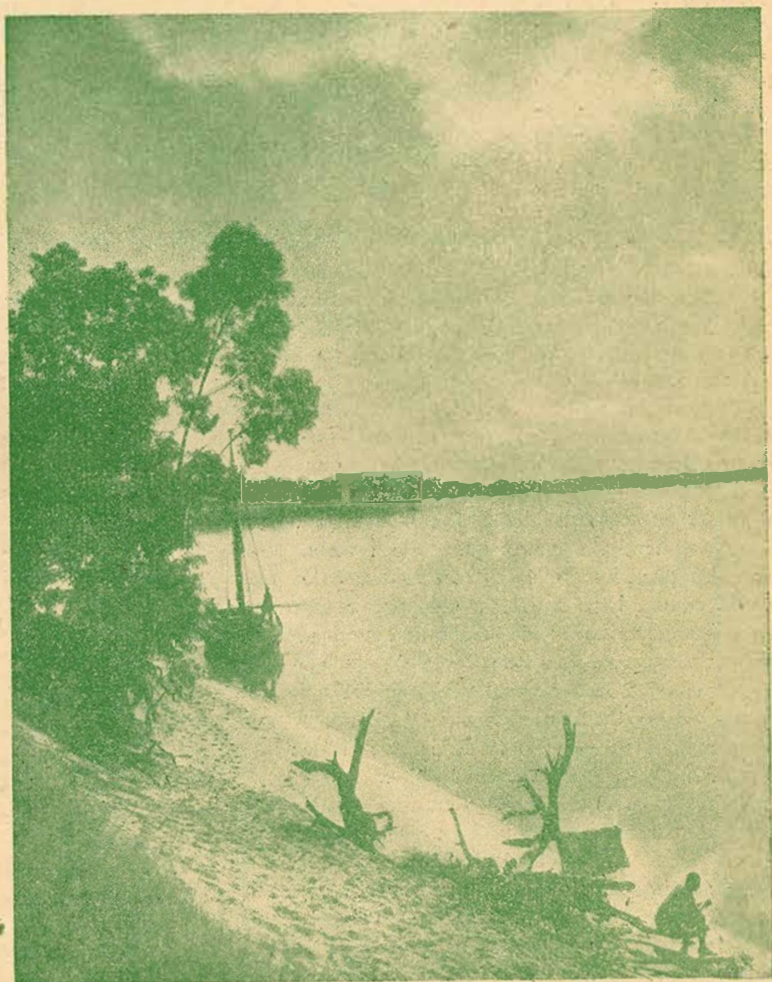


VILA Luiza — mais conhecida pela designação de Marracuene, nome da região e da Circunscrição de que é o centro administrativo — é uma mimosa tela de Ruy-sdael: uma esplanada alegre, espreitando por entre casuarinas e eucaliptos o rio Incomati, que desliza ao fundo, a duas ou três dezenas de metros.

E' o sítio mais pitoresco dos arredores de Lourenço Marques, a 32 quilómetros da cidade. Naturalmente impondo-se como um ponto de turismo, tem direito a uma estrada mais cómoda do que aquela que a serve. Este trôço da estrada que liga a capital ao norte da Colónia, no dia em que fôr asfaltada e ladeada de árvores que substituam a aridez que a acompanha pela doçura da sua sombra, tornará o passeio a Marracuene um verdadeiro deleite. Assim, como está, poeirenta e escavada, mergulhada na aridez causticante do mato africano, apenas a salvam os escassos 32 quilómetros que separam Vila Luisa de Lourenço Marques. É por esta pequena distância e pelo deslumbramento da paisagem, que êste passeio é, nos dias de descanso, o preferido por quem quer distrair a vista da fisionomia diária da cidade.

Em Vila Luiza mandou o Caminho de Ferro de Lourenço Marques construir um pavilhão-restaurante, no sítio mais sobranceiro ao rio, para o qual se desce por uma escadaria de cimento lançada na

encosta em declive rápido, sombreada de casuarinas, ralas para não cortarem a vista sôbre o rio. Este apresenta neste ponto, na curva que em frente descreve, um dos mais interessantes aspectos do seu percurso: no espelho das suas águas, deslisando mansamente no vai-vem contínuo que a maré lhe imprime, reflétem-se as asas brancas dos botes que nele navegam; as suas márgens, revestidas de densa vegetação, dão-nos uma deliciosa sensação de frescura que nos inunda a alma de indizível bem-estar.



OUTRO LINDO ASPECTO DO RIO INCOMATI, EM VILA LUÍSA



os ouvidos das pessoas que nunca percorreram as terras que demoram entre os rios Lurio e Rovuma, desde o lago Niassa até ao Oceano Índico, a palavra *Niassa* sôa como um éco de tragédia, como sinónimo de regiões inóspitas, cobertas de vastos pântanos, batidas de calôres ardentes, alagadas por chuvas torrenciais, de tudo, emfim, o que há de pior nas condições físicas de um país tropical. As operações militares, que de 1914 a 1918 se desenrolaram neste território, e o estado de abandono quasi completo em que a extinta Companhia do Niassa o deixou ao fim de quarenta anos de administração, contribuíram também para essa má fama que tanto horror mete a muita gente. E' certo que a zona litoral, no actual distrito de Cabo Delgado, é bastante insalubre, de temperatura elevada, pantanosa e escassa de aguas potáveis. O mesmo succede ainda com os vales dos grandes rios Rovuma e Lugenda, e com tôda a extensa planície da Amaramba, regiões estas que apesar da sua altitude relativamente elevada (500-700 m.), se assemelham ás regiões do litoral.

Percorrendo o actual distrito do Niassa de leste para oeste, passado que seja o rio Lugenda, começam a aparecer as grandes montanhas que caracterizam a região NO do distrito, como por exemplo a extensa cordilheira Aiáua (1.600 m.), que vem desde o Rovuma a terminar nos montes de Metonia, situados cerca de 30 km. SE do lago Niassa, a serra M'Senga na qual se encontram altitudes superiores a 1.900 m., a serra Chitangala (1.600 m.), os montes Massangulo e Livingiri (1.600 m.), os montes de Mandimba, etc.

A região das grandes altitudes do Niassa, a que com maior precisão se devia chamar *Alto Niassa*, tem paisagens de notável beleza, das mais belas que se podem encontrar nos países tropicais, união maravilhosa das montanhas coroadas de ciclópicas massas de granito com o arvoredado denso que tudo reveste, desde as grandes planícies até ás anfractuosidades dos mais elevados cumes. Esta região, tão poética quanto produtiva, tem como limites, de uma forma geral: ao norte a linha de fronteira (paralelo 11°35'S) desde o lago até ao Rovuma, a oeste e ao sul o lago e a linha de fronteira até ao rio Luchimucé (paralelo 14°10'S), a leste aproximadamente o paralelo 36° E Gr. A altitude média está compreendida entre 1.100 e 1.350 m.

Na maior parte das serras o granito, o gneiss e os schistos afloram em grandes massas; o solo é geralmente argiloso e raras vezes arenoso. Ao norte, na mancha do Karroo, próximo do Rovuma, foram assinalados alguns jazigos hulheiros, o que vem trazer a esta região uma incalculável importância. O solo de quasi tôda a região é excelente para o fabrico do tijolo, telha, louça, etc. como se tem verificado nas construções e na cerâmica indígena.

Numerosos cursos de água correm das vertentes das serras, muitos dos quais adquirem avultado caudal. Há duas bacias hidrográficas perfeitamente distintas: a do Rovuma e a do lago. Os rios da bacia do Rovuma são de curso extenso, caudalosos e ricos de tributários. Os principais são: Luchulingo e M'Singe, que nascem no planalto de Lichinga e vão unir-se ao Rovuma, correndo sensivelmente na direcção S-N e banhando amplos e longos vales, Luambala, Lucolomege e Luchimucé, tributários do Rovuma através do seu grande afluente Lugenda. Os rios da bacia do Lago são de pequeno curso e apresentam a forma torrencial, á excepção do Lijamanji, o qual, além de ser extenso (cerca de 50 km.), corre ao longo de um vale bastante fértil, mas estreito.

A margem do lago apresenta duas fácies distintas: uma, a das planícies aluvionárias, constituída pelas terras arrastadas das encostas e por antigos fundos do lago, a outra, a montanhosa, constituída pelo prolongamento das terras altas, e que para o norte de Kóbué constitui exclusivamente a margem. Apesar de ser pouco fértil e bastante quente a margem do lago correspondente á zona das planícies é muito habitada pelo gentio. A população dedica-se sobretudo á pesca e á criação do gado bovino, cultivando pouco, pois o solo é pouco fértil. E' uma zona imprópria para a colonização da raça branca.

Quanto ao clima das terras altas, pósto que os dados meteorológicos existentes sejam escassos, podemos considerá-lo como temperado. Há duas estações climáticas bem definidas: a das chuvas desde Outubro a Maio, e a das secas, nos meses restantes. A temperatura máxima regula por 35° em Novembro e a mínima por 7° em Julho.

Tôda a zona das terras altas do Niassa é povoada de vastas florestas, as quais são ricas de boas madeiras e produtoras de flôres melíferas, do que resulta uma grande abundância de mel e cera. A maior parte destes povoamentos está, porém, infestada da mosca tzc-tzc, o que constitui um dos mais graves, senão o mais grave obstáculo para a colonização. O governo da Colónia tem mandado para aqui algumas brigadas de saneamento, mas a falta de seqüência dos trabalhos tem anulado os esforços empregados.

Pela sua distância ao litoral — cerca de 900 km. ao pórt de Moçambique e de 600 km. a Pórt Amelia — e por se tratar de uma região de fronteira, o Alto Niassa necessita de ser ocupado e colonizado pelos portugueses da raça branca. Só assim se poderá valorizar um território tão vasto como de grandes possibilidades agrícolas. Ocupado e colonizado criteriosamente, pode dentro de poucos anos tornar-se uma importante província portuguesa.

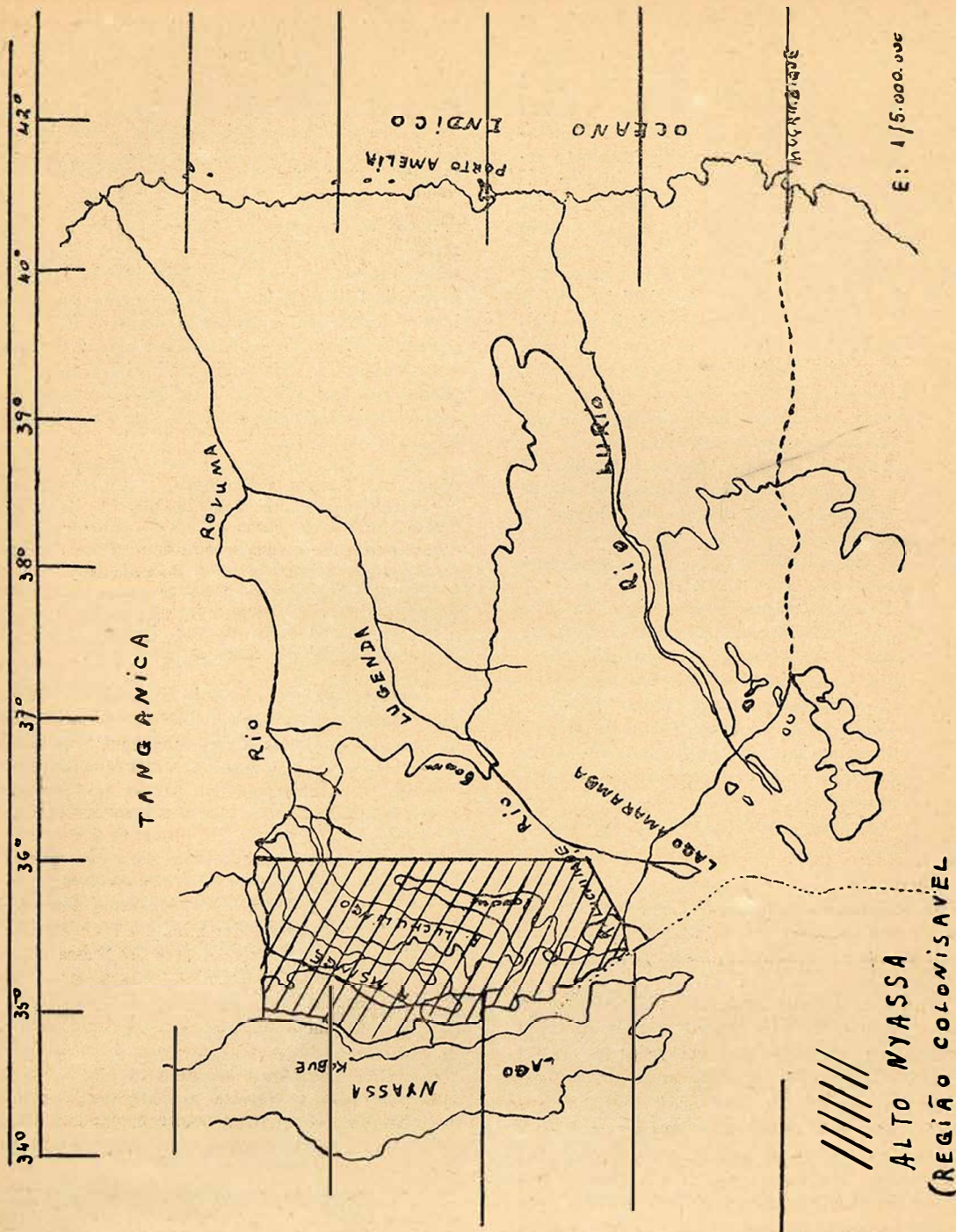
A colonização destas terras não deve ser feita em massa, trazendo colonos da metrópole para os largar aqui mais ou menos amparados pelo Estado, como tantas vezes se tem feito nas nossas colónias sem resultado positivo. A colonização deve formar-se naturalmente, sem esforço, com pequeno dispêndio de dinheiro, quer da parte do governo quer da parte dos colonos.

Sôbre a possibilidade da Colonização das Terras altas do Niassa

PELO DR. ANTÓNIO DE FIGUEIREDO GOMES E SOUSA

ENGENHEIRO-AGRÓNOMO DO QUADRO DE MOÇAMBIQUE

Especial para o "Boletim da Sociedade Luso-Africana"



A palavra *colonizar* é sinónima de *fixar*. Portanto, fixando, ou antes criando as condições de vida necessárias à fixação dos colonos, coloniza-se. Compete ao governo, por intermédio dos respectivos serviços técnicos, criar e desenvolver essas condições. Por enquanto, por muitos anos ainda, a colonização do Niassa só poderá ser feita com êxito por funcionários públicos, embora isso pareça, a muita gente, um contrasenso. Só os funcionários amparados pelo Estado por meio do seu vencimento, conseguirão, a par do desempenho das suas funções, formar uma exploração agrícola, ao princípio modesta, mas que com o tempo irá tomando alento, sem o artifício do crédito agrícola.

Se o método da colonização por meio dos funcionários públicos tivesse sido adoptado em Angola e Moçambique, nas regiões apropriadas, bem entendido, existiriam hoje nas duas grandes colónias, numerosos e importantes núcleos de população portuguesa definitivamente fixada, bem mais portuguesa e mais útil do que essas legiões de aventureiros que os governos de tempos a tempos importam da metrópole com o fim de povoar determinadas terras. Actualmente o número de funcionários dos diversos quadros existentes no distrito do Niassa é de 64, havendo a juntar cerca de uma dezena de europeus empregados no comércio e

outros serviços, além de três padres, sete irmãos e quatro auxiliares, todos europeus.

As culturas mais importantes não só das terras altas como de todo o distrito são: milho, feijão, amendoim, mandioca, arroz, mapira, bananeira e batata doce. Na missão italiana Della Consolata, de Massangulo, fundada em 1928, cultivava-se com excelente resultado o café, o trigo e muitas árvores de frutos dos países temperados, especialmente a macieira, a pereira e o pessegueiro, a figueira e a ameixeira e outras dos países quentes como por exemplo a anoneira e a mangueira.

Dado a sua grande distância dos portos de embarque e dos mercados de consumo, está indicado que a produção agrícola do Niassa deverá consistir essencialmente nas culturas ricas, tais como as árvores de fruto, a vinha, o café, o trigo, possivelmente a oliveira, o chá, o arroz, e bem assim no mel e na cera, nos laticínios, nas carnes preparadas, etc. A produção indígena deverá incidir sobretudo nas culturas de mantimentos.

Um dos trabalhos de mais urgente necessidade é a abertura de estradas, visto que a principal via de comunicação existente é uma estrada da fronteira, a qual, além de atravessar extensas regiões desabitadas e improdutivas, tem o inconveniente de ficar inutilizada no caso de guerra com a colônia vizinha.

O porto de mar destinado a servir o Niassa deve ser Porto Amelia, e não Moçambique, como actualmente sucede. À parte o ser mais curta a distância, a utilização de Porto Amelia impõe-se também por se tratar de uma baía abrigada, profunda e ampla. Pelo contrário, Moçambique é uma ilha, um ponto desabrigado que só nos tempos antigos, em que a costa era pouco conhecida e o interior ainda não estava ocupado, tinha razão de ser utilizado.

Metonia (Niassa) — Africa Oriental Portuguesa, Setembro, 1933.

“É necessário fortalecer no povo português as qualidades intrínsecas, essenciais, que tornam as nações respeitadas e felizes. Leve-se a efeito o programa de reconstituição de Portugal, sem quebra de continuidade espiritual e evolutiva com o passado, com um passado em cuja contemplação inerte não devemos quedar-nos embevecidos, mas que não podemos nem devemos renegar, porque d’ele vieram até nós, porque ele nos legou dons inestimáveis, estímulos preciosos, exemplos de virtudes duma beleza imortal”.

DR. A. A. MENDES CORRÊA

Para o Sul do Brasil a solução tinha aspecto diferente; não era bastante atirar naquelas terras os negros broncos dos resgates da África que não poderiam realizar a obra transcendente de fixar uma civilização, sendo eles pela sua própria natureza apenas instrumentos humanos de trabalho, incapazes de compreender o espírito civilizador de sua tarefa.

A colonização exigida era aquela que se compenetrasse do importante destino que lhe ia caber, de prolongar a pátria lusitana nos desertos onde se ia instalar, inspirada na convicção de que além de buscarmos a própria felicidade iam os colonizadores receber também o legado de conservarem ílesos os ideais portugueses. A missão de ocuparem, guardarem, defenderem e aumentarem o património territorial e moral de sua pátria, era uma missão de tal maneira transcendente que os índios animalizados e os negros escravos seriam incapazes de realizar.

Só os filhos de portugueses poderiam levá-la por diante; só homens caldeados no sentimento elevado do patriotismo, só um povo imbuído do ideal de civilização, inteligente, sadio e forte de carácter e de corpo é que estaria na altura de receber a gloriosa investidura de implantar definitivamente, pela ocupação em massa, a soberania das armas e do trabalho português nas terras que desciam para o imenso estuário do Prata, onde se defrontavam os dois irreconciliáveis povos da península ibérica, lusos e castelhanos.

Felizmente para o bem da Humanidade, felizmente para honra de Portugal, felizmente para os destinos do Brasil, o minúsculo Reino tinha dentro de seu povo a gente predestinada para tão augusta missão.

Era do Arquipélago dos Açores que devia sair a sementeira para fixar a raça e o ideal lusitano no Sul do Brasil.

Viamo-nos assim libertados quer da mácula dos degredados, quer da chaga da escravatura, com tôdas as suas tristes e vergonhosas conseqüências. Podemos, os descendentes dos casais, regosijar-nos dos ancestrais de nossa raça, límpida nas suas origens.

Não foi a resolução inopinada de uma crise que atirou os ilhéos para o Sul do Brasil. A vinda dos açorianos para a colonização das terras conquistadas era uma idéa antiga e assentada desde muito nas decisões da corte e que se demoraria a transformar em realidade por aquêles misteriosos designios do destino, que haviam reservado a preciosa semente para ser lançada no terreno próprio e no instante oportuno.

In-CASAI — pelo GENERAL BORGES FORTES

Café DAULISTA
TORREFAÇÃO E MOAGEM
Soares Pinheiro & Comp.
RUA DA CONSTITUICAO 23A - Teleph 2-0836
RIO DE JANEIRO
ANALISE

**TOMA-SE UMA VEZ
E REPETE-SE TODA A VIDA**

PORTUGAL — Nação Colonial

PELO DOUTOR MANUEL PÉRES

Director do Observatório Meteorológico da Ajuda, de Lisboa
Antigo Director do Observatório "Campos Henriques", de Lourenço Marques
Escritor e Colonialista

Expressamente para este Boletim

¿ **PORTUGAL** é a terceira ou a quarta potência colonial? Será a primeira? Será a quinta?

Este problema foi, há meses, apaixonadamente discutido. E assentou-se num número de ordem, não me lembro de qual, baseado em considerações de superfície, de população e de distribuição geográfica. Para encerrar a discussão apareceu até, com toda a sua autoridade burocrática, um alto funcionário do Ministério das Colónias a proclamar o número adoptado e a avisar os incautos de que a colocação do país um furo abaixo ou um furo acima na escala poderia dar origem a gravíssimas complicações para a administração ultramarina.

Acatemos, pois, a decisão.

Mas examinemos a questão sob o aspecto da origem das colónias para verificarmos se o domínio ultramarino português está nos mesmos casos em que se encontram os de outras nações, como a Gran Bretanha, a França, a Holanda... Investiguemos se Portugal é um país colonial no sentido em que o são aquelas nações.

Inglezes, franceses, holandeses, alemães, italianos e belgas começaram a interessar-se pelas terras de alémmar há tão pouco tempo que se lhe pode aplicar o advérbio recentemente. A França e a Inglaterra, com mais de mil anos de nacionalidade, não contam quatrocentos de empresas ultramarinas; para elas, a obra ultramarina é um simples episódio da sua história.

Para Portugal, pelo contrário, a história do ultramar é a história da Nação. Começou pouco depois da fundação da nacionalidade; é quasi tão antiga como ela. Antes do início da empresa ultramarina, antes da expedição do Mestre de Avis a Ceuta, pode dizer-se que não há uma história marcadamente portuguesa; há história peninsular: guerras entre os reinos cristãos

da península e expulsão sistemática dos mouros. Portugal, Castela, Aragão, Navarra, todos fizeram o mesmo e todos o fizeram identicamente.

Onde a política portuguesa se distingue da de todas as outras nações é na preparação da expansão ultramarina, já evidente no tempo de D. Denis preocupado com o desenvolvimento da marinha, e na sua execução posterior.

Toda a nossa história assenta no mar. Durante séculos e séculos, as intrigas políticas, os interesses dinásticos e as questões religiosas lançaram umas contra as outras as nações da Europa. A própria Espanha se viu inúmeras vezes embrulhada nessas lutas. Portugal conservou-se quasi sempre alheio à alta política europeia e, nas raras vezes em que interveiu, teve um papel secundário. Pode dizer-se que Portugal tem sido um país estranho à Europa; toda a sua preocupação, todos os seus esforços, visaram as terras de alémmar, sempre consideradas tão portuguesas como o pequeno rincão europeu.

E, se nunca se fez distinção entre o território da península e os outros, a razão está em que não houve diferença no modo como um e outros se integraram na Nação.

¿ Como se formou Portugal?

Do condado portucalense, que Afonso Henriques herdou de seu pai e transformou em reino independente, partiram as hostes portuguesas à conquista do território que se estendia ao Sul. A pequena nação primitiva se ajuntaram a Extremadura, o Alentejo e o Algarve.

Nessa altura já o rei se intitulava "de Portugal e dos Algarves"; o Algarve, (pois era só um, o de alémmar) era considerado, pelo que se infere do título rial, território estranho ao genuíno Portugal. Hoje ninguém pensa em semelhante distinção.



DR. MANUEL PÉRES

LIGA PORTUGUESA DE HONG-KONG

Ninguém duvida de que, se ao sul do Algarve houvesse terra no lugar em que está o Atlântico, a avançada continuaria. ¿Porque havia o Oceano de ter um privilégio que não teria uma linha convencional em terra firme? Não; ao sul do Algarve havia outras terras de infieis — o outro Algarve — e o mar não tinha direito a opôr-se à expansão portuguesa. Atravessou-se o mar, conquistou-se Ceuta. D. João I era bem o rei de Portugal e dos Algarves (no plural) de àquém e de além-mar em África. ¿E por que parar aí? Para a frente, sempre para a frente, durante séculos.

E Dili, uma cidadezinha lá muito longe, numa ilha perdida no mapa do longínquo oriente, entrou nas terras da Nação como, séculos antes, entrara a própria Lisboa.

Quem nasce em Macau sente-se tão português como quem nasce na Península Ibérica. Mais do que as leis do País, que dão a todos os cidadãos os mesmos direitos políticos, seja qual fôr a terra em que nasceram, há o sentimento dos portugueses a afastar distinções.

Se Portugal nunca procurou papeis de destaque no grande espectáculo europeu, é porque teve sempre a intuição de ser um país que tanto pertencia à Europa como à África, à Ásia, à Oceania e até à América enquanto o Brasil se não emancipou.

Há ainda outra coisa que distingue o ultramar português das colónias estrangeiras. Estas proviíram das necessidades e conveniências económicas e estratégicas das nações coloniais; aquele provém do desejo de “dilatar a Fé”, objectivo despido de interesse material que já presidira, no início da nacionalidade, às lutas contra os mouros.

Seria um exagero afirmar que na empresa ultramarina não nos moveram propositos materiais; mas nunca eles eclipsaram o objectivo religioso e nacionalista que faltou sempre na formação das colónias estrangeiras, geralmente alcançadas por meios indirectos: a acção de empresas comerciais e de corsários.

Desde o início das descobertas dos portugueses, o padre seguia o soldado. Conquistar primeiro, catequisar depois. As nações estrangeiras só muito mais tarde se ocuparam em levar aos povos selvagens as luzes da civilização. Proclamam agora como um dever dos países coloniais essa obra; admitamos que as não move apenas o desejo de alargar o número de clientes das suas indústrias, mas reconheçamos que começaram tarde.

De tudo isto eu tenho para mim (e comigo há tanta gente...), que Portugal não é um país colonial. Mas, se é indispensável colocá-lo em determinada altura da escala das nações coloniais, curvo-me a essa dura necessidade, com a condição de se chamar também colónia a este cantinho do sudoeste da Europa onde nasci e onde nasceram os meus maiores.

Manuel Vieira

“Oh, Deus nos livre de vontades endurecidas, que ainda são piores que as pedras”.

PADRE ANTÓNIO VIEIRA

A Liga Portuguesa de Hongkong, exemplo vitorioso e demonstração cabal e categórica do quanto pôde e vale o espirito de lusitanidade dos nossos compatriotas residentes naquela remota colónia britânica do Extremo-Oriente, merece, pelos seus objectivos e pela dedicação dos seus directores, notadamente do seu presidente, Sr. Januario A. de Almeida, a nossa mais entusiástica simpatia e os nossos calorosos louvores, pois será indigno do seu título de português todo aquele que se não sentir orgulhoso ante os esforços dispendidos por esta colectividade para que se mantenha, vivo e ardente, no peito dos portugueses de tão longínquas paragens, o sagrado amor da Pátria.

Para conseguir este *desideratum*, a Liga Portuguesa de Hongkong não se poupa a canseiras e assim é que não só comemora e festeja solenemente todas as grandes datas nacionais, como procura, num esforço digno de todos os louvores, defender e prestigiar o culto pelo nosso formoso idioma, — esforço esse patenteado com o funcionamento de uma escola própria e com o subsídio ao Convento Maryknoll e ao Colégio de La Sale para manterem uma classe da lingua portuguesa, e ainda com a recente consecução de que no exame de admissão á Universidade de Hong-kong seja compulsória, aos alunos portugueses, a lingua pátria e bem assim que no dito exame seja também compulsória a História de Portugal.

E' assim que se é português e que se prestigia o bom nome da nossa Pátria; é assim que se serve o Espírito Nacional, e não com elogios e salamaleques, sem peso nem medida, como por aqui veem fazendo certos cavalheiros do nosso conhecimento, a quem não perde vasa para ferir e achincalhar a obra dos portugueses no Mundo. E porque assim é, felicitamos na pessoa do seu presidente e nosso distinto consócio, a Liga Portuguesa de Hong-Kong, — lareira de civismo onde perpetuamente arde e crepita o fogo sagrado do Espírito lusitano.



SR. JANUÁRIO A. DE ALMEIDA

SOCIO-CORRESPONDENTE, EM HONG-KONG, DA SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO

MOÇAMBIQUE

= E =

A COLONIZAÇÃO EUROPÉA

PELO ENGENHEIRO FRANCISCO MONTEIRO GRILO

Expressamente para este Boletim

COMISSÁRIO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE NA EXPOSIÇÃO COLONIAL DE PARIS, EM 1931



OBJECTO de consideração insistente, tem sido Moçambique no problema europeu da colonização africána.

E' provavelmente a sua extensão, relativamente vasta, alcançando para lá de 771.000 quilómetros quadrados, que tem levado a supô-la, ou a julgá-la, de

largas possibilidades colonizadoras. Nesta presunção um veio da corrente emigratória do velho continente para as Américas poderia ser derivado para esta banda da África.

Lusos e estranhos têm admitido esta solução, partindo, segundo creio, de hipóteses demasiado optimistas e sem alicerce seguro.

Com efeito, pode formular-se uma primeira objecção a esta idéa na seguinte interrogação: Possue Moçambique, em verdade, condições climáticas adequadas à perpétuação da raça branca?

Não sei que valor possa ter para o caso o facto bóer mais ao sul.

Os exemplos rodèsiano e keniano são por emquanto muito recentes para permitir conclusões extensivas à Província. Além disso, estes núcleos populacionais estão-se desenvolvendo em regiões planálticas, contando, em geral, acima de um milhar de metros.

Ora na África Oriental Portuguesa as zonas de altitude são escassas, dispersas e de valor mingüado para aproveitamento agrícola de vulto. A linha de fronteira por oeste aproximou-se do litoral bastante para nos deixar apenas modestas faixas de prolongamento do planalto central, a descer para o Indico, e alguns maciços destacados de relêvo apreciável.

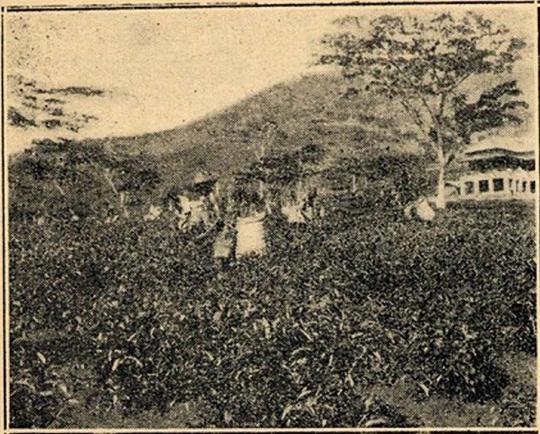
Mas nas zonas florestais africanas de baixa altitude, entre os trópicos, sobretudo, encontra seu habitat a mosca tsétsé. Diversas espécies de glossinas são efectivamente conhecidas na Província, como nos territórios vizinhos. Predominam elas ao norte do Save, em dilatadas manchas, cujas fronteiras nalguns casos se acercam e sempre se deslocam através do tempo ao sabor de causas diversas. Regiões hoje isentas de mosca podem amanhã ser invadidas por ela, se as condições de meio lhe forem adequadas. Na presença deste flagelo a industria pecuária, factor primordial de êxito na colonização, não tem viabilidade económica; a própria existência humana corre certo risco.

Outra circunstância não pode menosprezar-se no estudo do problema. Os tractos, porventura mais ambicionados pela salubridade para a fixação de núcleos rurais europeus, estão ocupados por autóctones, cuja eliminação não está na essência da nossa concepção colonizadora.

Rêclamo exagerado se tem feito, também, á fertilidade dos solos tropicais, quando na verdade, em extensas zonas de Africa, e assim em Moçambique, a terra só pela floresta é ou poderá ser valorizada por emquanto.

Consideradas estas dificuldades naturais ou fundamentais, no caso da Província as suas apregoadas ou imaginadas possibilidades colonizadoras ficam reduzidas ás de um sistema de agregados descontínuos, de proporções e valor modestos.

Ela não pode, por conseguinte, oferecer solução de monta a qualquer problema de superpopulação algures, único aspecto de pretensão alheia susceptível de abrir caminho a



MOÇAMBIQUE — DISTRITO DE QUELIMANE
ASPECTO PARCIAL DE UMA PLANTAÇÃO DE CHÁ

negociações conciliatórias. Efectivamente, reclamar territórios, chamando-lhes por eufemismo Colónias, com fundamento na necessidade de obtenção de matérias primas, é princípio que, accito, levaria longe em matéria de direito internacional.

Não é impossível, em todo o caso, tornar no presente alguns dos obstáculos à radicação de agricultores europeus em Moçambique, ou até removê-los.

A família não se perpetua? Uma corrente imigratória constante promoverá o refrescamento de sangue indispensável à manutenção e crescimento do povoamento.

Não se descobre um preventivo eficaz, expedito e económico contra as tripanosomiasas? Organizar-se-á a luta contra o vector — a tsésé — pela derruba da floresta nos blocos a povoar, pela extinção da caça, etc.

Onde escasseia a chuva regar-se-á; onde o solo é pobre terá adubo. Povos de mentalidade diferente da nossa encontrarão processos de afastar ou suprimir outros agentes de restrição da empresa.

Interessa no entanto, em última análise, que o colono se mantenha e prospere. Terá para isso de produzir em condições muito favoráveis, em virtude das características do meio, sua distância aos grandes centros de consumo do globo, a que inevitavelmente deverá recorrer, e aos concorrentes que neles encontrará. Se perder o equilíbrio folgado que a vida europeia na Africa exige, resvalará sem apêlo até á indigência, já conhecida entre os brancos do continente negro, e da qual ao aniquilamento vai um passo curto.

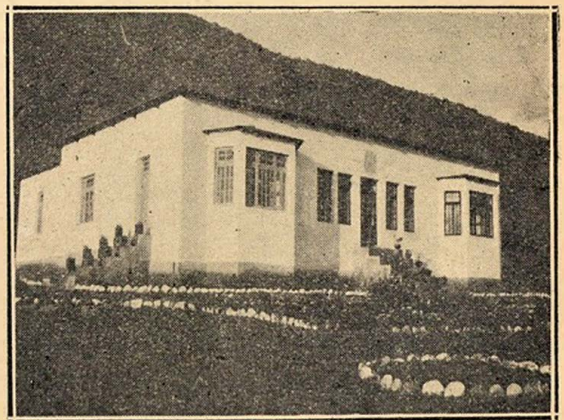
Por este dilema o problema atinge o seu mais alto melindre.

Sistema artificial de amparo permanente ou prolongado não é de accitar por vicioso e insubsistente. Por outro lado o trabalhador de côr será indispensavelmente convidado a prestar a sua colaboração a qualquer empreendimento em que o colono se não limite a vegetar. Nestas condições a exploração rural europeia terá de equipar-se modeladamente, terá de agir com uma técnica perfeita e terá ainda de saber ser parte harmónica de um todo económico — agrícola, industrial e comercial —, qual seja a organização de classe trabalhando cooperativamente a máximo rendimento. De outro modo o esforço individual sossobrará a breve trecho e nos destroços da sua imperícia o autoctone, melhor adaptado ao meio e menos exigente, prosseguirá a sua vida tradicional sem influência apreciável do estágio passageiro do colono civilizador. A experiência inoportuna ou mal conduzida redundará em descrédito para as possibilidades reais, embora modestas desta parte da Africa, no domínio da colonização europeia.

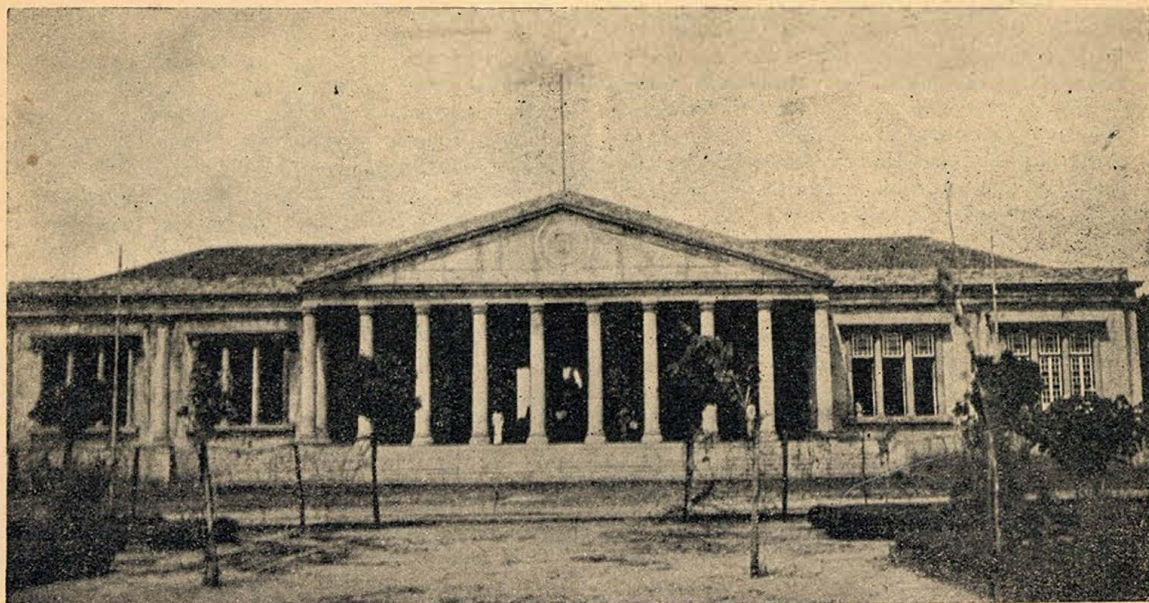
Tôdas estas circunstâncias deverão ser objecto de meticolosa ponderação em qualquer plano de estabelecimento de agricultores em Moçambique. Enunciá-las é tentar pôr de sobreaviso, como ao interesse da causa importa, quem para ela caminhe de ânimo leve ou sob o efeito de exagêros optimistas que impressões ligeiras divulgaram ou propósitos reservados têm pôsto a correr.

Quelimane, 28-8-1933

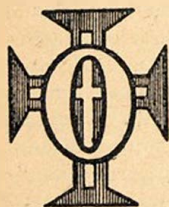
Cláudio Lúcio



MOÇAMBIQUE — DISTRITO DE QUELIMANE
VIVENDA DE AGRICULTOR



GUINÉ — EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOLAMA



Marechal Lyautey — êsse admirável mestre da colonização — foi sem dúvida, quem melhor definiu as vantagens e os méritos de uma exposição colonial.

O seu ponto de vista de que as exposições trazem a confiança nos destinos da pátria e na própria actividade, ao mesmo tempo que demonstram de uma maneira cabal a vitalidade de uma nação, é o melhor argumento que se pode encontrar para salientar e pôr em relevo a importância e o valor de semelhantes certamens.

E' inegável que a humanidade tirou da sua experiência dos últimos vinte anos uma admirável lição colonial. Pelo contacto com as realidades immediatas do problema colonial adquiriu ou descobriu por ventura a noção do verdadeiro sentido da acção ultramarina.

Convencida hoje que somente no plano colonial é possível realizar a exacta idéa da solidariedade humana, persuadida que ainda há sobre a terra vastas fontes de prosperidade a explorar, enormes superfícies a desbravar, lugares onde a pacífica batalha a dar à miséria, à ignorância e a tôdas as forças más da natureza é urgentíssima, a humanidade acha-se neste momento particularmente apta a receber os ensinamentos das exposições coloniais que além de virem mostrar todo o imenso labôr já feito pelas nações colonizadoras, servirão também para pôr em evidência tudo quanto resta ainda a fazer.

* * *

E' nesta ordem de idéas que se inspira a Exposição Colonial do Porto de 1934. Os seus objectivos

principais que claramente se acham consignados no art.º 1.º do seu Regulamento Geral, são os seguintes: "A primeira Exposição Colonial Portuguesa tem por objectivo a afirmação das possibilidades nacionais em matéria colonial e será organizada com critério essencialmente prático, mostrando a extensão, intensidade e efeitos da acção colonizadora portuguesa, os recursos e actividades económicas do Império e as possibilidades do estreitamento das relações comerciais entre as várias partes da Nação".

Sem abstrair portanto do legítimo orgulho do seu passado glorioso, Portugal pretende neste certâmen comprovar mais uma vez a nossa superior capacidade colonizadora e acima de tudo realizar uma obra activa, útil e oportuna,

mostrando o que tem sido o esforço colonizador português, a sua acção desinteressada em favôr das raças nativas e finalmente todos os triunfos alcançados, não só sob o ponto de vista administrativo, como económico.

* * *

Dominado por uma fébre patriótica de propaganda, Portugal inicia agora com a Exposição Colonial do Pôrto de 1934, uma das mais importantes, senão a melhor campanha a favor da causa colonial, que se tem feito até hoje no nosso País. Começava a ser urgente destroçar êsse fatalismo lusitano que entre nós se generalizára, nessa lógica de lata de chocolate, de que as colónias eram apenas renques de altas palmeiras à sombra das quais se estiracavam muitos pretos profundamente aborrecidos.

* * *

E' já bastante antiga a tradição colonial do Pôrto. Embora a sua actividade sob este aspecto tenha sido

Exposição Colonial do Pôrto

POR F. ALVES DE AZEVEDO

DIPLOMADO PELA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL
ESCRITOR E PUBLICISTA

Especial para o "Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro"

nos últimos dez lustros muito limitada, a verdade é que foi na cidade Invicta que no reinado de D. Luís se realizou o primeiro esbôço de uma exposição colonial portuguesa. Pelo brilhantismo que revestiu então e pelas galas que mostrou, abriu o Pôrto o ciclo de uma série de exposições coloniais que apenas circunstâncias de ordem vária impediram de continuar. Foi um certamente interessantíssimo cujo alcance só hoje é devidamente apreciado porque só agora se reconhece a utilidade enorme de semelhantes acontecimentos.

* * *

Se a Exposição Colonial de Paris de 1931 teve o mérito de mostrar a milhões de indivíduos o que representava em esforço a acção colonizadora da Europa, em todo o caso não se lhe pôde exigir que prolongue por três anos a sua eficiente propaganda das realidades ultramarinas, mantendo ainda hoje esse sópro vivo tão necessário ao movimento colonizador. A sua lição, porém, de que aproveitaram muitos portugueses, não só pela nossa participação, como pelo conjunto, mostrou os benefícios enormes que os países coloniais têm em tornar conhecidas e apreciadas as possibilidades de que dispõem.

As exposições coloniais são hoje tanto mais importantes quanto os fundamentos do edifício europeu repousam sobre suas colónias. Nascida da expansão longínqua que aumentou prodigiosamente a massa circulante das matérias primas e do mecanismo que as vitaliza, a civilização capitalista e industrial está na Europa condenada a desaparecer se lhes faltarem os produtos coloniais de que já não pode privar-se. A organização colonial que as exposições coloniais vêm pôr em equação, é de facto hoje a única solução da Europa, a sua única possibilidade de ressurgimento; de tal forma que, se perdesse hoje as suas colónias, perderia ao mesmo tempo os mercados que elas representam, magníficos executórios das matérias primas que ela maquinofactura, desorganizando-se numa paralisia progressiva da sua vida económica.

Isto, que é absolutamente verdadeiro para os países colonizadores, como a Inglaterra, França, Portugal, Belgica, Holanda e Italia, é igualmente certo para os países que não têm colónias, que foram como os outros e pelos outros arrastados comercialmente no jogo das forças económicas do ultramar e com uma tal força que a crise colonial se repercutiria sobre eles tanto como sobre as nações possuídores de territórios fora da Europa.

Estas constatações que supomos oportunas, afiguram-se-nos muito mais importantes para a salvação e para o futuro da civilização ocidental, do que quaisquer que se possam fazer observando exclusivamente os problemas originados nos acontecimentos ocorridos no nosso continente.

* * *

Inteligentemente escolhido o local que em Portugal era de eleição para uma Exposição Colonial — o Pôrto, a cidade melhormente industrializada do País — a presente exposição vai ser para nós, portugueses, fértil em ensinamentos que devem valorizar perante o nosso espírito a idéa do Império Colonial. A sua realidade política já hoje começa a afirmar-se mas exige para sua consolidação que todos os portugueses aproveitem de uma propaganda que os instrua tanto como os esclareça. A Exposição Colonial do Pôrto tem assim como o afirma o seu diploma orgânico, na verdade, uma nítida finalidade utilitária pois vai permitir a milhares de portugueses e aos estrangeiros que decerto afluirão a este certamente um contacto consciente com aquele conjunto de realidades e possibilidades que dão hoje a Portugal um lugar no Mundo. Os portugueses que se encontram no Brasil e cujos sentimentos patrióticos tão vivos temos sentido através do magnífico "Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro", acompanham sempre calorosamente os empreendimentos desta natureza, por isso estamos convencidos que não deixarão também, aqueles que puderem, de vir a Portugal assistir a mais esta prova da capacidade colonizadora portuguesa.

A Exposição Colonial do Porto de 1934 será a demonstração fulgurante de que Portugal se não limita apenas à estreiteza das suas fronteiras europeias mas compreende pelo contrário regiões infinitamente mais vastas e variadas, habitadas por populações numerosas que só agora começam a tomar consciência das suas próprias necessidades, circunstância de que nos devemos aproveitar para favorecer as nossas industrias, e cujo futuro económico se encontra intimamente ligado ao da Metrópole. Revelar-nos-á, entre outros factos, a técnica e os progressos das nossas instalações culturais e mesmo industrias que atestam de uma maneira evidente a vitalidade do nosso Império, ao mesmo tempo que fazem o espanto do visitante estrangeiro. Provar-nos-á, uma vez mais ainda, o desenvolvimento prodigioso que se verificou em tôdas as nossas colónias, mau grado a crise, a acentuação para lá das previsões mais ousadas e optimistas do ritmo da prosperidade e do aumento do seu poder de compra, progressos denunciadores de uma capacidade particular, explicável sem dúvida pela energia e pela inteligência dos colonos portugueses e também pelo esforço e acção valorosa dos comerciantes e homens de negócio que sem hesitar contribuíram com o seu capital e com a sua iniciativa para assegurar à produção ultramarina uma saída satisfatória.

* * *

Não se faz realmente em Portugal uma clara idéa do que representa em riqueza e força o nosso Império Colonial. Não existe ainda, com efeito, o sentimento nítido de que o Império Português bem organizado poderá viver por si mesmo, bastando-se economicamente sem depender jamais de quem quer que seja.

Muita gente porém não ignora que, se na hora que passa ainda compramos no estrangeiro muitos produtos manufacturados e muitas das materias primas que consumimos, (algodão, borracha, trigo, copra, cobre, petróleo, gado, seda, etc., etc.), é porque as nossas coló-

nias ainda se não encontram inteiramente aparelhadas para que possamos tirar delas todo o partido possível.

Isto deve ser motivo suficiente para que o capital português se decida a tomar o rumo das colónias, porque beneficiando-as a elas, se valorizará a êle próprio.

A resolução do problema dos financiamentos coloniais tornou-se uma emergência de primeiro plano, cuja importância o País começa a compreender e a desejar.

Este desiderátum pretende alcançá-lo a Exposição do Pôrto, e estamos convencidos de que a atmosfera de confiança que ela vai ter propiciará tal facto.

A todo o português de instrução média é lícito desejar a consciência e a noção nítida do que acabamos de afirmar, para que possa fazer uma idéa clara das responsabilidades que lhe cabem e da atitude que deve tomar afim de tornar possível a valorização integral do nosso Império.

Semelhante valorização consistirá apenas numa utensilhagem melhor para as nossas colónias e num equipamento que não seja apenas nacional mas, colonial.

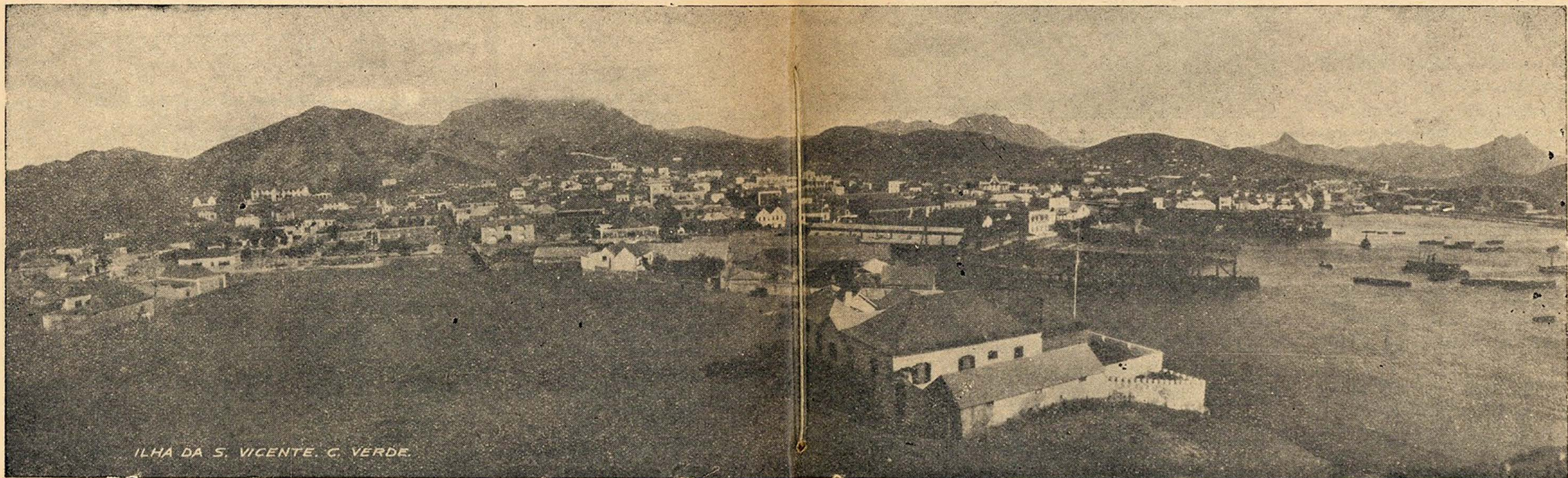
Estamos absolutamente convencidos de que a Exposição pelo seu ambiente sugestivo — o certamente terá lugar no Palacio de Cristal e nos seus magníficos jardins — pela sua documentação rigorosa, pela sua direcção inteligente, operará o milagre e que todos virão de lá persuadidos da aptidão colonizadora portuguesa, e de que o nosso Império, composto de tão variadas mas de tão indissolúveis fracções, resulta num todo admirável e completo, capaz de viver por si mesmo, não existindo portanto crise económica que lhe não seja fácil vencer.

Lisboa, Janeiro de 1934.

F. Alves de Azevedo

As grandes nações da terra não são nem as mais populosas nem as de maior riqueza material. São as de maior energia e riqueza espirituais.

Trabalha com inteligência, serenidade e método, para que a tua Pátria seja considerada sempre uma grande Nação.



ILHA DA S. VICENTE. C. VERDE.

Portugal, grande potência ultramarina, tem fortes direitos a fazer respeitar e grandes deveres a cumprir.

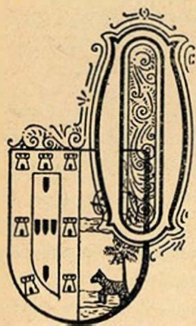
Ajuda a tua Pátria nessa dupla missão, com o teu trabalho perseverante e a tua fé esclarecida.

MOSSÂMEDES — O MÁXIMO FEITO DA NOSSA COLONIZAÇÃO EM ÁFRICA

POR JOSÉ PEREIRA SABROSA

ESCRITOR — ANTIGO CHEFE DA DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL DA PROVÍNCIA DE ANGOLA
ACTUAL GOVERNADOR DE MOSSÂMEDES

Especial para este Boletim



Barão de Mossâmedes, José de Almeida Vasconcelos e Carvalho, não se resignando que Angola se arrastasse na mesquinha e atrofiada ocupação em que veio encontrá-la ao assumir o Governo, empenhou todos os meios para que tal descaso não continuasse a macular o

nome de Portugal.

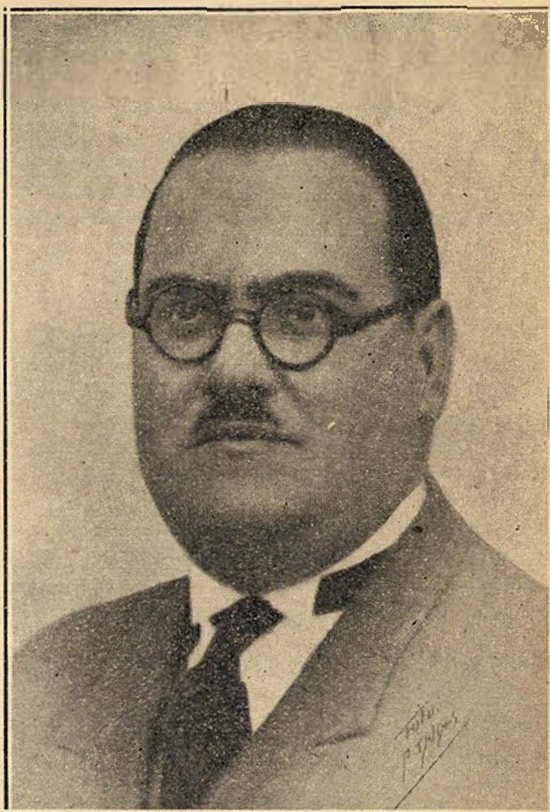
No ano de 1785, foi determinado ao coronel Pinheiro Furtado que empreendesse uma exploração ao sul de Benguela. Foi este ilustre explorador que incluiu na carta hidrográfica da costa do Sul de Angola, que elaborou, a Angra do Negro, desde então chamada baía de Mossâmedes, em homenagem ao Capitão General que a mandára reconhecer.

Desde o citado ano de 1785 que o Governo de Angola pedia à Metrópole casais de colonos para povoar Mossâmedes, sem que suas reiteradas propostas merecessem atenção condigna.

Foi preciso que em 1827 o explorador Douville visitasse Mossâmedes, e ao Governo da França aconselhasse a ocupação destas terras, especialmente aptas para nelas se tentar uma grande obra de colonização, para o Governo Central acordar duma longa e não honrosa anestesia e se aperecer que não bastava a garantir direitos de soberania a prioridade do descobrimento.

Sá da Bandeira percebendo amplamente a necessidade de tornar efectivo o senhorio português, deu á ocupação de Angola um sobrelevante impulso.

Nas primeiras preocupações da sua sisuda e proffea administração entrou a de valorizar, ocupar e engrandecer os nossos domínios ultramarinos.



SR. JOSÉ PEREIRA SABROSA

Da sua obra de ocupação, engrandecimento e nacionalização, Mossâmedes é aquela de que ficou, através dos tempos, impressão mais vincada, prestígio mais sólido e duradoiro.

E' aqui que a Raça se instala, progride e se multiplica em toda a plenitude, com o maior êxito e com o mais vivo esplendor.

Mossâmedes é verdadeiramente o máximo feito da nossa colonização em África.

A energia da vontade, o poder de adaptação, o espirito de domínio e comando, manifestámo-los aqui por uma maneira evidentís-

sima, a testemunhar ao vivo a afirmativa consoladora de Lyautey quando diz que os portugueses são os mais idóneos pioneiros da civilização europeia através das colónias.

Aqui fizemos uma obra de colonização que não poderá nunca destruir-se, porque foi lançada por músculos de aço e almas heróicas, ajeitadas para tôdas as tarefas da civilização, preparadas para enfrentar e vencer as mais árduas e arriscadas dificuldades.

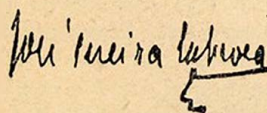
Sendo a primeira cidade da costa ocidental de África em quantidade e qualidade de população, os seus habitantes vivem intimamente ligados ao futuro e ao engrandecimento dêste enorme pedaço de Terra Lusitana, a ela unidos como a vida se une á vida, num contacto acendrado com a alma da Pátria, presos a ela por raízes que nascem no coração.

Êstes seis milhares de portugueses brancos, sagrados a um affecto que se traduz e manifesta em acção e em trabalho árduo e activo, orientado no sentido nacional, — merecem bem o respeito de todos os patriotas e conquistaram pelo seu esforço denodado o direito à consideração de quem governa.

A maior homenagem que lhe podia sêr prestada, rendeu-lhe o nobre Ministro das Colónias, sr. Dr. Armindo Monteiro neste conceito lapidar:

“Aqui é que teria de aprender quem quisesse falar de Portugal”.

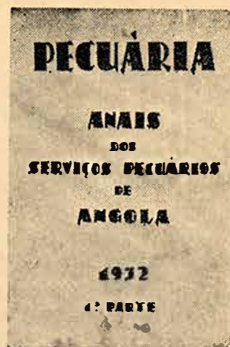
Mossâmedes, Fevereiro de 1934.



Com o presente número, — ou seja com o seu oitavo número —, inicia êste BOLETIM a sua segunda série, apresentando-se, por tal motivo, com algumas inovações no seu aspecto gráfico, que devem agradar aos leitores, sobretudo áqueles — e são a maioria — que os colecionam. Doravante a numeração será seguida e no fim de cada série anual publicaremos um índice dos artigos e outro dos colaboradores.

PECUÁRIA

DIRIGIDA PELO DR. ARTUR D'ALMEIDA D'EÇA



Dentre as mais perfeitas publicações, oficiais e officinas editadas em Angola, é justo, é justíssimo mesmo, que destaquemos pelo seu grande valor técnico, ciêntifico e informativo, e pelo demorado trabalho que representa, a revista de *Pecuária*, órgão da Direcção dos Serviços Pecuários de Angola, que se publica sob a orientação do Director dos respectivos Serviços, Sr. Dr. Artur d'Almeida d'Eça,

espírito dinâmico, trabalhador infatigável, publicista de talento e técnico de raros méritos e larga visão cuja actuação efficientíssima temos acompanhado com a maior admiração.

O que os médicos veterinários — verdadeiro estado maior de competências comandado pelo dinamismo irradiante do Dr. Almeida d'Eça — têm feito em Angola, em prol da riqueza pecuária da província, basta para consagrar o saber desses técnicos, para exaltar o patriotismo dessa pleiade de vontades enérgicas e de inteligências esclarecidas e para demonstrar que o virus da burocracia só produz os seus terríveis efeitos nas criaturas propensas aos ataques da *cafrealização* — mal apavorante e de tremendas consequências nos organismos do Estado, que desde há muito desafia o saber e a perseverança de um sábio como Calmette, que descubra uma vacina para o combater e debelar...

O presente fascículo de *Pecuária* tem 360 páginas recheadas de artigos, memórias e comunicações, tudo digno de estudo e leitura até para os leigos como nós, de muitos gráficos e de numerosos fotogravuras, e refere-se ao 3.º ano da sua publicação, ou seja a 1932.

TENENTE CARLOS DE BRITO QUEIROGA

Nos fins de Dezembro de 1933, faleceu prematuramente em Lisboa, o tenente Carlos de Brito Queiroga, official distinto e brioso, ex-combatente da África e da Flandres, antigo administrador dos Dembos e do Cazengo, onde afirmou as suas excelentes faculdades de iniciativa, de trabalho, e ainda a sua alta noção da verdadeira política indígena.

Devotado ao estudo, e graças á sua extrêma dedicação pelos assuntos ultramarinos, o Tenente Carlos Queiroga não se limitava a cumprir com zelo as suas funções de chefe do pessoal civil do Ministério das Colónias; o seu amor pelas terras de além-mar, onde combateu e onde exerceu elevados cargos, levava-o a colaborar freqüentemente em revistas e jornais, abordando com conhecimento de causa, muitos dos palpitantes problemas relacionados com o desenvolvimento das províncias portuguesas ultramarinas.

No presente BOLETIM iniciava o falecido colonista a sua colaboração com o interessante artigo "*História da Colonização do Reino de Benguela*", o qual inserimos como testemunho da nossa grande máguia e expressão do nosso reconhecimento á sua pranteada memória.

A Continuidade como Solução Colonial

PELO DR. MARCIAL PIMENTEL ERMITÃO

(ESPECIAL)

CAPITÃO DE INFANTARIA — ADOVADO E PUBLICISTA



OR demais vivemos nós, — os Portugueses —, arreigados ás idéas dum passado remoto e á sombra doentia, por não criadora, dos feitos ancestrais de navegantes e guerreiros nos acolhemos, gratos ditirambos sempre prontos a exaltar os Albuquerque, os Gamas, os Cabrais, para afirmarmos personalidade histórica.

Emquanto se tócem hinos e louvores ao passado longínquo parece que se esquece o que é de ontem, de nossos dias, que se oblitera o que somos hoje e o que queremos que de nós se diga amanhã. E' certo que a tradição heróica, generosa, arrebataadora que de nossos maiores nos vem é de exaltar, não para o reviver de glórias, que hoje nada produzem além do sentimentalismo nacional, mas para o acicatar de energias, para o desenvolver de actividades que façam em nós criar uma nova geração, com idéas novas e próprias, para o nascer duma nova tradição, tóda baseada em progresso, em cultura, em observação rigorosa do meio e das circunstâncias do trabalho produzido, a continuar, a se-mear...

O século XX, que atravessamos, é bem o século da expansão colonial. E' o Congo Belga que nasce e se cria, é Liautey, é Marrocos, é o sonho da internacionalização da África, prégado por Caillaux e acariciado por Sarraut, é a ambição teutónica a partilhar, em secretos desígnios e projectos a que nem sempre a nossa velha Inglaterra se soube furtar, é o afirmar de vida dos novíssimos e desenvolvidos estados da União Sul Africana, é o grito nervoso, absorvente preocupação, da Italia mussolinesca, é, — no que especialmente nos toca —, a afirmação grandiosa do espírito colonial servido, engrandecido pelas férreas, inteligentes vontades de Lénes, de Mousinho, de Álvaro de Castro, de Eduardo Costa, de Teixeira de Sousa, Brito Godins, Poças Falcão, para falar dos mortos. E' a visão clara, metódica, longínqua de Paiva Couceiro, realizada em fortes impulsos, por Jaime de Moraes e em especial, pela largueza de vistas, pelo arrojado clarividente dum futuro mais largo e melhor do padre mestre da ciência colonial, nos tempos correntes, que é o Sr. General Norton de Matos, cujo relatório sôbre a sua esplêndida e infelizmente mutilada acção governativa em Angola, é um breviário, um compêndio de altos conceitos, um alfôbre de iniciativas e incitamentos, um grito de alma que deve encontrar eco nos nossos corações, quando estudado, aprendido, para ser seguido.

Colonizar, escreveu alguém, é educar e educar é emancipar. E' certo. E' o Brasil, a afirmar a verdade. Mas para educar é preciso método, progrâma de estudos e trabalho, seqüência de actividades. E' o que nos tem faltado. E' o que desastradamente as paixões po-

líticas internas, os conceitos mêmemente pessoais, a quererem impor-se, nos dizem. Sem continuidade todos os arrancos são inglôriamente sacrificados, sem seqüência de método, em experiências contínuas, antagónicas nos fins e meios, todo o trabalho se perde e do esforço, da energia despendida nada fica além duma aspiração a realizar, que os mais ajuizados e sensatos, um dia — um dia! — hão de acarinhar e renovar em iniciativa, com novo desmantelar de carris em que assentára um conceito diverso, pôsto em prática, a troco de dispêndios incomensuráveis, em demolição confrangedora.

A República, encarando as grandes soluções para os enormes problemas da vitalidade nacional, traçou um plano de desenvolvimento colonial e deitou mãos á obra. Moçambique, Angola, a India, a Guiné desenvolvem-se, progredem. Surge do que era mato, um esplendor, do que era utôpicamente domínio, uma certeza de expansão da Metrópole, educando, desenvolvendo sem receio de que a maioria surja e com ela a emancipação. Também o belo Portugal nasceu dum pequeno condado, se educou, criou e tornou maior em emancipação de fronteiras, de espírito, de glória, em educação de povos, alguns já hoje emancipados também.

As grandes convulsões económicas, que geram as guerras, as catastróficas conseqüências das guerras, marcadas no desenvolver dos problemas políticos com pernicioso reflexo em países que deixam perder qualidades de carácter que foram apanágio dos maiores, enlevadamente erguidos em comemoração reaccionária da época em que viveram, mas esquecidos da forte personalidade rudemente marcada por vezes, tiveram o triste condão de, em Portugal, fazer perder o fio que unia o passado da conquista ao presente duma ocupação pacífica, administrativa, descentralizadora, ao futuro duma autonomia assegurada que perpetuaria, na civilização, como novo e grandioso marco do seu poder e inteligência, o nome duma nacionalidade pequena de Metrópole, mas grande de concepções, de obras, de verdade. E' que Portugal é como aquelas mulheres, franzinas de corpo, grandes de alma, cheias de fé e força de vontade que consorciadas com o génio, dão filhos robustos, sádios, fortes afirmações do cuidado maternal na infância, na adolescência, na educação recebida, "ao mundo novos mundos dando"...

A variedade dos conceitos coloniais, os muitos salvadores legislativos, é que nos enfraquecem. A tibieza pessimista dum Freire de Andrade, criando uma tradição que á verdade não corresponde, encontra, é certo, a firmeza de Álvaro de Castro e a idéa certa, concisa duma afirmada independência, de João Belo, no respeitante a Moçambique, mas, o certo é que criou a tibieza escola e é preciso repudiá-la, para se poder andar, a passos firmes, para a frente.

A visão correcta, precisa, de Almeida Ribeiro e Rodrigues Gaspar, é obliuniada pela política do medo do papão, e assim, da descentralização, fiscalizada pela Metrópole, passou-se, de novo, á irrequieta centralização, apertado meio de governar.

Querer que países nascentes, a florescem iniciativas e sonhos, se administrem como velhas e encanecidas metrópoles, é o mesmo que querer que crianças se eduquem e criem, sem saltar nem rir pelos jardins, junto á carcomida lareira, sempre aperreadas em lenços fortes e de rapé junto ás narinas.

Que a Metrópole fiscalize, vigie, aconselhe e guie, é de seu incontestável direito. E mais: é seu imperioso dever. Mas, como aos pais sucede, é de seu indeclinável dever o não furtar os meios necessários para a educação, para o desenvolvimento progressivo das colónias, para que estas, um dia que pode durar séculos, atingida a maturidade e alcançados os meios próprios á sua vida isolada, se possam emancipar, segundo o preconceito colonial que em si resume a actividade dos povos civilizados a quem foi dado o dom e graça de povos civilizar.

A obra de emancipação, — a que tende a acção colonizadora —, não é para uma só geração. Terá de ser acarinhada, auxiliada, protegida, incitada por muitas gerações ainda. O que a nós se impõe, aos que hoje vivemos, é desbastar dificuldades, lançar os fortes alicerces da obra a finalizar, traçar um plano, seguí-lo, em execução segura e metódica, embora em tal consumamos sômente energias, dinheiro e vidas, numa persistência, — que também tem o seu heroísmo —, que nos torne dignos da missão que os antepassados nos legaram e cometeram. O contrário é ser egoísta, criminosamente egoísta. Porque se não veem, desde logo, os frutos da semente lançada á terra, porque se demora

a colheita da seara ou esta se perdeu, é caso para nos acobertarmos pelo comodíssimo “não te rales” e quem vier atrás que feche a porta?

Porque uma exploração industrial, servida primitivamente pelo serviço do homem, não deu rendimento quando substituído aquele pelos mais aperfeiçoados mecanismos, segue-se que se desbaratem e inutilizem caldeiras, turbinas e dínamos? Não será mais prudente e ajuizado verificar as causas, a montagem das engrenagens, os materiais empregues, para tudo se adaptar convenientemente ao fim em vista?

A descentralização é um meio de administrar. A autonomia administrativa e financeira, devidamente controlada pela Metrópole só vantágens acarreta. “O problema do Islamismo mais facilmente e prontamente se resolve na Algéria do que em Paris”. O conceito é esplêndido. E’ de aconselhar e de seguir.

Há erros a punir, pelo mau uso da faculdade conferida? Que se punam rigorosamente e sem piêguismos, para sanção do prevaricador e exemplo alheio. Mas, não se destrua, reaccionária, impiedosamente, o sistema, forçando ao retrocesso. Aperfeiçoar sim, destruír nunca!

A escola do derrotismo tem de ser calada. Temos que combater o derrotismo e abafar, pelo construtivo, as vozes que clamam, em grita, o desperdício das colónias, que consideram pesadas e inúteis as despesas que a Metrópole tem que fazer e a fazer com os territórios ultramarinos, a todos mostrando a incomensurável compensação que de tais encargos virá, quer sob o aspecto político e internacional, — nestas décadas de cobiças —, quer sob o ponto de vista económico, industrial e financeiro e que praticamente se traduz num aumento de produção, de ocupação de braços na lavoura e nas fábricas, nas cidades e nos campos, dando aplicação aos pequenos e grandes capitais portugueses.

Com que pesar, com que desalento teria Paiva Couceiro, desabafado: “Ouvem-se de cima Colberts recriminantes: “Angola, sanguessuga insaciável comprometendo o equilíbrio das finanças públicas!”

Os Colberts recriminantes existem e são possíveis, porque ainda se não criou o que verdadeiramente, se poderá chamar uma mentalidade colonial. E’ na escola primária, é na instrução secundária, técnica e superior que temos de falar de colónias. Há que de Colónias falar em todos os centros culturais, em tôdas as camadas populares, de forma a incutir no ânimo de todos, de encasquetar na cerebração metropolitana a absoluta necessidade de gastar dinheiro com as colónias, pois que estas ainda, e por muito que isto pese aos que de forma contrária pensem, não podem bastar-se a si próprias.

E’ preciso ajudá-las, financiando-as; acarinhá-las para que não estágnem, para que progridam, para que não emperrem iniciativas, e outras surjam. Como há-de bastar a água numa fonte se a não canalizarem?

Diga o agricultor que, de terreno desbravado, quere colher forte seara, e não o arroteie previamente, não lance a semente á terra, e dele continuará apenas, a ter calhaus, giestas e tojo olorante. Trigo é que não colherá. Assim as colónias. E’ preciso regá-las de ouro, de energias para que a seara possa florir. E que bela colheita virá depois! E’ morosa? sem dúvida, mas colher-se-á!

A glória dos nossos maiores é tema de empolados discursos que a eloquência torna mais formosos, mas não cria. Temos de viver o dia de hoje e de o viver bem,

SERRARIA GONZALEZ

ESPECIALIDADE EM PINHO DO PARANÁ

CAIXAS DESARMADAS

Fernandes Gonzalez & C.º

Rua Francisco Eugenio, 81

Tel. 8-5469 + + End. Tel. FERGONLEZ

RIO DE JANEIRO

O VALOR ESTRATÉGICO DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS

afirmando personalidade própria. A tradição é carinhosa. A vida dos velhos conquistadores findou. Em nós começa uma nova tradição, em nós se inicia uma nova glória. Deve ser esta a preocupação dominante. O passado é pertença da história. O presente é nosso. Aproveitêmo-lo e criemos um porvir que mais belo torne, diluída na poeira doirada da estrada do tempo, a visão sorridente duma obra forte e fecunda, iniciada e seguida.

Criemos um plano seguro e forte de desenvolvimento e administração colonial. Organize-se uma direcção de trabalhos, verdadeira cabeça racionante da obra a efectivar, que estude e observe, que faça executar, que solucione problemas e esclareça dúvidas, que proponha á Assembléa Legislativa as medidas e lhes aponte os nomes dos executores das mesmas, *in loco*, que fiscalize, premeie e puna, que altere e modifique, conscienciosamente, de harmonia com o progresso e com as observações, sugestões dos governos coloniais e pareceres dos técnicos e competentes o que, para melhor consecução, haja de ser limado e actualizado no plano de conjunto traçado, e far-se-á obra útil. Dê-se continuidade administrativa e governativa ás colónias, e pense-se que a obra a levar a efeito, será obra da Nação e não da vaidade de cada um. Para isso, sejam quais forem as situações políticas dominantes, seja qual fôr o Ministro ou o Governador, o plano de trabalhos será sempre observado, rigorosa, metódica, cegamente cumprido, sem interrupções dolorosas, sem quebra da indispensável continuidade. E', será assim, a continuidade a melhor, a mais produtiva solução do problema colonial. Em vez de pesadelos, férrea vontade. Em lugar de sugar, estimular, acarinhar, reger!

As colónias não são, ou não devem ser, as roças, aonde os negros — os negros e até mesmo os brancos — trabalham para nós, assim se exprimiu claríssimamente o Dr. Marques Guedes.

As colónias são centros de actividade, de trabalho de todos nós, unidos pelo mesmo pensamento, numa obra pertinaz de cooperação, de vontade, de forte querer. As colónias, preocupando a nossa atenção, coordenando todos os nossos esforços e iniciativas, tornar-nos-ão obreiros do mais belo pensamento: o de trabalharmos para a maior glória da Pátria que, ditosos, nos acariciou na infância e que será o berço último de nossos corpos cansados de bem a servir. E' que, como no-lo disse Goethe, no trabalho os homens se fazem companheiros. E os companheiros não se odeiam. Criam!

Não destroem por hábito. Os Portugueses, todos companheiros, no trabalho hercúleo de criar uma nova tradição, que lindo, que belo, que realizável sonho!

Ilha Brava, Cabo Verde, Outubro de 1933.

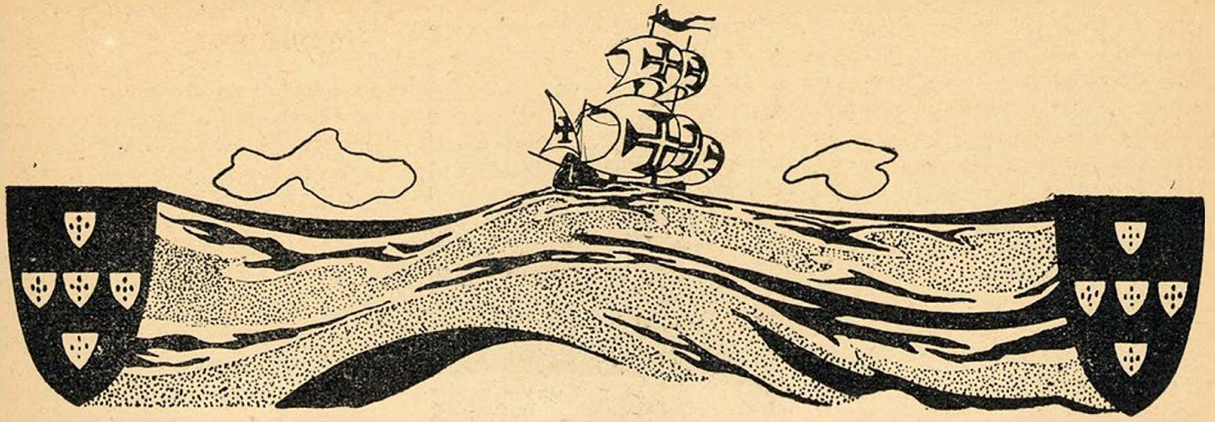
Marcial Cermeiães

“Ninguém se faz amar pela
fôrça ou pela violência”.

SENECA

“A respeito da importância das nossas Colónias, não é sem interesse saber para que fins as quer quem no-las cobiça: Em 18 de Maio de 1917, o professor Hans Meyer publicou na revista “Deutsche Politik” um artigo a respeito de tódas. Para êle, PONTA DELGADA, na Ilha de S. Miguel, é um dos melhores portos na escala do Atlântico: os AÇORES têm a vantagem de ficarem na linha de navegação mais directa entre a Inglaterra e o Canal do Panamá; o pórto da HORTA, na ilha do Faial, é centro de ligação entre a Europa, a África e a América; a ILHA DA MADEIRA vale menos do que os Açores, mas tem clima excelente, que muito a recomenda para pessoas débeis, e é um centro vinícola de primeira ordem; CABO VERDE é a menos fértil de tódas, mas tem o pórto de S. Vicente, que é das mais importantes estações de carvão no caminho para a África Oriental; a GUINÉ é fértil, mas o seu clima fatal aos europeus e o seu comércio insignificante; todavia, estando rodeada de terras dos Franceses, à Alemanha mais conviria tê-la nas mãos do que ir para as mãos dêles; o grupo de S. TOMÉ E PRINCEPE constitui a pérola das Colónias portuguesas, produzindo cacau, café e quina; ANGOLA tem bons portos, especialmente o do Lobito, o melhor da Costa Africana, desde Marrocos ao Cabo da Boa Esperança; de MOÇAMBIQUE saem muitos braços para as outras Colónias portuguesas e para a África do Sul; para fazer de GOA, DAMÃO e DIU bases navais, seria preciso á Alemanha gastar mais do que valem: estão apontadas para TROCOS com a Inglaterra; TIMOR é de inestimável valor, produz café e tabaco e pode tornar-se um centro comercial de superior importância; seria bom ponto de apoio entre as Índias Orientais alemãs e a Austrália, e entre a Austrália do Norte e a Nova Guiné; por um entendimento com o Japão, DILY poderia vir a ser uma grande base de operações navais, que daria a Timor uma excepcional importância, como ponto de apoio.

Portugal, com as grandes extensões de costa marítima que tem, tanto no continente como nas ilhas adjacentes e nas Colónias, está dependente da navegação. Ora os navios desde há muito deixaram de constituir unidades mais ou menos independentes, principalmente à mercê do valor e da habilidade da sua tripulação: desde que deixaram de contar com o vento para se mexer, a sua liberdade de acção ficou muito mais dependente de viveres, porque a sua tripulação é incomparavelmente maior, e sobretudo o navio ficou dependente do combustível, como fonte de energia, e de lubrificação constante, e muito mais sujeito a avarias, e portanto à necessidade de reparações: isso torna indispensáveis, no círculo da sua acção, não só depósitos de carvão ou de combustível líquido e de óleos, mas também de mantimentos, arsenais e docas de reparação. Há para êsse fim que aproveitar, além de LISBOA, S. VICENTE, HORTA, S. TOMÉ, BAÍA DOS TIGRES, LOURENÇO MARQUES, NACALA, MORMUGÃO E TIMOR; mesmo todos, não são demais, uma vez ou outra até será preciso recorrer aos points d'appui intermediários, pertencentes a potências aliadas ou amigas; mas seria pior entrando a ficar sem algum delês. Especialmente o triângulo estratégico com vértices em LISBOA, HORTA e SÃO VICENTE de Cabo Verde tem um valor precioso: mas também não é para desprezar o FUNCHAL, como vértice dos triangulos secundários, a formar com S. VICENTE e LAGOS, ou com a HORTA e S. VICENTE.”



NA CHAVE DO ATLÂNTICO

PELO DR. ANTÔNIO BANDEIRA

ANTIGO MINISTRO DE PORTUGAL EM HAIA
ESCRITOR E JORNALISTA

NOTE velha, quando o pôrto de S. Vicente se enca-súla em trévas, um ho-mem costuma vir pos-tar-se junto ao muro do terraço da nossa casa, fa-lando para o mar que vem morrer aqui.

Sua voz, a um tempo rouque-nha e imperativa, é a de alguém que dá ordens, e o m. rulho das ondas emprésta-lhe a solenidade do seu acompanhamento.

Umaz vezes ouvímolo dirigir cá de longe a manobra de vapores invisíveis:

— Pilôto! Mais para juzante! O imediato que venha a terra! O comandante que chegue ao portaló! O paquete americano pode saír! O sueco que mande os papeis de bordo!

Outras vezes ouvímolo coman-dar legiões de trabalhadores fan-tasmas:

—Vinte homens a postos para o lanchão n.º 30! Dez para os guin-dastes de carvão! Quarenta para o óleo do *Blue Star*!

Quási nunca se mostra satis-feito com o serviço. Irrita-se. Pra-gueja. Percebemos que gesticúla na escuridão:

—Má raios os partam! Súcia de malandros! A Mala Inglesa a apitar, e esta choldra ainda em terra!

Por fim, exausto, as palavras empastélam-se-lhe na garganta e êle acaba por adormecer, junto ao muro do nosso pequeno terraço, com a consciéncia de ter comandado es-



quádras inteiras de vapores mer-cantes, multidões compactas de car-regadores, embarques e desembar-ques de milhares de toneladas de carvão, óleos, água potável e mer-cadorias!

Antonio Sêna — tal é a sua graça — enlouqueceu há anos.

Fôra na mocidade um zeloso empregado da casa carvoeira Millers & Corys. Quando juntou alguns patacos largou-se de véla para a América, a tentar fortuna que se

visse. Por lá deixou, como sucede a muitos, o pouco que levava. De lá voltou, como sucede a alguns, com a razão perdida.

Hoje, mais feliz ou infeliz — sabe-se lá! —, considera-se a si pró-prio o centro de um deslumbrante e inêxistente empório, e a sua car-ça esguia, envolta em fato de re-mendos, perambúla por aqui a tôda a hora, soléne e quichotesca, ora to-mando apontamentos num canhe-nho de gatafunhos, ora dirigindo, com uma chibata de vime, o movi-mento ideal dêste pôrto adormecido.

De vez emquando, uma figura desgrenhada de mulher desce do ou-teiro onde ambos vivem numia al-furja de lama, e vem dizer-lhe que o caldo da cachupa os espera há muito tempo. Ele olha-a com des-prêso, dispára para o lado um es-guicho de saliva, e continúa o seu grandioso sonho:

—O vapor inglês pode seguir! O norueguês que diga quantas to-neladas deseja! O alemão que des-carréque o milho! O espanhol que espere a sua vez!

* * *

Um amável convite proporcio-nou-me há meses o ensejo de dirigir durante algum tempo a parte técni-ca do "*Noticias de Cabo Verde*".

Logo que tomei posse, propús, e foi aceite, que o jornal encetasse, numa série de entrevistas criteriosamente escolhidas, o estudo de cada um dos *problemas de Cabo Verde*, todos eles em secular estagnação.

Começou-se pelo do pôrto de S. Vicente, que é afinal o pôrto do Arquipélago. A primazia impunha-se. Apesar do seu abandono, bastará traçar qualquer réta sôbre o mapa do Atlântico, para que ressalte, nítida, indiscutível, privilegiada pela Natureza, a posição geográfica dêste pôrto. Quasi tôda a navegação Europa-América e Africa-América, passa, tem de passar, por aqui!

Foram por nós ouvidas sôbre o assunto as individualidades que melhor o poderiam esclarecer: os gerentes das casas carvoeiras inglesas, o gerente da Shell em Cabo Verde, o presidente da Associação Comercial, o antigo senador e consul do Brasil, sr. Vera-Cruz, que tratara do caso no Parlamento, o consul da Grécia e perito nestes assuntos, sr. Antonio Augusto Martins, e o engenheiro João Gomes da Fonseca, encarregado das obras do pôrto.

O conjunto dessas entrevistas constitui certamente o mais completo estudo global que se tem publicado sôbre o pôrto de S. Vicente.

Estatísticas, factos, revelações, história, alvitres, críticas, tudo ali foi exibido com serenidade e elevação.

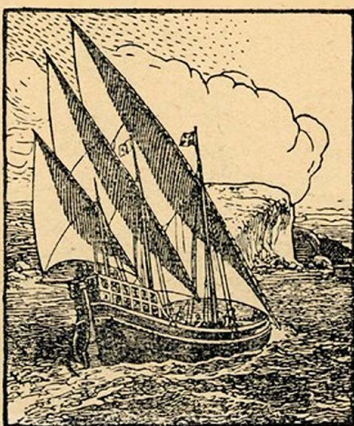
Não fatigarei com a sua pormenorização os leitores dêste magnífico BOLETIM. Limitar-me-ei a sintetizar os dois aspectos principais dêste estudo, que tiveram por terna a *decadência do pôrto de S. Vicente* e poderão intitular-se: *a estatística dessa decadência, as suas causas*.

* *

O primeiro dêesses aspectos foi apresentado pelos entrevistados numa série de quadros que resumirei assim:

VAPORES ENTRADOS NO PÔRTO

Em 1885	1.337
Em 1890	1.593
Em 1895	1.248
Em 1900	1.879
Em 1905	1.268
Em 1910	1.593
Em 1915	1.368
Em 1920	1.126
Em 1921	752
Em 1922	856
Em 1932	320



CARVÃO FORNECIDO AOS VAPORES

Em 1927	496.345 toneladas
Em 1932	126.178 toneladas

VIVERES FORNECIDOS

Em 1927	1.194 contos
Em 1932	290 contos

AGUA FORNECIDA

Em 1927	697 contos
Em 1932	225 contos

SALÁRIOS A TRABALHADORES DO PÔRTO

Em 1927	4.643 contos
Em 1932	2.667 contos

O número dêesses trabalhadores desempregados era de cêrca de 1.000 no fim do ano passado. A população desta cidade é de cêrca de 12.000 pessoas.

Com respeito ao segundo dos aspectos a que acima me refiro, conclue-se das entrevistas publicadas de as causas da decadência do pôrto foram, em resumo, as seguintes:

- a) — a crise económica mundial;
- b) — o aumento da autonomia motriz dos vapores;
- c) — o desleixo na aparelhagem do pôrto;
- d) — a imprevidência no acompanhamento do progresso dos portos rivais;
- e) — a indolência no fomento económico e no correspondente poder exportador do Arquipélago;

- f) — o desaproveitamento das vantagens duma concorrência de casas carvoeiras dentro do pôrto;
- g) — a passividade da nossa política internacional;
- h) — a inexistência duma opinião pública local com senso prático.

Esse estudo, pela sua importância e autoridade, teve o condão de impressionar vivamente a população caboverdeana e alguns meios coloniais da Metrópole. Terá porém algum efeito positivo no futuro?

E' possível. Tudo é possível. Entretanto...

* * *

Amanhece.

Uma doçura de aguaréla envolve o céu e o mar. As próprias montanhas agressivas que circundam o pôrto espreguiçam-se de volúpia sob um véu nupcial de neblina. Um galo canta. Outro lhe responde.

Nas águas da baía, que uma cândida viração ondúla, refléte-se o casco negro de alguns lanchões e o perfil branco de meia dúzia de *cutters* que fazem o tráfego entre as ilhas.

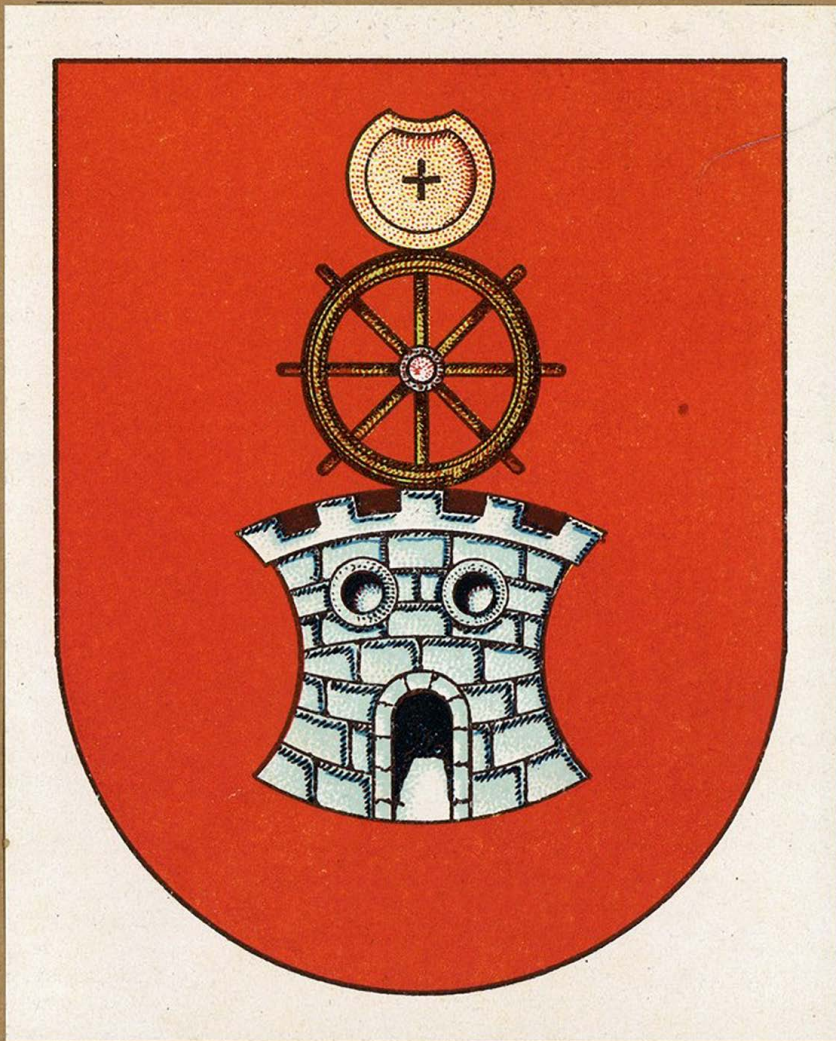
Junto ao nosso muro azul, Antonio Sêna, que levou a noite inteira a governar o seu empório, ronca, de papo para o ar, a cabeça reclinada nas mãos, as pernas descompassadamente abertas. Um dedo do pé esquerdo aflora, como uma fava preta, de um rasgão do sapato cambão e poirento.

Além, no canal de 17 milhas que separa S. Vicente da Ilha de Santo Antão, navéga, sem tocar aqui, um paquete inglês, em demanda do Brasil. Um outro, da marinha francesa, vai de rumo para o norte, deixando apenas aqui, suspensa na atmosfera, uma tênue *aigrette* de fumo que o ar da manhã desfaz. Um terceiro, holandês, singra também sem se deter, de leste para oeste, babando espuma de ambos os lados da prôa.

Amanhece.

De olhos cerrados, a bôca ligeiramente entreaberta, Antonio Sêna sorri aos anjos.

Antonio Sêna



Brasão do Estado da ÍNDIA

REMÉDIOS BRASILEIROS

Já com larga procura em
Portugal e África Portuguesa

Protinjectol:

Contra todas as infeções
Estimuloterapia inespecífica
Efeito curativo surpreendente-
mente rápido em todas as
moléstias infecciosas

Colifagina:

Bacteriófago anti-coli

Disenterifagina:

Bacteriófago anti-disentérico

Estafilofagina:

Bacteriófago anti-estafilocócico

Peçam os folhetos com relação completa e detalhes
dos produtos do

LABORATÓRIO RAUL LEITE

Caixa Postal 599

Rio de Janeiro

Roupas RENNER

TRAJES E TERNOS

CAPAS E SOBRETUDOS

COBERTORES E PIJAMAS PURA LÃ

Vendas a CRÉDITO

Casa JOSÉ SILVA

R. OURIVES, 3

Tel. 2-9702

Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro

SÉDE:

Rua 13 de Maio, 33 - 5.º andar

Aberta diariamente, das 16 às 18 e das 20 às 22 horas

Revistas metropolitanas e coloniais

Jornais de Portugal e Brasil

Literatura Colonial

Jornais Coloniais

Fotografias

Estatísticas

Mapas

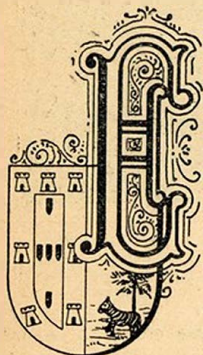
VISITAI A SUA SÉDE

ANGOLA

POR JOAQUIM ANTÓNIO DA SILVA FÉLIX

(ESPECIAL)

OFICIAL DO EXÉRCITO — INDUSTRIAL — AGRICULTOR E PUBLICISTA



ESTA palavra Angola tem uma sonância melancólica, triste, significativa de sofrimentos, ao passo que o país que rotula é um paraíso de encantos, de campinas floridas, de elegias de paixões, de doces harmonias.

Desde as regiões retintamente tropicais, onde se encontram e desenvolvem tôdas as riquezas do Brasil, aos planaltos salubres, onde o clima é o mais próprio para o euro-

pêu, e onde tôdas as riquezas agrícolas de Portugal se podem desenvolver, nada falta a esse rincão de terra, a essa Angola abençoada, onde se fala a língua portuguesa e onde o sentimento pátrio tem as mais fundas raízes.

Quantos aspectos do Brasil nós ali temos, nas magníficas plantações de café, nas frondosas matas de palmeirais! Tudo nos recorda outra Pátria que já foi nossa e que hoje é Irmã amiga, tudo nos atesta a persistência do nosso trabalho e o valôr da nossa obra.

Quantas Argentinas ali temos, nas regiões planálticas, onde a criação de gados é já alguma coisa, mas onde pode e deve sêr em breve qualquer coisa de formidável.

Nada falta a Angola: produtos agrícolas, minérios, gados, pescarias, essências florestais, tudo ali temos em vasta quantidade. Muitos o têm dito, muitos o têm escrito. O próprio Brasil, no seu magnífico BOLETIM



CORONEL SILVA FÉLIX

DA SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA, que obsequiosamente nos chegou às mãos pela gentileza do Exm.^o Sr. Carvalho Neves, adido comercial á Embaixada de Portugal no Brasil, o próprio Brasil, embora por via de portugueses nele residentes, se refere a Angola nos mais affectuosos e acrisolados termos e nas mais justas apreciações do seu valor e esforço.

Para nós, que vivemos em Angola há 33 anos, é sempre uma grande alegria quando alguém se refere, com palavras de elogio e encorajamento à terra que tanto amamos, onde nasceram e vivem os nossos filhos, à terra que nos tem dado o acariciador abrigo de tantos dias.

Uma má orientação nas escolas e respeito das coisas coloniais e um insignificante roulement de Homens pelas terras de além-mar, tem, talvez, sido a causa de, nem sempre, os nossos irmãos da Metrópole terem defendido, como lhes cumpria, interêsses, que são ao mesmo tempo de lá e de cá. E essa forma de tratar Irmãos, aos quais se deve a posse do que nos foi legado, cava separações, acarreta desalentos e conduz a pensamentos que não podem caber na mentalidade dos portugueses de Angola. É uma estigmatização de todos os dias, duma tristeza profunda e duma injustiça doentia.



A EX.^{MA} ESPOSA DO CORONEL FÉLIX MONTADA NUM BÚFALO-PACÁÇA QUE, MINUTOS ANTES, ELA PRÓPRIA ABATERA A TIRO DE RIFLE

¿ Que importa que tenhamos perdido uma parte das nossas conquistas?

Perdeu-as acaso o mundo?

Ainda que Portugal desapareça da carta geográfica, ainda que das raças humanas chegue a desaparecer a última gota do sangue português imortalizado por Afonso de Albuquerque e outros varões ilustres, ninguém ousará negar que foi o engenho, a fé e a força de vontade de heróis inteligentes, que dotou o mundo conhecido e sabido com a ciência de quasi metade do mundo ignorado e desconhecido até então.

VISCONDE DE CORUCHE



ANGOLA — AVENIDA DE PALMEIRAS NA FAZENDA GLÓRIA, DE PROPRIEDADE DO CAPITÃO FELIX

Este artigo é mais uma retribuição de amabilidades que um trabalho doutrinário das coisas de Angola. A esse propósito nos referiremos em outros artigos, tratando em separado e pormenorizadamente os problemas instantes da Província, até onde os nossos conhecimentos e a nossa inteligência nos ajudarem; entretanto não deixaremos de dizer que Angola poderia ter atravessado a crise mundial sem a sentir, se um emaranhado de medidas e de legislação não lhe tivessem causado embaraços e prejuízos quasi insuperáveis.

A concentração de poderes no Ministério das Colónias é um erro reconhecido por toda a gente. Laménais, um grande economista, diz que *“a concentração de poderes produz a atrofia do centro e a paralisia dos extremos”*. A atrofia do centro está provada pela confusão enorme que existe e pelo esgotamento de próprio Ministro, que teve quasi de parar; a paralisia dos extremos constata-se pelo estado a que chegaram as Colónias, sem transferências, sem circulação fiduciária, sem

auxílio á agricultura, enfim, sem esse conjunto de medidas acertadas que deviam ser estudo de quem manda, mas que devia também ser o resultado do trabalho e estudo de todos os que dirigem *in loco*.

Conhecemos pessoalmente o Sr. Dr. Armindo Monteiro, que temos na conta de homem superiormente culto e inteligente. Sabemos que S. Ex.^a se identificou com a Colónia quando de sua visita lá, mas, por um estranho designio êle não pôde pôr em prática tôdas as medidas que, aliás, reconheceu necessárias e urgentes. Doença de concentração de poderes? Influências estranhas? Ignoramos.

Lisboa, 1.º de Fevereiro de 1934.

João Antonio de Lisboa Feliz



ANGOLA — UMA CAÇADA AOS BÚFALOS NAS PROPRIEDADES DO CAPITÃO FELIX POR OCASIÃO DA VISITA DOS JORNALISTAS FRANCESES, EM 1933

Por aqui temos tambem as nossas aldeias coloniais.

Não a ALDEIA no sentido diminuído do pequeno povoado quasi escondido á sombra dos nossos montes e oiteiros, ou sumida no entremeio da pintalgada verdura, pelas nossas bouças, pomares, seáras e vinhedos.

Mas a aldeia, no sentido da mínima comuna, reunida em tórno duma lareira como um casal; lá, fumegando pelo azul do céu a bandeira duma nação a desprender-se da terra duma pátria: aqui, formando o quadro duma comunidade, sôlta em outras terras, diluindo-se em outros países, todavia rodando em tórno dessa lareira ancestral, que não se destroi porque é de essência moral, que subsiste porque é radicular alicerce da Tradição.

DR. RICARDO SEVÉRO

Conquista e Ocupação do Reino de Benguela

PELO TENENTE CARLOS DE BRITO QUEIROGA

OFICIAL DO EXÉRCITO — ADMINISTRADOR COLONIAL — FUNCIONÁRIO
DO MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, RECENTEMENTE FALECIDO



CONTUDO, contidos se mantiveram em respeito nos anos seguintes os potentados sertanejos e assegurados pelo prestígio das nossas armas, a golpes de audácia e bravura, as nascentes povoações de S. Paulo e Massangano.

Assim, pôde finalmente Paulo Dias de Novais dirigir as suas vistas para as costas do reino de Benguela. Havia muito

que corria a fama do rico trato daquelas adustas parágens. Depois, a imaginação dos primeiros conquistadores, excitada pela febre das riquezas — vagos fumos da Índia que até ali chegavam — comprazia-se em erguer, cerzindo notícias adrede colhidas do gentío, o castelo lendário de incontáveis riquezas minerais.

A obsessão mineira, essa fascinação irresistível do sub-solo misterioso, que marcava como determinante da expansão colonial hispânica, vinha também sobrenadar em nós, aqui e ali, como resíduo ráxico, despertado pelas actuações imponderáveis duma ancestralidade semita, gñiardada latente através o rodar dos séculos.

Ao norte, Cambambe com as tão cobiçadas minas de prata ribeirinhas do Quanza e o cobre do rio Cuvo, no reino de Benguela, são duas nítidas expressões, pôsto que modestas, daquele sub-extracto ráxico. São duas ficções que, como o fumo, se desvaneceram céleres, mas ás quais se ficou devendo, indubitavelmente, o admirável incremento do domínio luso nos sertões angolanos.

E, se é certo qua as fragas de Cambambe não ocultavam mais que bem pobre estanho, como depois se verificou, e se do cobre do *cuvo* se perdeu o rasto, qual mirágem falaz na imensidade encandecida do deserto, contudo, bendito foi o sangue derramado na via dolorosa que conduziu ao seu domínio.

O ventre da Terra mostrou-se-avaro; mentiu, é certo; mas os úberes prenhes dessa adorável matrona, saldaram generosamente a dívida de sangue, em torrentes de seiva vivificadora de novas pátrias lusiadas.

Para estímulo talvez, pôsto que desnecessário, do ânimo esforçado do conquistador e do formidável dinamismo do seu temperamento, D. Ca-

tarina havia-lhe doado vinte léguas pela terra dentro nêste reino de Benguela, para si e seus descendentes.

Aproveitando as trégüas do reino de Angola, enviou Paulo Dias um dos seus mais dilectos companheiros de armas, Garcia Mendes Castelo Branco, a explorar e visitar as costas daquele reino. Daí voltou em breve êsse denodado capitão, trazendo com o primeiro cobre resgatado naquelas parágens, as boas novas duma notável riqueza agrícola e pecuária que, mais do que a fantástica mirágem das minas, interessára o seu preclaro bom senso de homem prático e avisado.

Seguidamente, começam deslisando costa abaixo navios de comércio dos mercadores de Luanda, que regressam com basto carregamento de gado e mantimentos. Tornam-se por essa época célebres os carneiros importados daqueles reinos, famosos pelo volume extraordinário da cauda, donde lhes vinha a pitoresca designação de carneiros de *cinco quartos*, por que eram conhecidos.

Entretanto, outras notícias veem chegando mais animadoras ainda. Agora é o marfim, o unicórneo (pontas de abada) o almiscar, o sal, as madeiras aromáticas que afluem ao trato em grosso volume, tentando a coibiça mercantil dos moradores de S. Paulo.

A necessidade de assegurar e proteger a nossa posição com o estabelecimento de uma fortaleza naquele lado da costa, em breve se evidencia ao claro entendimento do conquistador. Por outro lado, os mercadores de Luanda mais interessados no trato daquela costa, haviam decidido prestar á empresa o concurso de suas fazendas; e, por sua vez, os magnatas gentílicos daqueles reinos, desejosos de estreitarem relações mercantís



ANGOLA — UM NÚCLEO DE COLONIZAÇÃO NO PLANALTO DE BENGUELA

connôco, vinham fazendo reiterados pedidos de amizade e protestos de submissão.

Aí por volta de 1575, aprestou Paulo Dias uma expedição de 70 homens, com o auxílio que lhe ofereceram os moradores de Luanda, que sob o comando de seu sobrinho, António Lopes Peixoto, mandou a construir uma fortaleza na costa de Benguela e a manter o tráfico com o gentio daquelas parágens.

O local escolhido, foi a pequena baía do morro de Benguela, já bem conhecida dos nossos, perto da qual vem desagüar o rio Longa, raia sul do reino do Dongo ou Angola.

Em data mal determinada ainda partiram aqueles homens, mercadores e soldados conforme as circunstâncias do momento impunham a assentar as bases dum novo estabelecimento português no litoral africano. Logo que ali chegaram, o seu primeiro cuidado, como de boa gente de guerra, foi o de se precaverem contra uma possível arremetida do gentio, construindo um cercado defensável de pau a pique (*arrochoada*, segundo textos da época). Ao mesmo tempo que curavam da construção da fortaleza regular, não esqueceram o trato que logo encetaram com a negraria que ali afluía em grande número.

Não podemos determinar a duração d'este nosso primeiro estabelecimento em terras de Benguela; todavia, sabemos que foi efémera e que o seu abandono forçado, constituiu uma das páginas dolorosas da história Luso-Africana.

Corriam as coisas bonançasas. A fortaleza regular encimava já, altaneira, o outeiro que domina a pequena enseada, impondo ao gentio o prestígio das nossas armas. De resto, a tranqüilidade aparente do indígena e as boas relações que mantinha com os moradores, não eram de molde a alimentar a desconfiança e a justificar a assídua prevenção dos primeiros dias. Desta arte, afrouxada a vigilância e esquecida nas lides do trato crueis lições do passado, iam os nossos confiando demasiado na bonomia e urbanidade fictícia d'esses negros, cujo ânimo de selvática fereza e pérfido vezo, eram de mais conhecidos de quantos haviam demandado aquelas parágens. Descuidosos, se permitiam os incautos moradores afastar-se ás tardes pela praia fóra, a espairecer das fainas do dia; e, quem sabe se alongando a vista pela superfície glauca do oceano, se não quedariam suspensos em muda abstracção, alanceada a alma pela nostalgia da pátria distante?!

Quem sabe mesmo se não sentiriam — porque não dizê-lo? — oppresso o ânimo varonil por um vago e indizível preságio que forças imponderáveis se comprazem por vezes a segredar-nos, em momentos de íntimo recolhimento?

¿Quantos deles voltariam ainda ao rincão natal, singrando para Norte êsse mar imprescrutável, indiferente ao rabiado dolorido do insignificante verme humano, todavia o mesmo que, talvez, lhes tivesse brincado aos pés, fagueiro, na babugem da praia, nas horas da meninice distante?!

Hoje, ao lermos os escritos d'esses tempos idos, tão belamente ingênuos que com tanta singeleza nos relatam — como se de coisas banais se tratasse — todo um mundo de heroica abnegação, sentimos ajoelhar-se-nos a alma comovida e reverente.

Andavam numa tarde cinqüenta dos nossos a *mariscar* pela praia; — e, como se tivessem afastado de-

masiado da fortaleza, desarmados e incautos, caiu sôbre eles, de chofre, a chusma da negraria que a todos deca-pitou.

Os que tinham ficado na fortaleza mantiveram encarniçada peleja, mas a superioridade numérica dos assaltantes, em breve reduziu ao cativoiro os poucos sobreviventes. Dois destes, apenas, conseguiram escapar-se e atravessando de certo os inóspitos sertões do Amboim e Quissama, entre perigos e inclemências de tóda a ordem que não é difícil hoje conjecturar, teriam logrado atingir o Quanza, donde se recolheram a S. Paulo a relatar o triste episódio do morro de Benguela.

Mais tarde, a êste local se deu o nome de Benguela-a-Velha, a recordar a primeira tentativa, tão trágicamente gorada, do estabelecimento no nosso domínio nas costa daquele reino.

Ultimamente, porém, Benguela-a-Velha, tomou a designação oficial de Pôrto Amboim e é o desagüadouro, como que privativo, do ubérrimo sertão que lhe emprestou o nome.

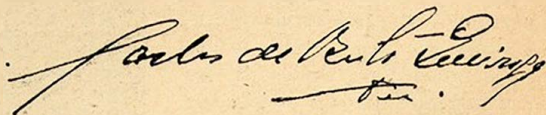
De certo que, em nossos dias, o ponto de vista mercantil se sobrepõe a qualquer outra ordem de idéas, com fundadas razões que não discutimos; todavia, dentre as muitas concessões que temos feito em homenagem ao progresso industrial, algumas haverá, de certo, das quais se não colhe fruto algum, nem mesmo para o próprio mercantilismo, apenas possuindo o inglório mérito de apagar para os vindouros as lápides do passado heróico.

O caso de Benguela-a-Velha que nos aparece crismada em Pôrto Amboim, é, sem dúvida, uma daquelas infelizes concepções do mercantilismo iconoclasta, irreverente.

Benguela-a-Velha recordava-nos um lance da marcha progressiva do nosso domínio nas terras angolanas, e, recordá-lo, era prestar uma homenagem, sempre devida, áquele punhado de obscuros heróis, inglória-mente sacrificados aos sagrados destinos da raça.

Hoje, que se procura despertar o sentimento das virtudes nacionais, diluídas na ressaca de temerosas incertezas ou perdidas no baralhar confuso de, porventura, exóticas ideologias, a memória d'esses tempos de abnegado esforço colectivo, é indispensável como permanente lição de civismo e meio de melhor nos reconhecermos, no ambiente de exotismo em que a alma da raça se tem transfigurado e ameaça subverter-se.

Pôrto Amboim, bem ao contrário, além de acentuar pretencioso inglesismo que molesta (confronte-se com *The Lagoa Bay*, *Walfish Bay*, etc., etc.,) traz-nos á memória, por associação de idéas, a lembrança desagradável duma série de charras aventuras, de ontem e de hoje ainda, que por tão estranhas ao cavalheirismo e generosidade do povo português, bom seria, de certo, não recordar jámais.



As colônias do Império só reconhecem uma política nacional: a união de todos os portugueses.

A Exposição de Marinha na Semana das Colónias

Um brilhante discurso do nosso illustre colaborador Sr. Comandante Jaime do Inso



A celebração da Semana das Colónias de 1933, realizada no mês de Junho, destacou-se a Exposição de Marinha que esteve patente ao público na Sociedade Nacional de Belas Artes.

Esta Exposição, onde se salientou a acção da Marinha nos nossos domínios ultramarinos durante as últimas cinco décadas, foi organizada por uma comissão nomeada pelo Ministério da Marinha e composta pelos briosos oficiais: capitães-tenentes Jaime Corrêa do Inso e Carlos Gomes de Amorim Loureiro e primeiro tenente engenheiro maquinista Carlos de Almeida Pereira Bastos, servindo o primeiro, nosso brilhante colaborador, de presidente.

Na sessão inaugural, o Sr. Conde de Penha Garcia, illustre presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, que foi o primeiro orador a usar da palavra, salientou o valor da Exposição afirmando que, na sua singeleza, constituía uma excelente lição para o público tomar conhecimento de alguns dos serviços que a nossa Marinha tem prestado e vai prestando ao desenvolvimento e á eficiência da nossa acção colonial.

Não é só com feitos heróicos, disse, que se efectua uma obra de colonização, e depois de se referir aos feitos na história da Marinha Portuguesa com os quais se poderiam escrever páginas e páginas no "Livro de Ouro" da glória, da competência, da audácia e do sacrificio, agradeceu em nome da Sociedade de Geografia a sua Ex.^a o Sr. Ministro da Marinha, à corporação da Armada, e muito particularmente á comissão que em tão curto espaço de tempo conseguiu preparar uma tão valiosa colaboração na Semana das Colónias de 1933.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Comandante Jaime do Inso que, depois de apresentar os agradecimentos pela presença dos representantes do Governo, pelas palavras proferidas pelo presidente da mesa e ainda, pela colaboração prestada por várias entidades, por camaradas e famílias de alguns oficiais já falecidos, para o bom êxito da Exposição, leu o discurso que a seguir se transcreve:

"Pela ordem do dia do Comando Geral da Armada, n.º 86 de 10 de Maio último, fui nomeado para uma comissão a que presido, destinada a promover a representação da Marinha na Semana das Colónias.

Esta representação é hoje inaugurada, e o simples confrônto daquelas datas justificaria, sem mais pormenores, a razão da deficiência material da exposição, mas há mais algumas razões a acrescentar, há outras considerações a fazer.

Serei breve, porque limitados foram, também, os recursos de que pudemos dispôr para, em tão curto espaço de tempo, realizarmos este esbôço, um ensaio apenas, em que se procura traduzir o grande, o enorme, o relevantíssimo e patriótico papel que a Marinha tem representado no decorrer dos anos, na edificação do nosso Império Colonial.

Este papel é tão vasto, abraçando, por assim dizer, todos os nossos domínios ultramarinos nas mais variadas manifestações de actividade, desde a diplomacia á guerra, da navegação por mares e rios às marchas de descoberta pelo sertão, e do estudo de problemas técnicos aos de administração, que aquilo que aqui apresentamos a V. Ex.^{as}, nem mesmo de simples esbôço se poderá qualificar.

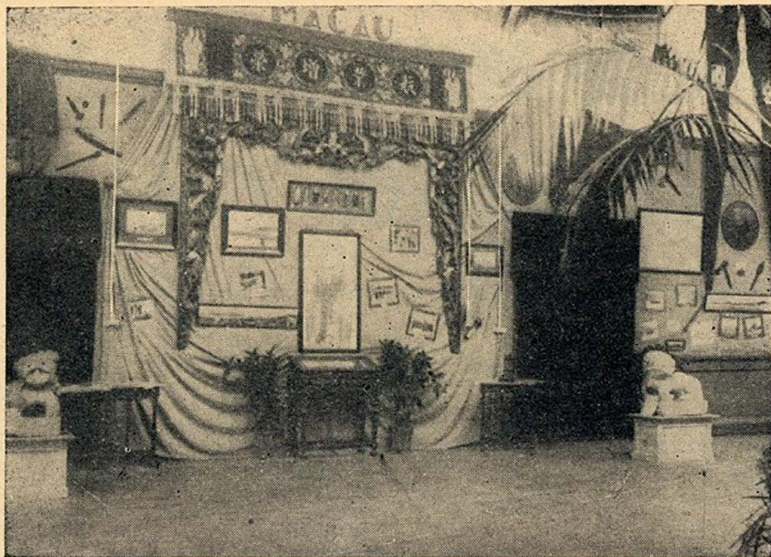
E, se não fôsem as circunstâncias que neste momento concorrem, a comissão a que presido teria declinado a honrosa missão de que foi incumbida por não lhe ser possível, devido à escassez do tempo e dos meios de que dispõe, dar todo o relêvo e imponência que requiere a representação de uma tão grande obra como aquela que aqui se pretende salientar.

Efectivamente, esta idéa da Semana das Colónias, posta em prática pela benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa há três anos por meras comemorações e conferências a dentro da Sociedade, tem vindo sucessivamente a estender-se, ultrapassou primeiro o recinto da séde, appareceu na cidade, e da capital vai irradiando pelo país fóra num crescendo prometedo para a propaganda e o interêsse pelos nossos domínios de além-mar.

Quer dizer, o que se tem feito e o que se está fazendo, é uma obra altamente patriótica e progressiva, que avança por escalões successivos, lançando meio dos recursos ocasionais de forma a aproveitá-los o melhor possível, até que um dia se possa realizar uma consagração mais maduramente preparada, mais vasta e de largos efeitos.

Mas, até lá, vamos semeando a idéa para que os frutos a colher possam ser os melhores.

Ora, é exactamente devido a estas circunstâncias momentâneas que tornam a vida moderna uma vertigem de velocidade e de idéas, que a Comissão a que tenho a honra de presidir resolveu, a despeito de todos os sacrificios, não perder a oportunidade para que a Marinha, que tanto tem trabalhado dedicando o melhor



A SECÇÃO DE MACAU NA EXPOSIÇÃO DE MARINHA

A IMPRENSA

A imprensa é o auxílio do cidadão e o espantalho do covarde e do traidor. Porque há muitos que a odeiam devemos nós amá-la.

Diminuem-na, insultam-na, injuriam-na todos os inquisidores, tôdas as superstições e todos os fanáticos.

VITOR HUGO

dos seus esforços às Colónias, não deixasse de contribuir com a sua quota parte para a sementeira que há de produzir aquele fruto belo e almejado de uma forte mentalidade colonial no nosso País.

E' sob êste aspecto e é com êste fim, que deve ser encarada a exposição que vai ser inaugurada, porque ela não traduz, não representa, não pode dar uma leve idéa sequer, do esforço, da energia, do trabalho, das dedicações, do estudo, das vidas perdidas ou para sempre arruinadas, que se consumiram na obra formidável realizada através dos tempos pela Marinha nas Colónias.

E ainda mais: atrevo-me a dizer que hoje seria impossível, a quem quer que fôsse, tentar resumir numa exposição tudo aquilo que constitue a rêde enorme e de malhas apertadas, que encerra a obra da Marinha nas nossas Províncias Ultramarinas.

Poder-se-á relatar, historiar, escrever sôbre o que tem sido uma tal acção colonizadora ininterrupta, mas representá-la completamente por êste processo de que aqui nos servimos, como nos foi indicado, é impossível por falta de documentação.

Na Marinha, é costume trabalhar-se em silêncio e numa espécie de retraimentos avêso a tudo o que represente exhibições, e assim, tantos que nesta corporação trabalharam dando às Colónias anos de vida, dedicando-lhes tôda a sua actividade, saber e até carinho, um dia foram colhidos pela morte ou pela reforma sem que conservem do seu longo tempo de serviço do ultramar, um objecto, um documento, uma recordação!

Factos importantes se passaram na vida das colónias, como expedições militares, em que a Marinha teve uma acção preponderante e decisiva, e que se esbatem por forma a ficarem completamente diluïdos no tempo...

Rápidamente, citarei alguns breves exemplos.

Uma das mais importantes campanhas da Guiné foi a de Bissau, em 1894; havia cêrca de três anos que não se podia safr daquela praça, sitiada pelos "grumetes" e "papeis", depois do desastre em que alguns officiaes haviam perdido a vida às mãos daquele genfó.

Era indispensável acabar com aquela situação embaraçosa, necessitava-se de uma força capaz de infligir um castigo severo aos revoltosos, e a quem se recorreu? À Marinha, organizando-se em Lisboa uma expedição na força de cêrca de 400 marinheiros, comandados por um dos mais prestigiosos officiaes da nossa Armada, o então primeiro tenente Pedro de Azevedo Coutinho, e foi ela quem decidiu do restabelecimento do nosso domínio entre aquelas tribus aguerridas.

Contudo, que memória ficou dêste feito, que resta dêste esforço dos nossos valentes marinheiros?

E que ficou, também, do importantíssimo papel das lanchas-canhoneiras na célebre campanha do Gungunhana, em que a acção da Marinha nos rios permitiu isolar os inimigos em três zonas de operações?

Outro exemplo: o engenheiro maquinista Augusto César Pereira, há pouco falecido, não só desempenhou um papel importante na montagem das lanchas-canhoneiras do Limpôpo durante a campanha acima citada, como foi depois exercer o cargo de chefe de tracção e director do Caminho de Ferro de Lourenço Marques, onde se distinguiu por várias formas, até como superintendendo na aquisição de material modernizado, organizando cadernos de encargos, etc., etc.

Pois tão obscuro ficou, para muitos, êste servidor das colónias, até dentro da própria corporação da Armada, que só agora eu tive conhecimento dos seus trabalhos!

Finalmente, quero citar ainda, como preito de homenagem a um camarada que saúdosamente recordo dos bancos da Escola Naval, o patriotismo, o desprendimento pela vida, a estoicidade e o amor pela Marinha, de que deu mostras o tenente Jaime Teodorico da Silva Nunes que em Angola passou os últimos sete anos de vida, deixando como que uma recordação de lenda, por entre o prestígio das quinias e a tradição de marinheiro.

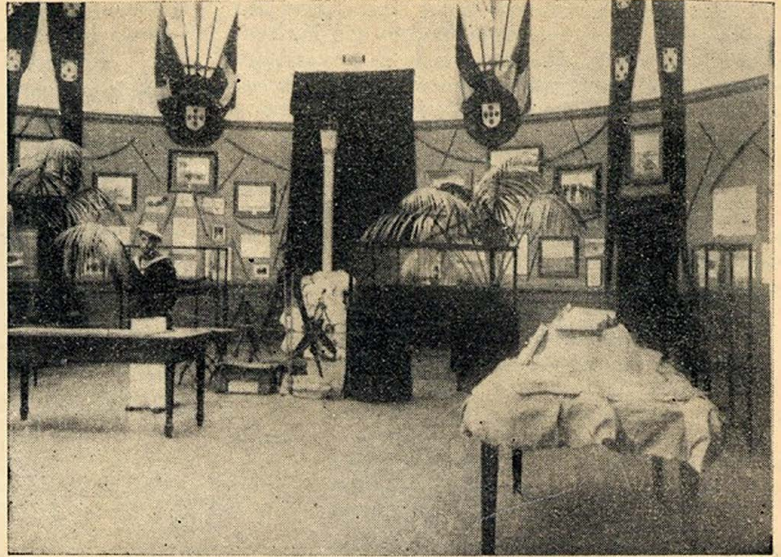
Dêste, reza ainda o livro mestre, entre outras notas, o seguinte:

"Campanha do Cuamato de 1907. — Defesa do bivaque em Damaquero. Marcha debaixo de fôgo de Damaquero para Almendo—Tomada da embala do Cuama-

“... Vai ido o tempo em que os direitos históricos, só por si, bastavam para justificar a posse de territórios riquíssimos de além mar, mantidos em estado de completo desaproveitamento.

Hoje a civilização e a política internacional exigem-nos uma ocupação efectiva e uma ocupação que se não limite a ser meramente militar, mas que seja fundamentalmente económica.”

Dr. Américo Chaves de Almeida



OUTRO ASPECTO DA EXPOSIÇÃO DE MARINHA

to Grande — Comando da lancha-canhoneira “*Cunene*” — Coluna de operações Baixo Cubango em 1909, etc.

“Louvado pela serenidade e sangue frio com que conduziu no fogo as metralhadoras bem como pelo extrêmo zelo, dedicação e reconhecida competência com que organizou e instruiu a bateria de metralhadoras, que comandava tornando-a, apesar de constituída com elementos heterogêneos, uma apreciável unidade de combate.

“Louvado pela proficiência, dedicação e boa vontade com que determinou as coordenadas de vários postos militares no distrito da Huila — Louvado pela forma superior como se houve nas negociações com o soba Cuangar para o estabelecimento de um posto naquela região”, etc. etc.

Faleceu em 2 de Agosto de 1912 no Baixo Cubango, onde desempenhava o cargo de comandante militar.

Isto é, o tenente Jaime Teodorico da Silva Nunes foi uma nobre e bela figura de português e de marinheiro, valente, patrióta, e muito amigo, muito, desta farda que eu tanto me orgulho de vestir!

E que resta dêle, do seu exemplo?

Estes breves traços recortados das notas de assentamentos!

E com estes que cito, quantos, quantos deram o o melhor dos seus anos, das suas aspirações e do seu vigor de moços, ao serviço das colónias?

Dessas passagens que constituem a vida da Marinha no Ultramar, o que fica?

Quando nuito, uma citação simples no livro dos quartos, dêste teor: às tantas horas, regressou a força de desembarque sob o comando do tenente ou do guarda-marinha X; e às tantas horas o navio suspendeu com rumo ao Norte ou ao Sul...

Eis tudo! Aquilo era o pão nosso de cada dia, e a Marinha seguiu o seu fadário!

Eu não queia alongar-me tanto, desculpem-me V.V. Exas. se por demais prendo a vossa atenção.

Tudo isto se passava num tempo em que a África era para os degredados, e a Marinha, nos “degredos” sucessivos das estações, era a mais activa parte pensante

e executante que da Metrópole saía para desbravar as vastas regiões sertanejas de África, para enfrentar os piratas do mar da China, para estabelecer o fio de ligação com os remotos confins da Oceania...

A Marinha, com as suas expedições periódicas, que eram os navios que partiam para as estações, era o cérebro e o braço, o entusiasmo sempre moço de um escol da Pátria distante, que iam alimentar o fogo sagrado da tradição e do valor da raça, vincando o direito à posse, e enaltecendo o orgulho de Portugal!

Tudo isso que se prolonga pelos séculos fóra, desde as náos da Índia correndo o risco do cemitério dos baixos de Moçambique onde tantas tragédias se passaram, até aos nossos dias em que a Marinha, numa obra humanitária e civilizadora semeou aquelas costas orladas de recifes traiçoeiros, com faróis que a tornam numa estrada de luz, tudo isso, como representar-se numa sala por maior que fôsse?

Tudo isso, que constitui o arco-boço da nossa epopeia, com rasgos de brilho de ouro aqui e ali, saltando a cada passo, tudo isso é um monumento cuja documentação neste género, se fôsse possível fazer-se, encheria um vasto palácio que seria o mais grandioso palácio da Nação!

A pequeníssima parcela dêste monumento que a Comissão a que me honro de presidir se incumbiu de representar — a acção da Marinha nas Colónias durante os últimos 50 anos — é, ainda assim, tão grande, que mal avisados andaríamos se pretendêssemos cingí-la ao modêsto mostruário que, em tão curto prazo de tempo, conseguimos organizar.

Esta exposição, não é demais acentuar, não passa de um esboço, de uma tentativa imperfeita daquilo que devia ser; é um ponto de partida apoiado na nossa vontade de bem servir, e só assim deve ser encarada.

Com o decorrer dos tempos, modificaram-se as coisas, a África deixou de ser aquela terrível terra só boa para degredados, e duma maneira geral, as colónias foram-se povoando de todas as nossas actividades metropolitanas.

A Marinha viu restringir-se um tanto, mas não completamente, as variadíssimas funções que lhe ocupavam a atenção no Ultramar, onde as necessidades crescentes fazem afluir outros técnicos e competências, mas ainda assim, as funções da Marinha propriamente só dentro do seu papel de afirmação de soberania, policiamento e representação, são basilares e indispensáveis para a nossa acção colonial e prestígio da Nação.

Noutros ramos de actividade, desde a administração às funções técnicas, ainda hoje a Marinha fornece um valioso contingente de pessoal que dirige, orienta e impulsiona a nossa vida das colónias.

A Marinha tem, pois, uma parcela valiosíssima na consolidação e grandeza do nosso Império Colonial.

Como irmã gémea da Marinha de Guerra, a Marinha Mercante Nacional não podia ser esquecida no seu esforço para a valorização do Ultramar.

O seu papel é primordial e representa, por assim dizer, um índice da riqueza, do fomento e da actividade colonial do país, além de que, em estado de guerra, é

a companheira e auxiliar da Marinha de Guerra, correndo os mesmos riscos e surpresas.

Portanto, a Marinha Mercante devia ter aqui o seu lugar marcado como tem; a sua representação não é bem a que desejaríamos que fôsse, padece das mesmas deficiências que se apontaram, mas isso não faz ao caso no que respeita à sua valorização no objectivo que aqui reúne as duas marinhas irmãs.

Minhas senhoras!

Meus senhores!

A Marinha, como pioneira na acção colonizadora não podia esquivar-se a este convite que lhe foi feito para auxiliar a resolução do grande problema.

A Marinha fiel à sua divisa — A Pátria Honrá... — aqui está num preito de homenagem à Patria, ansiando sempre por honrá-la e dignificá-la, pronta a lutar sempre pelo prestígio, pela felicidade e pela grandeza do nosso querido Portugal!"



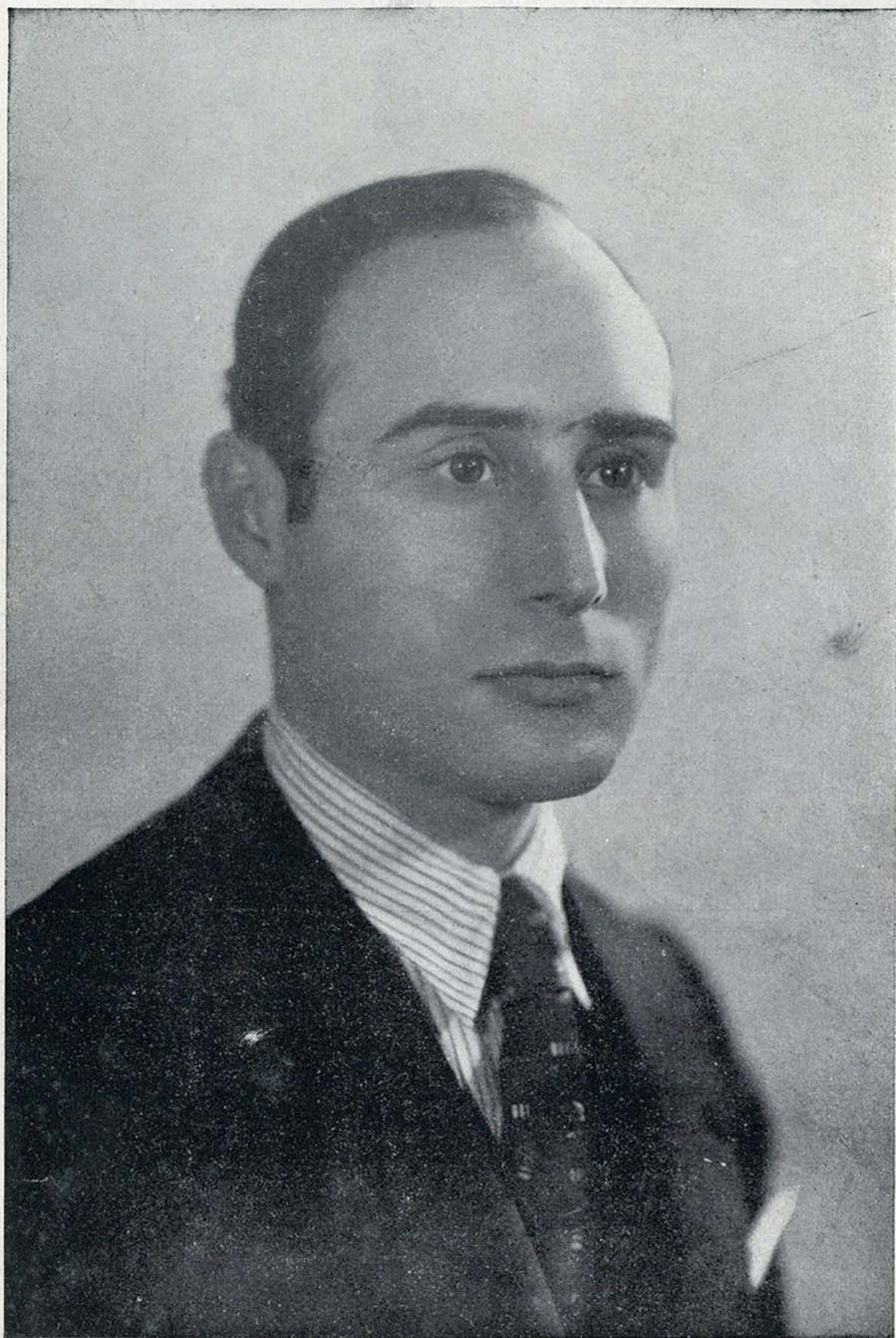
SALÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS ARTES ONDE SE REALIZOU A EXPOSIÇÃO DE MARINHA, NA SEMANA DAS COLÓNIAS DE 1933

“Album das Colónias Portuguesas”

Embora nos reservemos para uma apreciação verdadeiramente consentânea com os merecimentos da iniciativa a um tempo brilhante, louvável e patriótica do Sr. João de Almeida Junior, queremos deixar desde já registado o aparecimento do “Album das Colónias Portuguesas”, — trabalho que possui valiosos estudos sobre história, possibilidades económicas e turísticas, desenvolvimento industrial, agrícola, pecuário, mineiro, portos e vias de comunicação, obra missionária, colonização, usos e costumes indígenas, flora e fauna.

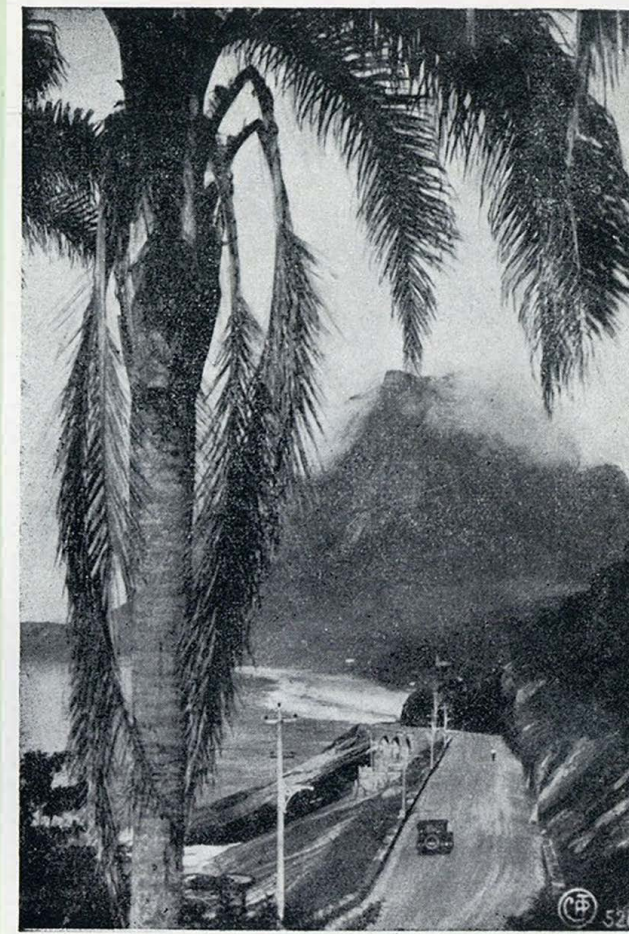
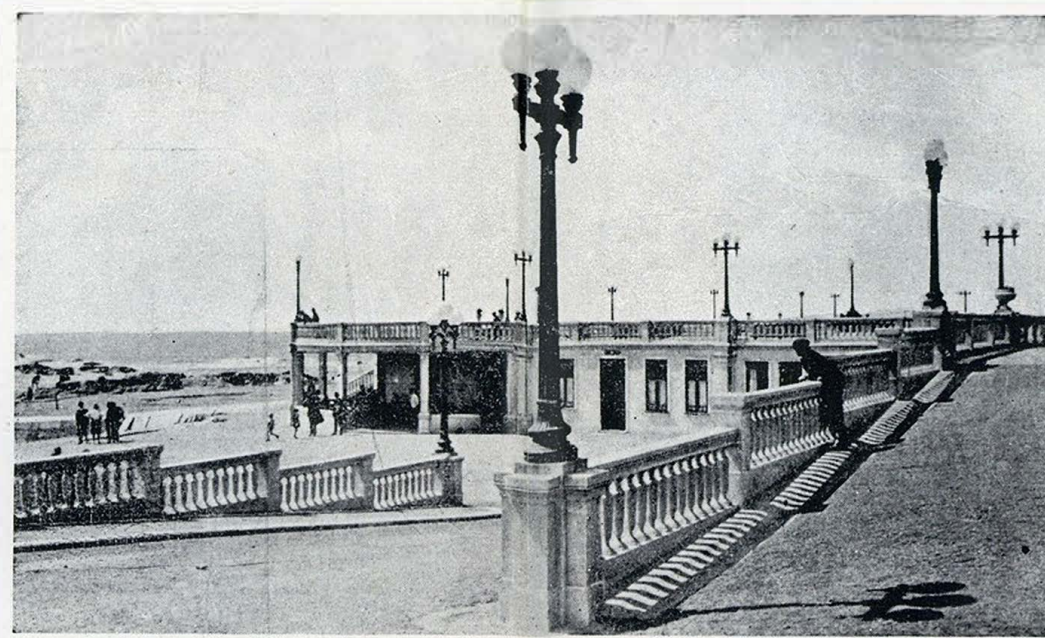
Acresce, ainda, que para sua maior opulência artística e encanto dos seus numerosos leitores, o *Album*

das Colónias Portuguesas, que se publica em fascículos e por conseguinte de aquisição fácil, será ilustrado com cerca de 4.000 fotografuras, representando os mais belos aspectos de cada cidade, de cada vila e de cada povoação portuguesa de além-mar. Paisagens maravilhosas, animais quasi desconhecidos, cenas curiosas da vida indígena, religiosa, agrícola, industrial e mineira, combates e expedições militares, velhas fortalezas, inscrições históricas, monumentos, tudo foi focalizado e tudo será artisticamente apresentado, como um documentário à altura do esforço multi-secular dos portugueses e do texto da obra, firmado por uma pleiade dos nossos mais competentes colonizadores.



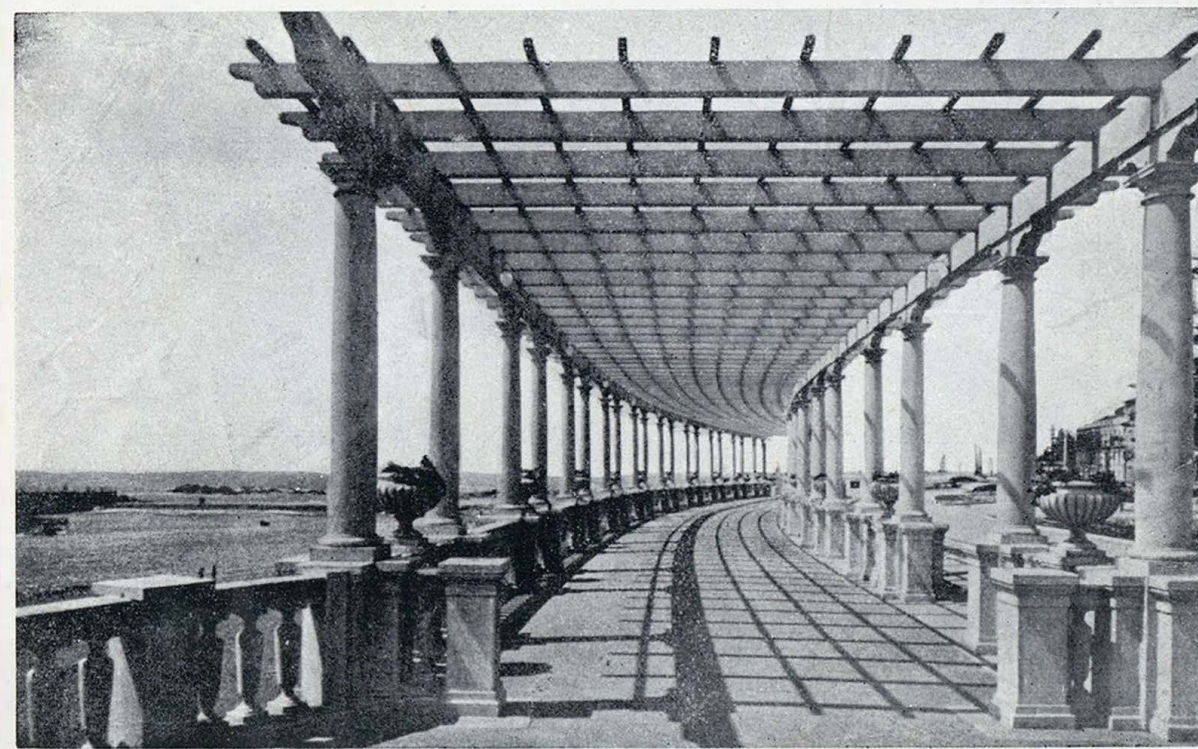
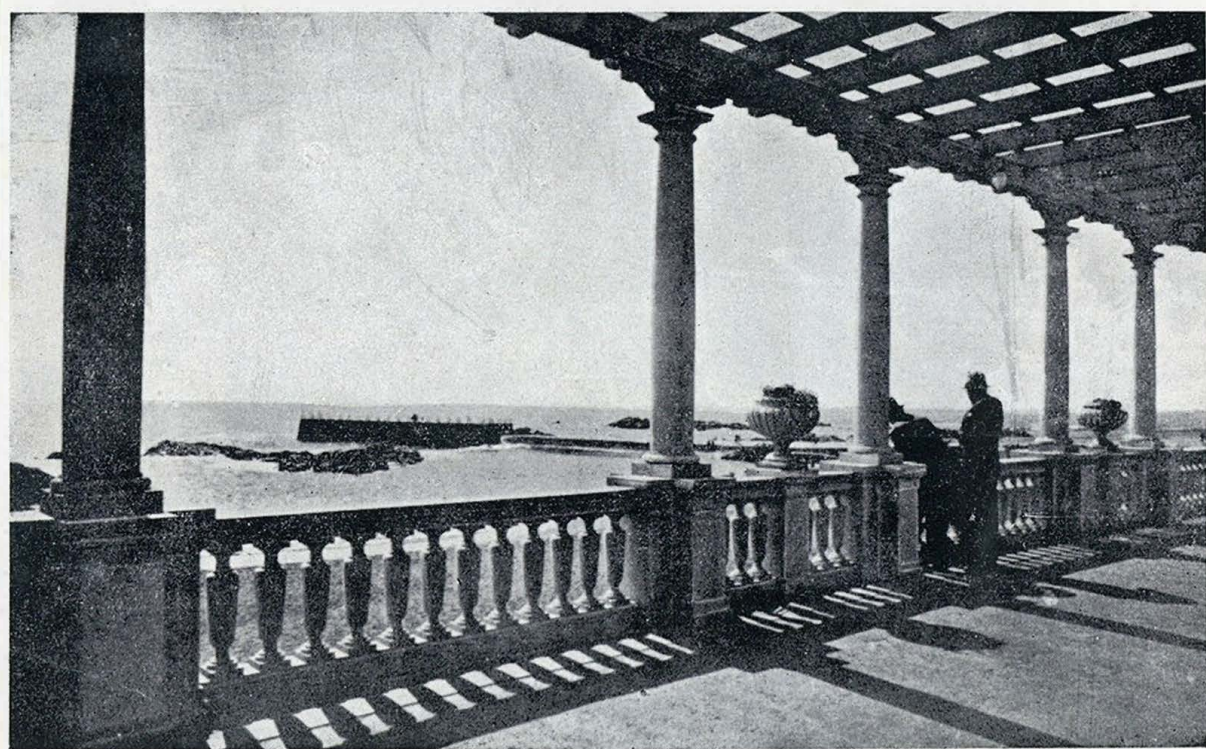
DR. MARCELO DUARTE NUNES MATIAS

HOMENAGEM DA
SOCIEDADE LUSO-AFRICANA
DO RIO DE JANEIRO



PORTUGAL - BRASIL

Rio de Janeiro — Pão de Açucar
Foz do Douro — Um trecho da esplanada
Rio de Janeiro — Avenida Niemeyer e Gavea
Foz do Douro — Molhe
Foz do Douro — Pérgola





ILHA DA MADEIRA — VISTA GERAL DO FUNCHAL

Fotografia gentilmente cedida
pela "Casa da Madeira", de Lisboa.

Homenagem de gratidão e apreço ao Sr. Dr. Marcelo Matias

(Crónica de autoria de António de Baldrufa, escrita especialmente para "A Provincia de Angola", a qual, data venia, transcrevemos).

PROMOVIDO pela SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, "Beneficência Portuguesa", "Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados", "Casa de Portugal", "Centro Trasmontano", "Casa do Minho", "Liga dos Ex-Combatentes da Grande Guerra" e "Casa dos Poveiros", e com a adesão espontânea e valiosa de tôdas as colectividades lusas desta capital e de Niterói, realizou-se no pretérito dia 18 de Fevereiro, no elegante salão de festas do luxuoso *Casino Beira-Mar*, o almoço de homenagem e despedida ao cônsul-adjunto de Portugal no Rio de Janeiro, Exm.^o Sr. Dr. Marcelo Duarte Nunes Matias, por motivo de sua recente transferência para o Consulado de Portugal em Paris.

Foi uma festa como há muito a Colónia Portuguesa no Brasil não realizava, — festa a que se associaram cerca de 200 compatriotas de tôdas as categorias sociais e de todos os credos políticos, banqueiros, professores, diplomatas, jornalistas, advogados, médicos, engenheiros, industriais, comerciantes, funcionários bancários e empregados no comércio, e que pelo ambiente de confraternização em que decorreu, pode considerar-se sem exagêro uma notável afirmação de civismo e uma demonstração brilhante e vitoriosa da pujança dos ideais pan-lusitanos.

A homenagem a que nos estamos reportando, e com a qual os portugueses do Brasil significaram ao Sr. Dr. Marcelo Matias a admiração que por êle têm e a saúde, bem funda e bem portuguesa, — aquele gôsto amargo dos infelizes que peregrinam por terras distantes—, com que o viam partir, não foi mais que um acto de justiça e um preito de gratidão tributado ao jovem diplomata, que pela sua cultura, revelada nas memoráveis *Palestras Coloniais*, — em que falou com a sua habitual eloquência e com impressionante poder de convicção e persuasão aos portugueses de Áquem-Atlântico acêrca do esforço hercúleo e portentoso, sublime de abnegação e de esperança que a Nação e vós outros, irmãos nossos de Angola e Moçambique, de S. Tomé e do Príncipe, de Cabo-Verde e da Guiné, de Macau, da India e de Timor estais a dispendir heróica e gloriosamente, — pelos seus conhecimentos e comportamento como funcionário, pela lhaneza e fino trato, pelo seu irradiante fervor lusíada, finalmente pelo conjunto dos seus muitos e admiráveis dotes de inteligência, de coração e de patriotismo, conquistou simpatias gerais e a admiração unânime e consagrada dos 300.000 portugueses radicados nesta

sedutora e linda cidade do Rio de Janeiro — nesta Cidade-Mulher, de jardins em flor e de montanhas ciclópicas e canoras, coroadas de frondes majestosas, arco-irisadas de borboletas e cheias de gorgeios de aves graciosas; de avenidas imensas e de praias maravilhosas, espectaculares deslumbramentos de luz, alegria e mocidade...

* * *

Ao erudito polígrafo e festejado escritor Sr. Conde de Pinheiro Domingues foi solicitado o encargo de oferecer o almoço em nome das colectividades promotoras da homenagem, encargo de que se saiu brilhantemente e á altura da sua reputação de orador fluentíssimo. Uma imagem, a imagem final, colhida no seu querido Vieira: *há homens que são como as velas, sacrificam-se, queimando-se e derretendo-se, para alumiar e dar luz.* O Dr. Marcelo Matias pertence a esse número raro de eleitos.

A seguir falou o novo Cônsul-Adjunto, Sr. Dr. Luís Nórton de Matos, cuja brilhante oração com vivo prazer aqui deixamos registada:

"Há poucos minutos um ilustre conviva deste banquete perguntou-me porque razão tinha eu preferido o pôsto onde actualmente desempenho as minhas funções consulares a qualquer outro menos distante. Respondi-lhe imediatamente e com muito prazer, que tinha preferido conscientemente inaugurar as minhas funções consulares no pôsto do Rio de Janeiro porque, em parte alguma do mundo, eu poderia encontrar, como aqui, através das suas diferentes actividades e ideais, um núcleo mais representativo e mais numeroso de portugueses que aqui trabalham pela nossa terra. Dessas actividades e idéas olhando para V. Ex.^a, Sr. Carlos Malheiro Dias, eu sinto que V. Ex.^a, é, através de toda a sua admirável obra literária, tão cheia de elegância e de intenção espiritual, um grande intérprete.

E', pois, com desvancimento, que olhando para V. Ex.^a e para a sua obra, eu sinto quanto me liga já á Colónia Portuguesa aqui tão brilhantemente representada.

Menos interessante é como homem, em inteligência e em sensibilidade, quem não sentir a justiça desta homenagem prestada a um homem que através de toda a sua vida tem sido a afirmação harmónica, vibrante mesmo, duma inteligência moral e intelectualmente superior, ligada a um coração que não é vulgar.

Quero dizer-vos que se a amizade fraternal que me liga ao Dr. Marcelo Matias me não trouxesse aqui

expontâneamente me apresentaria para lhes declarar, sem o exagero duma exaltação affectiva, que êle pertence ao número daqueles que, vencendo a rotina, se elegeram de entre os fortes para poderem afirmar de si "ego ipsissimus", tal como na definição de um grande pensador, definição essa que cabe perfeitamente ao Dr. Marcelo Matias".

Associando-se á homenagem o Secretário da Embaixada de Portugal, Sr. Dr. Carlos Alberto Teixeira Branquinho, que presidiu ao banquete, proferiu também palavras de louvor e affecto para o homenageado.

E, por fim ergueu-se o Sr. Dr. Marcelo Matias, a quem os convivas receberam com aplausos frenéticos, que duraram seguramente cinco minutos.

Embora esta notícia já haja excedido há muito os limites de uma crónica jornalística, não nos sentimos acanhados em transcrever o discurso de agradecimento do homenageado, pois o que êle disse das maravilhas da fé, da força de vontade, da indômita corá-gem, da tenacidade heróica, do entusiasmo ardente com que os portugueses do Brasil lutam pela vida, pode dizer-se afoitamente, aplicar-se *mutatis mutandis*, possivelmente com maior propriedade ainda, a vós outros, portugueses intrépidos e patriotas do mais fino quilate, daqueles que melhor o são e sabem ser, que em Angola lutais e cresceis, vencendo, para criardes nessa terra portentosa — tam portentosa e portuguesa como nossa — um *substratum*, em amplitude e profundidade, com a necessária capacidade para absorver, sem alterações de maior, mantendo e conservando as suas principais características e as vigas-mestras da sua estrutura nacional, as correntes emigratórias de outras raças que mais cedo ou mais tarde hão-de demandar essas terras opulentas do Império, buscando abrigo e sustento, facto este que será tam sómente a repetição do que fizeram os nossos avisados antepassados nesta imensidão americana, neste Brasil colossal, gerando um povo, como salienta Carlos Malheiro Dias em discurso publicado no BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, "de tal maneira apto a zelar pela sua independência e autonomia, que está aglutinando, incorporando ao seu património étnico, raças as mais heterogêneas sem se desnacionalizar".

"Senhor Cônsul de Portugal, Minhas Senhoras, Meus Senhores: — Seja-me consentido, antes de mais, recordar, saudando-o, o antigo Cônsul Geral, Ministro Pedroso Rodrigues, cuja competência, dignidade e sereno equilíbrio ficaram como um exemplo; que vão

para êle estas palavras, como um justo tributo que lhe devo, para esse português em quem sempre as razões do nosso prestígio, do prestígio da nossa Pátria, podem mais que tudo e falaram sempre mais alto.

Seja, depois, para vós, meus dois colegas, a minha fraternal e altiva saüdação; fraternal porque comigo assentastes praça, como soldados rasos, nesta legião que é a carreira, onde somos irmãos; altiva porque pertenceis, como eu, a uma geração de gladiadores, que veem para a vida como quem vai para a guerra, sem pedir mercê nem quartel, lutando de frente erguida.

Geração torturada pela dúvida, á qual foi deixada por tóda a herança esta hora sombria de transição, de hesitações e incertezas; que viu tombar, uma a uma, tódas as verdades que se fôram; que ficou entregue a si própria quando os homens só tinham tempo e engenho de matar; que encontra subvertida a disciplina moral, desarticulada a ordem económica, taceantes e contrárias as concepções políticas; e que, á força de tentar perscrutar os caminhos do seu destino, desesperou de tódas as estradas que lhe indicavam e acabou por só ter fé em si mesma e só contar consigo própria.

E' essa geração históricamente a nossa, em qualquer campo e sob qualquer sonho que ela lute e sofra e morra; e por isso eu vos saúdo, altivamente, como os gladiadores a saüdavam outrora na figura convencional dos Césares a beleza do seu próprio heroísmo.

Mas o espírito medieval desta geração é, por mi-lagre, o mesmo de todos os que me escutam e eis porque eu vos quero duplamente, portugueses do Brasil, porque vos estimo como compatriotas e vos quero como irmãos de armas.

Eu vos explico o meu pensamento: Vejo aqui poetas e banqueiros, medicos e comerciantes, jornalistas e advogados. Também eles vieram para a vida como para a guerra, e muitos até vieram da guerra para a vida; uns lutaram na França, na África e no mar por Portugal. Outros, fôsse qual fôsse a bandeira que os conduzia ou a crença que os iluminava, lutaram belamente pelo seu sonho de verdade e partiram porque as contingências da luta lhes impuseram o caminho do exílio; outros vieram ainda naquella idade em que as crianças só deviam brincar: para todos, nestes quadros gigantescos da vida americana estava escrita a mesma legenda de incerteza, que é o horizonte dos homens da minha idade.

Conheço a vossa vida, a vossa vida heróica, por isso me orgulho hoje, como nunca, porque encontro a meu lado o vosso affecto. Entregues á vossa fragilidade e á vossa fé, quasi sem outro amparo que não fôsse o heroísmo da alma e a firmeza do ânimo, podeis bem considerar-me um dos vossos, porque essa foi também a definição da minha vida.

Eis porque falamos a mesma linguagem e pertencemos á mesma geração, portugueses da minha idade e portugueses do Brasil: Por isso esta homenagem eu vo-la devolvo inteiramente. Todos e cada um a merecem.

Senhor Conde de Pinheiro Domingues!

Cumulou-me V. Ex.^a de gentilezas, confundiu-me de favores; entre estes avulta o de ter sido neste momento o generoso intérprete do sentimento de saüdade que reuniu á minha volta tantos amigos. Muito reconhecidamente agradeço a V. Ex.^a as suas palavras e a autoridade que a sua inteligência e vasta cultura puseram ao serviço desta hora de amizade.

INDUSTRIA DO LIVRO

(Antiga casa — A ENCADERNADORA)

J. de Oliveira Telles

PAPELARIA — ENCADERNAÇÃO — TIPOGRAFIA

Encadernações simples e de luxo
Albuns. Pastas. Carteiras de identidade

LIVROS PARA ESCRITURAÇÃO

Impressão de livros científicos, didáticos e literários.

Têses, catálogos, estatutos, etc.

Participações, programas de festivais, cartões de visita, talões, recibos e todo o género de impressos comerciais.

RUA SÃO JOSÉ, 35 — Tel. 3-0804

RIO DE JANEIRO

Minhas Senhoras e meus senhores:

Nenhum mérito tive que possa justificar a saúde que me testemunhais no momento da minha partida. E se saudais em mim aquele português moço e vibrante que chegou e quis conhecer-vos, para convôscos comungar na mais alta expressão do amor da Pátria; se é ainda o éco dessas palavras unidas apenas de emoção, que algumas vezes proferi junto de vós, (1) que explica a vossa amizade; se á invocação ardente das vossas glórias passadas e á descrição da epopeia maravilhosa que hoje estamos crescendo em tôda a terra coberta pela nossa Bandeira eu devo este imperecível testemunho de afecto, então êle é ainda uma expressão generosa do vosso amor da Pátria, brasa viva e eterna dum fogo de paixão que se não extingue.”

E assim terminou, por entre palmas vibrantes e calorosas, uma linda festa de portugueses a um português que pelos seus méritos e talentos é já hoje um dos lídimos representantes da nova geração de diplomatas.

A LUSO-ÁFRICANA fez-se representar na homenagem prestada ao Dr. Marcelo Matias pelos seus directores: Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro e Antero de Faria, respectivamente presidente e secretário da Mesa da Assembléa Geral; Dr. Virgílio Coelho Duarte, do Conselho Fiscal; Francisco das Dôres Gonçalves, presidente; Antonio de Sousa Amorim e Bernardino Casimiro, respectivamente 1.^o e 2.^o secretarios. Alamiro Andrade, tesoureiro Abel Moreira Neves, suplente e ainda pelos seus associados: Amadeu Andrade, com.

(1) S. Ex.^a referia-se ás palestras coloniais realizadas sob o patrocínio da SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

Antonio Parente Ribeiro, Armando Garcia Leite Ferreira, Artur Morcira Neves, Alberto Carvalho Silva, Albino de Moura Mesquita, Armando Liberato Maia, Benjamin Rezende Reis, Correia Varela, Dr. Ernesto de Souza, João José Diniz, Dr. José Augusto Prestes, José de Araujo Lage, Joaquim Monteiro, Manuel Pinto de Almeida, com. Nicolau Luis Cardoso Guimarães, Teofilo Carinhas e Viriato Nunes.

O passado é, visto que o temos, testemunha e juiz das nossas intenções, dos nossos actos, do uso que fazemos de uma vida que não é só nossa, pois começou e brilhou antes de nós. Para nos dispormos a viver uma vida de continuadores, temos de considerar que, vindo donde vimos, nunca estamos a sós connôscos: há quem nos espere constantemente, em nome dos séculos, pelo mau uso dos dias. De outro modo não passaremos de infelizes depositários.

Napoleão disse no Egipto aos seus soldados:

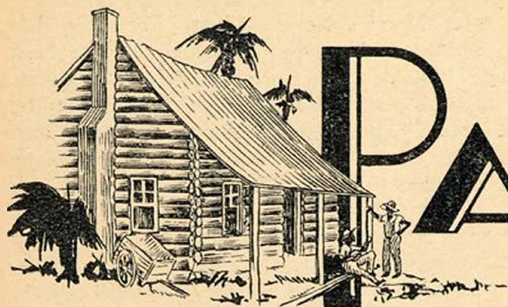
— Do alto daquelas pirâmides quarenta séculos de História vos contemplam.

Nós andamos vigiados, de dentro de nós próprios, por muitos séculos de História heróica ou útil, de história nacional e humana. Se todos pensarmos nisto; se cada Português, por humilde que seja a sua missão ou a sua tarefa na vida, sentir bem fundo que o está sempre observando uma consciência histórica elevada e severa, o nosso Presente será dignamente português e uno, e ficará por fiador de um futuro á altura do Passado.

DR. AGOSTINHO DE CAMPOS



UM ASPECTO DO ALMOÇO OFERECIDO AO SR. DR. MARCELO MATIAS, NO CASINO BEIRA-MAR



PANORAMA

PROPAGANDA DE PORTUGAL

Existe no Rio de Janeiro — e o leitor culto de Moçambique escusa que lho digam — uma agremiação fundada por portugueses, a “Sociedade Luso Africana”, cujos fins, por muitos que sejam, convergem todos num ponto: propaganda das possessões portuguesas de todos os continentes e comunhão racial dos povos pan-lusitanos.

Mercê da divulgação trimestral de mais de 3.000 exemplares de um “Boletim” que distribue, conhece hoje melhor o Brasil as nossas colónias, e os nossos compatriotas residentes naquela Nação irmã têm uma publicação optimamente colaborada, atestando a sua descendência de um grande país — ainda que pequeno, dentro dos seus 90.000 quilómetros quadrados de Metropole.

Existe, vincado muito na boa vontade, energia e acção dos portugueses que fundaram ou nos que auxiliam a “Sociedade Luso Africana”, a certeza do valor de Portugal como país colonizador e progressivo, do que, afinal, o próprio Brasil é o melhor e o mais sólido atestado, se deitarmos uma vista retrospectiva para sua colonização inicial.

Da Biblioteca daquela Sociedade fazem parte os melhores trabalhos sobre colónias portuguesas, revistas e jornais do nosso país e das colónias, de livre consulta pelos portugueses e brasileiros que o desejem.

E' preciso notar que a melhor “gente colonial” colabora no “Boletim” da Sociedade Luso Africana, sendo hoje, sem dúvida alguma, a Revista Colonial que tem melhor colaboração portuguesa, do género.

Nos seus números já publicados tem inserido artigos da autoria do ilustre General Norton de Matos, illustre e não menos ilustrado colonial que, naquele “Boletim”, de que é sócio honorário, colabora com assiduidade; Nuno Simões, um dos mais apreciados colaboradores do “Notícias”; Conde de Penha Garcia, Director da Escola Colonial; Paiva Couceiro, conhecido demais para dispensar apresentação; Manuel Teixeira Gomes (antigo Presidente da República); Coronel Vicente Ferreira (antigo Governador Geral de Angola); Comandante Correia da Silva (antigo Governador da Companhia de Moçambique); Armando Zuzarte Cortesão (antigo Agente Geral das Colónias); Dr. Rodrigo Rodrigues (antigo Governador de Macau); Dr. Brito Camacho (antigo Alto Comissário de Moçambique); Almirante Vitor Hugo de Azevedo Coutinho (antigo Alto Comissário de Moçambique); Coronel Ferreira Viana, Governador Geral de Angola; Carlos Malheiro Dias, o brilhante historiador da colonização portuguesa no Brasil; Capitão Augusto Casimiro (antigo Governador Colonial); Tenente-Coronel Leite de Magalhães (antigo Governador da Guiné); General Ferreira

Martins (antigo Director da Escola Central de Officiais, dirigindo actualmente a optima publicação que é o “Portugal na Grande Guerra”); Capitão Gastão de Sousa Dias, 1.º prémio de Literatura Colonial, autor de trabalhos de vulto sobre a Angola; Comandante Jaime do Inso, brilhante cronista das coisas de Macau; Coronel do Estado Maior Henrique de Pires Monteiro, Director da “Revista Militar”; Tenente Henrique Galvão, Director da Feira de Amostras e escritor colonial — e alguns outros cujos nomes nos não ocorrem, mas que não deixam de ser merecedores do melhor acolhimento e homenagem.

A colaboração desta Colónia tem sido limitada ao Tenente Mário Costa e Dr. António Augusto de Miranda, ainda que Moçambique tenha muito bons elementos de colaboração, que não deviam deixar de escrever para aquella óptima Revista, num sentido de divulgação desta nossa Colónia, cada um dizendo do que soubesse.

O Boletim da “Sociedade Luso Africana” é distribuído gratuitamente, e basta para o receber, dirigir o respectivo pedido para a agremiação referida (R. 13 de Maio, 33, 5.º andar — Rio de Janeiro).

Apresentação invulgar, com esplendidas fotografias e melhor colaboração, como se desprende dos nomes apresentados, dêle se tem feito a mais larga distribuição nesta Colónia, ao que nos consta, a todas as circunscricões e á maioria dos serviços.

* * *

Portugueses dos melhores aqueles que de tão longe não nos esquecem, mereciam esta referencia especial á sua nobre e, sobretudo, patriótica atitude. Sobre todos, há que mencionar o “animador” do Boletim da “Sociedade Luso Africana”, Sr. António de Sousa Amorim, para quem vão as nossas maiores felicitações, sinceras e entusiastas — como de português para português, nelas englobando os seus corpos directivos e colaboradores.

Numa época de paixão política que avassala todo o mundo e de que o nosso país não pode eximir-se, é agradável ao nosso coração de portugueses ver que um núcleo de honrados compatriotas, no Brasil, levanta bem alto a sagrada bandeira da Pátria, tão alto que as paixões políticas a não atingem, conseguindo para uma obra pan-lusitana a colaboração de valores dos mais diversos matizes políticos

* * *

E que importa se, afinal, no coração de todos êles, existe a mesma Pátria!

(In-NOTÍCIAS, de Lourenço Marques)

A Escravidão Africana no Brasil



Eis aqui um livro que gostaríamos de ver largamente difundido no Brasil e em Portugal, de sorte que pudesse ser lido por quantos fabricantes de histórias sem *h* existem e vivem, proliferando tolices literárias e asneiras históricas, por esse mundo de Cristo, e ainda em especial por todos aqueles que, sem respeito pela verdade e desdenhando da documentação exaustiva legada pelos nossos antepas-

sados acerca dos mais minuciosos e complexos problemas, se aventuram, como turistas provincianos com um catálogo da Exprinter debaixo do braço, a apreciar e a comentar o papel que aos portugueses coube no tráfico dos escravos.

Compulsando este livro do Sr. Dr. Evaristo de Moraes, bem concatenado e sólidamente documentado, mais uma vez se verifica que os portugueses foram os que melhor trataram os escravos e os que menos proventos tiraram do nefando e nefastíssimo negócio, ficando enormemente distanciados dos seus concorrentes mais próximos, os ingleses, que se locupletaram e empanturraram até aos gorgomilos com o produto da escravatura, dos holandeses, dos franceses e dos espanhóis.

Mas não se julgue, como imaginam os tais *historiadores*, que a escravatura foi introduzida em África pelos europeus. Longe disto. Essa calamidade tinha tradições remotíssimas e raízes as mais profundas entre os naturais do Continente negro, os quais desde as idades mais distantes se trucidavam ou escravizavam uns aos outros, empolgados por constantes e bárbaras lutas tribais, quando não intestinas.

A este e mais respeito, é bastante elucidativo o que escreve A. C. Burns, sub-chefe da Secretaria do Governo da Nigéria, a paginas 77, do seu livro *History of Nigéria*:

“Os chefes não eram adversos mesmo a assaltar as povoações das suas tribus, se isso era necessário para imediatamente obter escravos para algum negreiro impaciente. Por vezes de noite, era pôsto fogo às povoações, sendo apanhados os seus desgraçados habitantes a medida que iam fugindo das chamas, sendo muitas vezes os que não prestavam para escravos mortos a sangue-frio, para satisfazer os instintos da crueldade. E’ certo que na África a escravatura era uma instituição imemorial, sendo na Costa Ocidental vendidos e comprados escravos antes de lá aparecer o primeiro Europeu.”

“No ano de 1712, pelo Tratado de Utrech, os *Ingleses* conseguiram o monopólio por trinta anos do comércio dos escravos, o que naquele tempo era da maior importância para tôdas as nações. A influência Britânica na Costa Ocidental da África aumentou cada vez mais. E desde então os *Ingleses* tomaram a dianteira no tráfico.

“Em 1871 o navio negreiro *Zong* ia em viagem no Atlântico, cheio de escravos, e deu-se conta de que a água que levava era pouca e não chegava para a gente a bordo. Se os escravos morressem de morte natural

(o que naturalmente abrangia a morte á sêde), a perda recaía nos donos, mas, se eles fôsem deitados ao mar, a perda era coberta pelos seguros; só foram deitados ao mar 132 escravos e os seguradores foram obrigados pelo tribunal a pagar aos donos £ 30 por cada escravo perdido”.

Quanto à sinceridade com que John Bull combateu mais tarde o tráfico, policiando os mares infatigavelmente, também a devemos encarar com determinadas reservas, pois não era a sorte dos escravos que comovia os loiros filhos da Albion, mas o receio de que, graças ao trabalho dos negros, as outras nações enriquecessem quanto eles e como eles erguêssem um edificio económico que lhes tizesse sombra.

Isto, porém, já está incorporado á sabedoria das nações, motivo pelo qual nos limitamos ao registo da aparição do presente livro, — trabalho criterioso e honesto em que afluam, sem esforço, a cultura e o espirito analítico do Sr. Dr. Evaristo de Moraes.

A. de A.

ARQUIVOS DE ANGOLA, VOL. I, ANO I, N.º 1

Recebemos, oferecido pelo Reitor do Liceu Central “Salvador Correia”, de Luanda, o primeiro numero desta útil e meritória publicação, que muito agradecemos.

Para atestar o valor de tão útil e valiosa obra, transcrevemos, data venia, alguns parágrafos da portaria n.º 1.289 do Governo de Angola, autorizando sua publicação:

“Sendo urgente salvar de completa ruína muitos e importantes documentos de apreciável valor histórico que se encontram nos arquivos dos Serviços Públicos desta Colónia;

“Que a sua publicação é a melhor forma de os salvar, valorizando-os assim para o estudo e conhecimento da história provincial;

“Sendo, porém, indispensável a estes trabalhos o carácter oficial da publicação para assegurar a autenticidade dos documentos que venha a reproduzir;

“O Encarregado do Governo Geral de Angola, determina:

“E’ autorizada a Repartição dos Serviços de Estatística, a quem foi pela portaria n.º 1.168, de 25 de Março último, cometido o encargo de recolher e guardar todo o recheio do antigo Arquivo Provincial de História, a editar, sem dispendio para a Fazenda Nacional, uma publicação oficial que se denominará “Arquivos de Angola” e que se destinará exclusivamente á reprodução fiel dos documentos existentes nos arquivos públicos de Angola e que foram reconhecidos como sendo apreciável interesse histórico, preferindo-se sempre os mais antigos ou os que corram risco eminente de total deterioração.”

BERTHO CONDÊ

ADVOGADO

EDIFÍCIO SÃO FRANCISCO
Av. Rio Branco 87/93, 9.º and.
Sala 2

INFORMAÇÕES

BIBLIOTECA

Registaram-se, durante o trimestre expirante, as seguintes ofertas:

RÊCORDAÇÕES DE AFRICA — Coronel Carlos de Roma Machado, oferta do autor.

OS INDUS DE GOA E A REPUBLICA PORTUGUESA — António de Noronha, oferta do Tenente Manuel Antonio Ferreira.

A EDUCAÇÃO E O ENSINO NA INDIA PORTUGUESA — Menezes Bragança, oferta do Tenente Manuel António Ferreira.

NUBISCHE STUDIEN IM SUDÄM 1877-78 — Prof. Herman Almkvist's, oferecida pela Universitätsbiblioteket de Uppsala, Suecia.

LA CIVILISATION ENEOLITHIQUE DANS LA PENINSULE IBERIQUE — Nils Aberg — idem.

TRADITIONS DE TSAZZEGA AT HAZZZEGA — Joahannes Kolmodin, idem, idem.

A ESCRAVIDÃO AFRICANA NO BRASIL — Dr. Evaristo de Moraes, oferta do autor

HISTORIA ECLESIASTICA ULTRAMARINA — Vise. Paiva Manso, oferta da Sociedade de Geografia de Lisboa.

AFRICA OCIDENTAL — Francisco Travassos Valdez, idem.

DIVERSOS

Zonas colonizáveis, estudo de adaptação de europeus — Prioridade dos portugueses no descobrimento da América do Norte e ilhas da América Central — Colonização do Planalto de Huila e Mossâmedes — Colonização da raça branca portuguesa em Angola — O rio Cunene na fronteira sul de Angola e Latitudes e Longitudes por passagens meridianas de estrelas, oferecidos pelo seu autor Coronel Carlos Roma Machado. — ... e viva Lanhelas!, oferecido pelo seu autor Sr. Gil Paz. Elogio Histórico do Dr. Antonio José de Almeida, oferta da Comissão dos Padrões da Grande Guerra. — Um Bragança no cemitério de Luanda — Festa da Raça 1932.

BOLETINS

Boletim eclesiastico da Diocese de Macau — Boletim da Direção dos Serviços de Agricultura e Comercio — Boletim Comercial — Boletim do Instituto Vasco da Gama (Nova Goa) — Boletim dos Serviços de Estatística (Angola) — Boletim da Câmara Portuguesa do Comercio (S. Paulo) — Boletim Oficial (de tódas as Provincias Ultramarinas) — Boletim da Camara Portuguesa do Comércio e Industria do Pará.

REVISTAS

Revista Militar (Portugal) — Revista de Materiais de Construção (Rio de Janeiro) — A Panificadora (idem) — Revista da Câmara Portuguesa do Comercio e Industria do Rio de Janeiro — Brasil Polonia (idem) — Revista Academica (idem) — Portugal Colonial — Revistada Sociedade Rural Brasil (S. Paulo) — Revista da Liga Portuguesa de Hong-Kong — Ilustração Colonial (Angola) — Correio Rural (Rio de Janeiro).

NOVOS SÓCIOS

Durante os meses de Janeiro a Março foram admitidos os seguintes sócios:

PROTECTORES:

SAMUEL DA FONSECA e JOSÉ DE OLIVEIRA, de Quilengues, distrito de Benguela, propostos por Manuel Quintans de Lima Braga.

JOÃO ANTÓNIO DE CARVALHO

ISMAEL ALVES DA COSTA

TOMÁS JORGE JÚNIOR e

MANUEL ANTÓNIO DA SILVA COELHO E CASTRO, de Lourenço Marques, propostos pelo Dr. António Augusto de Miranda.

ALBANO C. FIGUEIREDO, de S. Paulo, proposto por António Carlos da Silva Reis.

ANTÓNIO MANUEL ALVES, de S. Paulo, proposto por Joaquim S. Marques.

ACTIVOS:

NONATO TEIXEIRA LOPES

MANUEL DOS SANTOS

MANUEL RIBEIRO DA SILVA e

ANTÓNIO GONÇALVES DOS SANTOS, propostos por António Ferreira Tavares.

ANTONIO COELHO ANDRADE SEQUEIRA, proposto por Manuel Correia de Queirós.

JOSÉ SILVA, proposto por João Cunha.

JOSÉ MARIA DA COSTA NEVES, proposto por Abílio Augusto Guerra Branco.

FAUSTO CORTESÃO ZUZARTE e

RAUL KOL DE ALVARENGA, propostos por Francisco Fernandes Costa.

MANUEL ANTÓNIO VIDAL, proposto por Domingos José Veloso.

MANUEL JOAQUIM MARQUES

ANTÓNIO DIAS FERREIRA e

ABEL BRANDÃO RAMALHO, propostos pela Sr.^a Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro.

ADELINO LOPES MACIEIRA, proposto por Afonso Lopes de Oliveira.

JOAQUIM COELHO DE SÁ, proposto por António de Sousa Amorim.

ANTÓNIO LOPES DOS SANTOS

JOAQUIM DOMINGUES PEREIRA

BOAVENTURA MONFORTE e

JOÃO CARLOS DE ALMEIDA KASPRZYKOWSKI, propostos por Marcel Augusto de Almeida.

MANUEL GARCIA CRUZ e

DR. MÁRIO ALVES NOGUEIRA, proposto por Antero de Faria.

MANUEL LOPES QUINTELA, proposto por Mário de Sousa Soares.

AUXILIARES

CÂMARA DO COMÉRCIO

SOCIEDADE BENEFICENTE 1.^o DE JANEIRO e

ASSOC. DOS VELHOS COLONOS DE MOÇAMBIQUE, propostos pelo Dr. António Augusto de Miranda.

Quadro demonstrativo do movimento de sócios durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 1934:

CATEGORIAS	Exist. em 31-12-33	Admittidos	Eliminados	Demittidos	Exist. em 31-3-34
Activos	241	57	2	2	294
Auxiliares	(1) 1	3	0	0	4
Bemfeitores	0	0	0	0	0
Beneméritos	0	0	0	0	0
Delegados	0	(2) 1	0	0	1
Cooperadores	9	1	0	1	9
Correspondentes	31	2	0	0	33
Honorários	4	(3) 1	0	0	5
Protectores	51	9	0	1	59
Remidos	0	0	0	0	0
Total em 31-12-933	338	Total em 31-3-934 40 5			

(1) Sociedade União Portuguesa de Santos, Santos — S. Paulo.

(2) Joaquim S. Marques em S. Paulo.

(3) Dr. Marcelo Duarte Nunes Matias aclamado em Assembléa Geral de 24 de Janeiro de 1934.

“O esforço português em Angola”

Em comemoração do quarto aniversário da “Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro”, a nossa ilustre compatriota e brilhante intelectual, Exm.^a Sr.^a Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro realizará no dia 23 do mês de maio, no salão nobre do “Gabinete Português de Leitura”, uma conferência que tem por tema “O esforço português em Angola”.

CONFERÊNCIAS

Com o propósito de intensificar e manter bem vivos a propaganda e o acentuado carinho pelas Províncias ultramarinas portuguesas, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO vai promover e patrocinar uma série de conferências, a qual terá começo com a conferência da Exm.^a Sr.^a Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro, a realizar-se no dia 23 de maio, no Gabinete Português de Leitura, desta cidade.

“PORTUGAL ULTRAMARINO”

No salão de festas da “Tuna Lusó-Comercial”, da cidade de Belém do Pará, realizou recentemente o Sr. Professor Paulo Eleutério, redactor-chefe da “Folha do Norte”, uma conferência que se caracterizou pelo brilho da linguagem, pelos conhecimentos do seu ilustre autor e, ainda, pela confiança que o mesmo deposita na expansão dos ideais pan-lusitanos, — ideais para que foi chamada a sua curiosidade após a leitura dos Boletins desta colectividade, que vêm sendo distribuídos gratuitamente não só no Brasil e no Império Português, como também pelas bibliotecas das Universidades e das associações culturais do estrangeiro.

Na conferência do Sr. Professor Paulo Eleutério foi posta em foco a aproximação de Portugal e Brasil com aquele sentido que nós visionamos, — uma aproximação apoiada na política do Atlântico, ou seja numa aliança que garanta ás duas pátrias o contróle do oceano, o que não será difícil de alcançar, achando-se em poder das os principais pontos estratégicos para a hegemonia da nossa raça no Atlantico Sul, que será, a partir de então, o *mare-nostrum*.

ASSEMBLÉA GERAL

De conformidade com os estatutos sociais, realizou-se a 10 de Janeiro do corrente ano a assembléa geral ordinária convocada com a seguinte ordem do dia:

- a) eleição dos novos corpos directores;
- b) assuntos diversos.

Às nove horas, em segunda convocação, compunha-se a mesa, assumindo a presidência o Sr.^a Dr.^a Fernando de Bastos Casimiro secretariada pelos Srs. Francisco das Dôres Gonçalves e Antonio Dias. Em seguida procedeu-se á eleição dos novos corpos directivos, cuja constituição é aquela que noticiamos em outra página deste BOLETIM.

Antes de encerrar a sessão a Sr.^a presidente apresentou o nome do ilustre consul adjunto Dr. Marcelo Duarte Nunes Matias para sócio honorario da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA. Justificando a proposta usou da palavra o secretário da mesa Sr. Francisco das Dôres Gonçalves, que em breves palavras expôs a razão porque a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA distinguia S. Ex.^a com o seu título máximo, lembrando com saúde ás conferências de propaganda colonial que sob o patrocínio da LUSO-AFRICANA S. Ex.^a havia realizado nesta cidade.

Posse da nova Direcção

A 15 de Janeiro do corrente ano, de conformidade com os estatutos sociais, a nova direcção tomou posse tendo assistido ao áto numeroso grupo de associados.

Antes de assinado o respectivo termo de posse, usaram da palavra a distinta intelectual Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro que presisiu á cerimónia, Francisco das Dôres Gonçalves, presidente eleito, Antero de Faria, presidente da directoria sessante e ainda o Sr. Henrique E. N. Santos, relactor do Conselho Fiscal.

LUTUOSA

Durante o trimestre a que se refere este BOLETIM sofreu a LUSO-AFRICANA o desgosto de perder por falecimento os seus prezados associados António Ribeiro e Manuel Joaquim Marques.

Ás famílias enlutadas apresentamos os nossos pesames muito sentidos.

Coronel Silva Félix

O Sr. Coronel Silva Félix, patente em que culminou a sua carreira militar de africanista, mas que leima em não querer ser senão o “Capitão Félix”, nome honrado que se tornou popular na provincia de Angola, do qual ele tanto se orgulha que com ele assinou sempre e assina ainda os seus escritos, é um dos maiores obreiros dessa terra feracissima que será amanhã uma nova nação com que Portugal novamente afirmará a sua missão gloriosa de “dar mundos novos ao mundo”. O Sr. Capitão Félix é o sócio gerente da firma Félix & C.^a, proprietaria das grandes fazendas Granja, Glória, Libongo e S. Manuel e industrial entre os mais importantes de Angola. Como português que tanto tem concorrido para o progresso da grande provincia africana, ele merece a homenagem que o nosso BOLETIM hoje lhe rende com a publicação de um artigo e algumas fotografuras interessantissimas. Com algumas centenas de portugueses da ténpera do Sr. Capitão Félix, Angola nada tem a temer pelo seu futuro.

SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

CORPOS ADMINISTRATIVOS

BIÉNIO 1934-1935

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE . . . — *D.^{ra} Fern.^{da} de Bastos Casimiro*
1.º SECRETÁRIO — *Antero de Faria*
2.º SECRETÁRIO — *Arm.º Tomás Martins Cardoso*

DIRECÇÃO

PRESIDENTE . . . — *Francisco das Dôres Gonçalves*
VICE-PRESID. . . — *Francisco Fernandes Costa*
1.º SECRETÁRIO — *António de Sousa Amorim*
2.º SECRETÁRIO — *Bernardino Casimiro*
1.º BIBLIOTEC.º — *Marcel Kasprzykowski*
2.º BIBLIOTEC.º — *António Ferreira Tavares*
TESOUREIRO . . . — *Alamiro Andrade*

SUPLENTES

Abel Moreira Neves
Adelino Domingues Maia
Carlos Leite de Sousa
Domingos José Veloso
Luis Franco

CONSELHO FISCAL

Henrique E. N. Santos (RELATOR)
Dr. Augusto de Sousa Baptista
Dr. Virgílio Coelho Duarte
J. Nascimento Ribeiro
Fernando Alberto Marques Pinto

SÓCIOS COOPERADORES

D.^{ra} Fernanda de Bastos Casimiro
Dr. Bertho Condé
Dr. Ernesto de Sousa
Dr. Albino Bastos
Prof. Tomás Vieira dos Santos
Prof. Albano Alberto Mira Saraiva
Raul Martins
Eugénio Gomes Martins

SÓCIOS HONORÁRIOS

G.^{al} José Mendes Ribeiro Nórton de Matos
Dr. Nuno Simões
Dr. Rodrigo Rodrigues
Dr. Agapito Pedroso Rodrigues
Dr. Marcelo Duarte Nunes Matias

SÓCIOS CORRESPONDENTES

LISBOA — *Maj. José Rib. da Costa J.^o*
PORTO — *Frederico Felipe*
VIANA DO CASTELO { *Rodrigo de Abreu*
 { *Dr. José Crespo*
AVEIRO — *Maj. José da Silva Geraldês*
PONTE DO LIMA . . . — *Julio de Lemos*
VIGO (ESPAÑA) . . . — *D. Avelino Rodriguez Elias*
S. PAULO (BRASIL) . { *José Gonçalves Paratudo*
 { *João Sarmento Pimentel*
FUNCHAL — *P.^e Fern.^{do} Augusto da Silva*
LUANDA — *Virgílio Saraiva*
LOBITO — *Luis Figueira*
SILVA PORTO — *F.^{co} Fonseca Santos*
NOVA LISBOA — *David Denis*
MOSSAMEDES — *Dr. Carlos Carneiro*
SÁ DA BANDEIRA . . — *Cap. Gastão de Sousa Dias*
SAMBO — *Ernesto Correia de Matos*
QUILENGES — *M.^{el} Quintans Lima Braga*
LOUR.º MARQUES . . { *Dr. Juiz Ant. Aug. Miranda*
 { *Com. José Cardoso*
INHAMBANE — *Dr. António Nobre de Melo*
QUELIMANE — *Fran.^{co} Garicho de Lacerda*
PÔRTO AMÉLIA . . . — *Eng. Fran.^{co} Monteiro Grilo*
BEIRA — *Tenente Mário Costa*
BOLAMA — *António Pereira Cardoso*
S. TOMÉ { *António Branco Cerqueira*
 { *Dr. Tomé Agost.º das Neves*
SANTO ANTÃO — *Mário Rogério Afonso Leite*
NOVA GÔA — *T.^{le} Manuel Ant.º Ferreira*
MACAU — *Pedro José Lobo*
HONG-KONG — *Januário A. de Almeida*

PARTE DOS CLICHÉS QUE ILUSTRAM ÊSTE BOLETIM

Foram confeccionados no

ATELIER DE GRAVURAS

DE

SILVA & BARRETO

Av. Gomes Freire, 43—Fone 2-6894

RIO DE JANEIRO

IMPORTANTE



CARTONAGENS FINAS

PARA

QUALQUER INDUSTRIA

86

Alves Freixo & Cia.

Rua do Lavradio, 101

Telefone: 2-0893

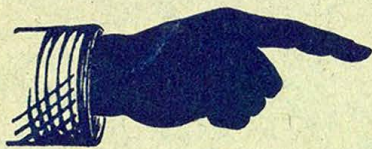
RIO DE JANEIRO

CALÇADO

FOX

O MELHOR DO MUNDO

Para sua garantia
exija na sola,
estampado a fogo,
êste carimbo



Of. Graf. Villas Boas & C. — Rio de Janeiro

Desta edição fez-se uma tiragem especial de 50 exemplares em papel couché "Perfect art"